

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Adriane Cristina De Melo Hunzicker

**O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO: REPERCUSSÕES NOS  
SABERES E PRÁTICAS DOS PROFESSORES DA ESCOLA DE BENTO  
RODRIGUES**

Belo Horizonte  
2019

Adriane Cristina De Melo Hunzicker

**O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO: REPERCUSSÕES NOS  
SABERES E PRÁTICAS DOS PROFESSORES DA ESCOLA DE BENTO  
RODRIGUES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre.

**Orientadora:** Dra. Maria Isabel Antunes-Rocha

**Linha de pesquisa:** Educação do Campo

Belo Horizonte  
2019

H956r  
T

Hunzicker, Adriane Cristina De Melo, 1981-

O rompimento da barragem de Fundão [manuscrito] : repercussões nos saberes e práticas dos professores da escola de Bento Rodrigues / Adriane Cristina De Melo Hunzicker. - Belo Horizonte, 2019.  
170 f. : enc, il.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Maria Isabel Antunes-Rocha.

Bibliografia: f. 156-164.

Anexos: f. 165-170.

1. Samarco Mineração S.A. -- Acidentes -- Teses. 2. Educação -- Teses. 3. Educação do campo -- Mariana (MG) -- Teses. 4. Professores de educação do campo -- Ambiente de trabalho -- Teses. 5. Professores de educação do campo -- Condições de trabalho -- Teses. 6. Professores de educação do campo -- Stress ocupacional -- Teses. 7. Professores de educação do campo -- Motivação no trabalho -- Teses. 8. Representações sociais -- Teses. 9. Minas e mineração -- Ruína de estruturas -- Teses. 10. Discriminação na educação -- Teses. 11. Mariana (MG) -- Educação -- Teses. 12. Mariana (MG) -- Acidentes -- Teses. 13. Mariana (MG) -- Minas e mineração -- Teses.

I. Título. II. Antunes-Rocha, Maria Isabel, 1957-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.19346

**Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)**

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO: repercussões nos saberes e práticas dos professores da escola de Bento Rodrigues**

**ADRIANE CRISTINA DE MELO HUNZICKER**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP, como requisito para obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, área de concentração ENSINO E APRENDIZAGEM.

Aprovada em 12 de dezembro de 2019, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Maria Isabel Antunes Rocha - Orientador  
UFMG

  
Prof(a). Claudia Andrea Mayorga Borges  
ufmg

  
Prof(a). Marcelo Loures dos Santos  
Universidade Federal de Ouro Preto

  
Prof(a). Luiz Paulo Ribeiro  
universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2019.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram com este trabalho.

A todos que auxiliam no meu processo de evolução intelectual, profissional e espiritual.

Ao Fred, meu amor, companheiro de todos os momentos, que tanto me incentiva e apoia na busca pelos sonhos.

À minha orientadora Dr<sup>a</sup> Maria Isabel Antunes-Rocha, que tanto colabora para minha formação enquanto pesquisadora, sou grata pela confiança!

Às mulheres especiais da minha vida, aquelas que amo incondicionalmente: minha mãe Marlene, e irmãs: Andreia, Adilaine, Ariane e Aline.

Meus queridos sobrinhos, Matheus, Lunna, Yuri, Manuella, Hadassa e Stella.

À minha família amada: tios(as), primos(as) e cunhados (Renato, Orlando e Leonardo).

Maria da Conceição e Laura, sempre dispostas a me ajudar.

Cecília e Marcos, meus revisores, agradeço pelo apoio.

A Osmari, Érika e Alexandre, obrigada pelo carinho.

Aos meus companheiros(as) do Colégio Renascer que, sempre que foi necessário, apoiaram-me neste processo de formação.

Gorete, sou grata por toda ajuda, você torna minha vida mais leve.

Às minhas amigas dos tempos da juventude e da vida adulta.

Aos professores, pesquisadores e estudantes do mestrado e doutorado da FaE e companheiros do GERES, com vocês pude apreender, além dos aspectos cognitivos e da formação como pesquisadora, outras percepções do mundo, uma formação na militância por uma sociedade com maior equidade.

Beth, Cristiene, Leonardo, Júlio, Érica, Telau, Welessandra e Fabiana, neste trabalho tem algumas ideias que vocês me inspiraram.

Aos professores Luiz Ribeiro, Marcelo Loures e Fátima Martins, agradeço pelas contribuições neste trabalho desde a banca de qualificação.

Ao meu pai HÉlvio e sogro Flávio, que estão torcendo por mim no plano espiritual.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às dezenove pessoas que tiveram suas vidas ceifadas pelo violento “tsunami de lama” da mineradora Samarco.

A todos os sujeitos atingidos, os quais, ao longo da bacia hidrográfica do Rio Doce até o litoral capixaba, tiveram seus projetos de vida alterados; àqueles que foram desalojados; aos camponeses que foram impedidos de continuar com suas práticas de trabalho; aos que se sentiram “enlutados” ao ver a morte dos rios Gualaxo do Norte e Doce.

Aos companheiros de trabalho e amigos que cultivo desde quando lecionei na Escola Municipal Bento Rodrigues, aos alunos e seus familiares desta comunidade escolar. Que vocês continuem resistindo às atrocidades que lhes foram impostas desde o dia 05 de novembro de 2015.

À querida diretora Eliene, que tanto contribuiu com esta pesquisa.

Em especial, dedico este trabalho aos professores participantes desta pesquisa, que confiaram em mim para narrar sentimentos e memórias dos piores momentos de suas vidas, quando tiveram que correr da lama para não morrer. Àqueles que, como eu, não estavam na escola naquela tarde, mas participaram do processo da espera pelo resgate das vítimas, do acolhimento nos hotéis, da escuta atenta à dor dos nossos alunos que perderam tudo que tinham.

E, por fim, a todos docentes desta instituição, que lutam a quatro anos para mantê-la viva.

*[...] É o mar virando lama  
Gosto amargo do Rio Doce  
De Regência a Mariana  
[...] Quantos pescadores sem redes e sem canoas?  
Quantas pessoas sofrendo, quantas pessoas?  
[...] Quantas pessoas sem nome, quantas pessoas  
sem voz?  
[...] É mais um João-ninguém, é mais um morto  
qualquer  
Morreu debaixo da lama, [...] Ele era filho de  
alguém, e tinha filho e mulher? Isso ninguém quer  
saber, com isso ninguém se importa  
Parece que essas pessoas já nascem mortas  
[...] Parece que essas pessoas não têm valor  
São tão pequenas e fracas, deitando em camas e  
macas  
Sobrevivendo, sentindo tristeza e dor [...]  
Conhecem os bichos e plantas e como o galo que  
canta [...]  
Mas vêm a lama e o descaso, sem cerimônia  
Envenenando o futuro e o presente [...]  
Mas o veneno e o atraso, disfarçado de progresso  
Que apodrece a nossa fonte e a nossa foz [...]  
O sertão vai virar mar (mais justiça, mais amor)  
É o mar virando lama  
Gosto amargo do Rio Doce  
De Regência a Mariana.*

*(Tato e Gabriel, o Pensador)*

## RESUMO

No dia 05 de novembro de 2015, houve o rompimento da barragem de Fundão (RBF), da mineradora *Samarco Mineração S/A*, que comportava 55 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de minério de ferro. O subdistrito de Bento Rodrigues, juntamente com a sua escola, localizado em Mariana, Minas Gerais, foi devastado por parte desse rejeito. Diante dessa situação, esta pesquisa busca compreender como os professores dos anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental da instituição de ensino de Bento Rodrigues estão reconstruindo suas formas de pensar, sentir e agir sobre a escola. O percurso metodológico da pesquisa divide-se em dois momentos: 1º) levantamento de dados bibliográficos sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS), a Teoria das Representações Sociais em Movimento (RSM), a Educação do Campo e a Abordagem Socioterritorial na perspectiva da tríade Territorialização/Desterritorialização/Reterritorialização (T-D-R); análise de documentos e relatórios oficiais produzidos acerca do RBF; coleta de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e, também, no *locus* da pesquisa, na escola, e em órgãos públicos de Mariana; 2º) realização de entrevistas narrativas com seis professores da Escola Municipal Bento Rodrigues, para proceder à análise dos dados, a fim de compreender as RSM. A hipótese dessa pesquisa é a seguinte: as sucessivas alterações de espaço para funcionamento da escola, a situação de choque emocional vivenciada pelos docentes, que evacuaram a escola no momento da chegada da lama, as demandas por parte de órgãos públicos, organizações não governamentais e da sociedade como um todo para realizar atividades na escola tensionaram os sujeitos investigados a movimentar suas representações sociais. Os posicionamentos da maioria dos sujeitos participantes oscilaram em dois movimentos: permanência e mudança das representações sociais. Os dados apresentados nas entrevistas narrativas demonstram que o RBF repercutiu sobre as práticas e saberes dos docentes, movimentando várias representações sociais já consolidadas, como as representações sobre si mesmos, a escola e a mineração. Os resultados também evidenciam que o RBF foi devastador para a vida pessoal e profissional dos professores, afetando aspectos cognitivos, sentimentais e atitudinais. Nesse contexto gerador de mudanças abruptas, as entrevistas narrativas indicam casos de doenças psicológicas dos alunos e professores. Por se tratar de contexto em movimento, as afetações ainda estão em curso, e, mesmo após quatro anos do RBF, a escola não foi reconstruída; as famílias não foram reassentadas. Existem também relatos de que os sujeitos atingidos sofreram discriminação no novo espaço social e escolar.

**Palavras-chave:** Representações Sociais em Movimento. Educação do Campo. Mariana/MG. Rompimento da Barragem de Fundão. Mineração.



## ABSTRACT

On November 5, 2015, the Fundão tailings dam collapsed. It was operated by Samarco mining company and contained 55 million cubic meters of iron ore tailings. Bento Rodrigues district and its school, located in Mariana surroundings, in Minas Gerais, were both devastated by this collapse. Given this situation, this research seeks to understand how teachers of the early and final years of the basic education at Bento Rodrigues School are reconstructing their ways of thinking, feeling and acting about the school. The research methodology was divided in two stages: 1) bibliographic search about the Theory of Social Representations (TSR), Social Representations in Movement (SRM), Countryside Education and the Socio-territorial Approach from the perspective of triad Territorialization/Desterritorialization/Reterritorialization (TDR); analysis of official documents and reports produced about the collapse; data collection from the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) and also data collection on the research *locus*, at the school, and from public agencies in Mariana; 2) narrative interviews with six teachers of Bento Rodrigues Municipal School, to proceed with the data analysis in order to understand the SRM. The hypothesis of this research is the following: the successive changes of the school location, the emotional shock experienced by the teachers, who evacuated the school upon the arrival of the mud, the demands from public agencies, non-governmental organizations and society as a whole to carry out activities at school led the investigated participants to change their social representations. Most of the participants' positioning oscillated in two movements: permanence and change of social representations. The data from the narrative interviews show that the dam collapse reflected on teachers' knowledge and practice, changing several social representations already consolidated, such as their representations about themselves, about the school and about mining. The results also show that the collapse was devastating for teachers' personal and professional lives, affecting cognitive, sentimental and attitudinal aspects. In this context of abrupt changes, narrative interviews show cases of psychological illnesses among students and teachers. Because it is a changing context, the effects are still ongoing and even four years after the catastrophe, the school has not been rebuilt; the families were not resettled. There are also reports that the affected people were discriminated in the new social and school space.

Keywords: Social Representations in Movement. Countryside Education. Mariana/MG. Fundão Dam Collapse. Mining.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHOBERO	Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues
ALMG	Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
ANM	Agência Nacional de Mineração
ANA	Agência Nacional de Água
APPs	Áreas de Preservação Permanente
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CIF	Deliberação do Comitê Inter federativo
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMATER/MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
FaE	Faculdade de Educação
GERES	Grupo de Estudo e Pesquisas em Representações Sociais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JIRS	Jornada Internacional sobre Representações Sociais
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MPF	Ministério Público Federal
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
PEA	Programa de Educação Ambiental
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSB	Política Nacional de Segurança de Barragens
PoEMAS	Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QF	Quadrilátero Ferrífero
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RBF	Rompimento da Barragem de Fundão
RSM	Representações Sociais em Movimento
TTAC	Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
T-D-R	Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização
TRS	Teoria das Representações Sociais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UC	Unidades de Conservação
UHE	Usina Hidrelétrica
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
ZAS	Zona de Autossalvamento

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa com o percurso dos rejeitos entre a Samarco em Mariana/ MG até Regência/ES.....	14
Figura 2 - Mapa com a localização de Bento Rodrigues no município de Mariana.....	51
Figura 3 - Mapa de Bento Rodrigues e os complexos minerários da Samarco e Vale.....	54
Figura 4 - Imagens de satélite de Bento Rodrigues, antes e depois do RBF.....	63
Figura 5 - Procissão nas ruínas de Bento Rodrigues (2019).....	64
Figura 6 - Escola Municipal de Bento Rodrigues antes da reforma de 2010.....	71
Figura 7- Inauguração da escola reformada em 2012, e após o RBF em 2015.....	72
Figura 8 - Corredor da escola de Bento Rodrigues antes e depois do RBF.....	72
Figura 9 - Escola Municipal Bento Rodrigues, em 2012 e 2015.....	72
Figura 10 - Apresentações artísticas para os alunos atingidos.....	74
Figura 11 - Atual estrutura da Escola Bento Rodrigues em Mariana.....	75
Figura 12 - Atual estrutura da Escola Bento Rodrigues em Mariana, 2019.....	76
Figura 13 - Localização da escola no projeto do reassentamento de Bento Rodrigues.....	81
Figura 14 - Alunos e professores da escola conhecendo o terreno do reassentamento, em 2017.....	82
Figura 15 - Programa de Educação Ambiental da Samarco na escola de Bento Rodrigues. “Baú do EConhecimento”, em 2014.....	119
Figura 16 - Foto da coleção de livros que a professora E publicou com os alunos do 4º ano (2017).....	125
Figura 17 - Foto dos livros sobre como os alunos representam a escola de Bento Rodrigues.....	126
Figura 18 - Posicionamentos dos professores entrevistados em relação as RSM.....	130

## LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Grupos de pesquisas sobre a TRS sociais registrados no CNPq (por área de conhecimento).....	34
---	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trajetória das pesquisas desenvolvidas pelo GERES/FaE/UFMG.....	30
Quadro 2 - Perfil dos moradores de Bento Rodrigues entrevistados em dezembro de 2010.....	59
Quadro 3 - Avaliação dos moradores de Bento Rodrigues em relação aos impactos socioambientais da mineradora Samarco na comunidade.....	59
Quadro 4 - Dados sobre trabalho e renda em Bento Rodrigues.....	60
Quadro 5 - Histórico da Escola de Bento Rodrigues.....	69
Quadro 6 - Dados sobre a escola de Bento Rodrigues: Censo Escolar 2015 e 2018.....	77
Quadro 7 - Escola Bento Rodrigues, dados sobre os funcionários (2019).....	77
Quadro 8 - Escola Bento Rodrigues, dados sobre os alunos (2019).....	78
Quadro 9 - Equipamentos e infraestrutura da Escola M. Bento Rodrigues (2015 e 2019).....	78
Quadro 10 - Como os participantes ancoram/nomeiam o RBF.....	99
Quadro 11 - Síntese dos dados: inserção da temática mineração nas práticas educacionais dos professores participantes.....	127
Quadro 12 - Principais pistas para apreender as Representações Sociais em Movimento.....	128
Quadro 13 - Posicionamento das RSM de acordo com as categorias.....	130

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1. REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
1.1 Teoria das Representações Sociais: Abordagem Das Representações Sociais Em Movimento.....	26
1.1.1 Apontamentos sobre a Teoria das Representações Sociais.....	26
1.1.2 Representações Sociais em Movimento.....	29
1.1.3 Representações Sociais na Educação.....	33
1.2 Abordagem Socioterritorial na perspectiva da Des/Re/Territorialização.....	36
1.2.1 Discussões sobre a Abordagem Socioterritorial.....	36
1.2.2 A dinâmica da Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R).....	42
1.3 Algumas considerações sobre a Educação do Campo no Brasil.....	45
CAPÍTULO 2. O CONTEXTO DA PESQUISA: A comunidade e escola do campo de Bento Rodrigues.....	50
2.1 “O Bento não tem mais”: o processo de (T-D-R) territorialização de Bento Rodrigues.....	50
2.1.1 Extrativismo mineral: atividade econômica que motivou a territorialização e a desterritorialização de Bento Rodrigues.....	51
2.1.2 Reflexões sobre alguns dos danos acarretados com a chegada dos rejeitos em Bento Rodrigues.....	62
2.1.3 Reterritorialização de Bento Rodrigues: à espera do reassentamento.....	66
2.2 Cartografia da instituição de ensino de Bento Rodrigues.....	68
2.2.1 “Aqui tinha uma escola”: a escola de Bento Rodrigues antes do RBF.....	69
2.2.2 A escola de Bento Rodrigues em instalações provisórias após o RBF.....	73
2.2.3 Dados sobre a escola em análise.....	76
2.2.4 O local em que a escola será reconstruída no reassentamento de Bento Rodrigues.....	81
CAPÍTULO 3. RSM: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS DOS PROFESSORES DA ESCOLA DE BENTO RODRIGUES.....	84
3.1 Perfil e trajetórias dos professores entrevistados para chegar à escola de Bento Rodrigues.....	84

3.2 Pistas para apreender os movimentos das representações sociais dos participantes e o processo que os levaram à “pressão à inferência”.....	88
3.2.1 Narrativas de como os professores pensam, sentem e agem diante do RBF.....	90
3.2.2 A instalação da escola de Bento Rodrigues em Mariana, o que é não familiar para os professores?.....	101
3.2.3 Narrativas sobre as formas de pensar, sentir e agir dos professores sobre a mineração.....	110
3.2.4 Como a temática mineração incide nas práticas pedagógicas dos professores participantes antes e depois do RBF?.....	115
3.3 Análise do posicionamento das RSM dos entrevistados.....	127
3.3.1 Grupo dos participantes que se posicionam em mais de um movimento: permanência e mudança.....	131
3.3.2 Grupo do participante que se posiciona apenas no movimento de mudança.....	135
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
PRODUTO.....	143
REFERÊNCIAS.....	156
ANEXOS.....	165
Anexo 1 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa.....	165
Anexo 2 – Escola: Certidão de compra do terreno em Bento Rodrigues para construção do prédio da escola em 1950.....	166
Anexo 3 – Escola – Documento com lei para doação do terreno para construção do prédio da escola em Bento Rodrigues em 1950 .....	167
Anexo 4 – Escola: Certidão de venda do terreno (prefeitura para o Estado de MG) para construção da escola de Bento Rodrigues em 1950.....	168
Anexo 5 – Resolução para Municipalização da Escola de Bento Rodrigues em 1990.....	169
Anexo 6 – Portaria da 25º S.R.E de Outro Preto para Extensão de 5ª a 8ª série na Escola M. Bento Rodrigues em 1998.....	169
Anexo 7 – Matriz curricular de Ensino da escola (2015).....	170





Fonte: CRUZ, 2015. Adaptado de Agência Brasil, 2019.

EDIÇÃO: ADRIANE HUNZICKER

## INTRODUÇÃO

Na tarde do dia 05 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, localizada em Mariana, Minas Gerais. A barragem integra-se ao complexo minerário de Germano da mineradora *Samarco Mineração S/A*, que por sua vez vincula-se às empresas Vale e *BHP Billiton* (cada uma das proprietárias detém 50% das ações da Samarco).

A barragem de Fundão estocava 55 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de minério de Ferro<sup>1</sup>, parte desse material, aproximadamente 34 milhões de m<sup>3</sup>, foram lançados no meio ambiente no momento da ruptura da barragem, e o restante continuou sendo carregado aos poucos nos cursos hídricos, dando continuidade aos danos socioambientais (IBAMA, 2015), até que a Samarco construiu os Diques S3 e S4, justificando que seria para reter os rejeitos. O percurso desses rejeitos após a ruptura da barragem foi:

Inicialmente, esse rejeito atingiu a barragem de Santarém (composta por água e sedimentos) logo a jusante, causando seu galgamento e forçando a passagem de uma onda de lama por 55 km no rio Gualaxo do Norte até desaguar no rio do Carmo. Neste, os rejeitos percorreram outros 22 km até seu encontro com o rio Doce. Através do curso deste, foram carregados até a foz no Oceano Atlântico, chegando no município de Linhares, no estado do Espírito Santo, em 21/11/2015, totalizando 663,2 km de corpos hídricos diretamente impactados. (IBAMA, 2015, p.3).

O mapa (Figura 1) mostra o percurso dos rejeitos de minério nos cursos fluviais, que provocou degradações em territórios de 41 municípios<sup>2</sup> de dois estados, que são interligados pela bacia hidrográfica do Rio Doce, Minas Gerais e Espírito Santo.

Segundo o IBAMA (2015), os rejeitos só chegaram em Linhares/ES 16 dias depois do Rompimento da Barragem de Fundão (doravante designado RBF)<sup>3</sup>. Parte dessa “lama”<sup>4</sup> ficou retida nas margens e no fundo do leito dos rios, parte na Usina Hidrelétrica

---

<sup>1</sup> Não há um consenso acerca da quantidade de rejeitos de minério de ferro que foram lançados na natureza, já que em diversos relatórios e laudos esse dado é apresentado diferente. Contudo, adotaremos a quantidade informada no site da mineradora (SAMARCO, s/d). Os apontamentos do laudo técnico do IBAMA (2015) afirmam ser um volume de 50 milhões de m<sup>3</sup>. Losekann e Milanez (2016) mencionam que o volume é de aproximadamente 60 milhões de m<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Na cláusula 01, inciso VII do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC, 2016), foram citados 39 municípios considerados impactados pelo RBF, contudo foram acrescentados outros municípios em deliberações previstas no Comitê Interfederativo (CIF), como exemplo o caso da Deliberação n° 239, de 30 de novembro de 2018, acerca dos municípios Ponte Nova/MG e Sooretama/ES (CIF, 2018).

<sup>3</sup> Usaremos, na maioria das vezes, a abreviação RBF, assim como foi feito por Pinheiro *et al.* (2019), evitando denominar o ocorrido por outras designações.

<sup>4</sup> Segundo Losekann (2018, p. 68), o termo “lama” foi popularmente difundido pela mídia e pelos povos atingidos. Para as ciências da natureza, os rejeitos de minério significam: “composto formado pelos dejetos



(UHE) Risoleta Neves<sup>5</sup>, e outra parte está depositada no fundo do mar, no litoral do Espírito Santo. Entretanto, considera-se que os impactos socioambientais de maior magnitude tenham ocorrido nos primeiros 77 km, entre o complexo das barragens da Samarco (em Mariana) até Barra Longa (BRASIL, MG, 2016).

**Figura 18 - Mapa com o percurso dos rejeitos entre a Samarco em Mariana/ MG até Regência/ES**



Fonte: ZHOURI *et al*, 2018, p. 32.

Para os autores, esse foi: “[...] o maior desastre envolvendo barragens de rejeito de mineração do mundo, considerando os registros iniciados em 1915.” (BOWKER ASSOCIATES, 2015 *apud* LOSEKANN; MILANEZ, 2016, p. 11)<sup>6</sup>. Esses autores

resultantes da extração de minério de ferro estocados em uma barragem. A composição da lama foi razão de algumas controvérsias científicas entre os especialistas e estudos sobre a densidade, toxicidade e dinâmica ainda estão sendo feitos [...]”. A Samarco alegou no último laudo das suas barragens no ano de 2014 que a composição dos rejeitos é basicamente óxido de ferro e sílica, contudo, Costa (2001) *apud* IBAMA (2015) alerta para possível presença de outras substâncias que são comuns na atividade extrativista de minério de ferro e ouro, como exemplo óleo, graxa até mesmo, de metais pesados.

<sup>5</sup> A UHE localiza-se entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, em MG. Segundo a Fundação Renova (2019), a hidrelétrica teve um papel importante de reter 10,5 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos minerários, o que não agravou ainda mais os impactos socioambientais ao longo do restante da bacia hidrográfica. O RBF comprometeu o funcionamento dessa hidrelétrica (IBAMA, 2015), e a Fundação deveria retirar esses rejeitos da estrutura da Hidrelétrica por um processo de dragagem. Como não foi cumprido o prazo determinado pela deliberação do CIF, a empresa foi multada e os recursos financeiros divididos entre os municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, como menciona a deliberação CIF nº 115, de 26 de setembro de 2017.

<sup>6</sup> Entendemos que mesmo após a ruptura da barragem B1 na mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019, as informações sobre a proporção dos danos socioambientais do RBF mostram que esta foi maior, fato justificado pelo volume de rejeitos superior à barragem localizada em Brumadinho, que comportava menos de 12 milhões de m<sup>3</sup>, como cita o documento da ANM: “volume de

levaram em consideração três aspectos: “o volume de rejeito liberado [...], a distância percorrida pela lama [...] e os prejuízos estimados [...]” (ibidem, p. 11). Segundo o IBAMA (2015), o RBF foi considerado o maior desastre ambiental do Brasil. Foi tamanha a magnitude do impacto, que acarretou em danos nos estratos ecológicos ao longo de toda bacia hidrográfica do Rio Doce. Com isso, é impossível estimar um prazo de retorno da fauna ao seu habitat natural, além dos danos socioeconômicos ligados às atividades econômicas que dependem dos rios, mar e solo. Como cita:

[...] além de impactos ao estuário do rio Doce e à sua região costeira. [...] Ao longo do trecho atingido foram constatados danos ambientais e sociais diretos [...]; fragmentação de habitats; destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa; mortandade de animais de produção e impacto à produção rural e ao turismo, com interrupção de receita econômica; restrições à pesca; mortandade de animais domésticos; mortandade de fauna silvestre [...] (IBAMA, 2015, p. 33-34).

Os impactos socioeconômicos, nos dois estados, vão desde a destruição de moradias até a inviabilização de atividades profissionais. Além do desemprego gerado pela interdição da mineradora Samarco, impedida de atuar em Mariana, Ouro Preto e Anchieta/ES, houve impactos sobre a agricultura tradicional/familiar, a pesca, as Áreas de Preservação Permanente (APP), a área protegida com vegetação nativa de Mata Atlântica, e até mesmo sobre espaços de vivência indígena, como os povos Krenak em Resplendor/MG.

As pessoas atingidas<sup>7</sup> ao longo de todo o Vale do Rio Doce até a foz foram impactadas em relação à economia, ao lazer, à cultura e à religião. As afetações reverberam-se em vários âmbitos dos modos de produção e reprodução das vidas desses sujeitos ao longo destes quatro anos.

Em Minas Gerais, os rejeitos atingiram as comunidades localizadas na zona rural de Mariana: Borba, Bento Rodrigues, Bucão, Campinas, Camargos, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Pedras, Ponte do Gama; e no município de Barra Longa, a sede da cidade e o distrito Gesteira (BRASIL, MG, 2016).

---

11.741.325,34 metros cúbicos” (BRASIL, ANM, 2019, p.5). É importante ressaltar que a quantidade de pessoas que vieram a óbito em Brumadinho foi superior (aproximadamente 270 pessoas), até a presente data ainda há pessoas desaparecidas cujos corpos não foram encontrados ou identificados. Ambas as barragens foram construídas com o método a Montante.

<sup>7</sup> Além da população urbana de municípios afetados, muitas das pessoas atingidas diretamente pelo RBF são sujeitos camponeses que viviam em localidades rurais e de modo tradicional. Dentre eles, destacam-se povos indígenas e ribeirinhos; comunidade Remanescente de Quilombolas; trabalhadores da agropecuária familiar extensiva; assentados do MST; extrativistas — como garimpeiros e pescadores.

Nesses dois municípios mineiros, três povoados campestres foram soterrados, juntamente com suas escolas, como os dois subdistritos de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo), cujos moradores foram desterritorializados e estão morando, temporariamente, há quatro anos na área urbana de Mariana, até os reassentamentos serem construídos pela Samarco e pela Fundação Renova. Essa também é a condição dos habitantes do povoado de Gesteira, que aguardam pelo reassentamento. Com isso, mais de 1.000 pessoas foram deslocadas de suas casas (BRASIL, MG, 2016).

O RBF causou também a destruição de pontes e estradas, afetando a captação de água de vários municípios dos dois estados (BRASIL, MG, 2016). Além de prejuízos materiais, provocou também sérios danos humanos, como a morte de 19 pessoas e o aborto sofrido por uma moradora de Bento Rodrigues (SENRA, 2016). Em decorrência do contato com os rejeitos da mineradora, há indícios de pessoas que sofreram comprometimentos na saúde física, como doenças respiratórias e toxicológicas, e ainda há casos comprovados de doenças psicológicas derivadas ou agravadas pelas mudanças bruscas no modo de vida, no âmbito individual e coletivo, como evidenciam os estudos de: Pinheiro *et al.* (2019); NaVeS/PRISMA/UFMG (2018); Vormittag *et al.* (2017); PoEMAS (2015); Losekann e Milanez (2016).

Nesse percurso, o RBF pode ser analisado em três dimensões: ambiental, jurídica e socioeconômica, como demonstra os escritos de: Losekann e Milanez (2016); Trocate e Zonta (2016); Losekann e Mayorga (2018); Zhouri (2018); Pinheiro *et al.* (2019). Contudo, nosso olhar para este processo diz respeito aos impactos na área escolar, especialmente para as formas de pensar, sentir e agir dos professores que vivenciaram o rompimento na Escola Municipal Bento Rodrigues, que foi completamente destruída, sendo esta instituição nosso problema da pesquisa.

O subdistrito de Bento Rodrigues foi o primeiro povoado a ser atingido, por se localizar a menos de 3 km a jusante do complexo minerário da Samarco, e aproximadamente 6 km da barragem de Fundão, com isso foi o povoado mais impactado com o RBF. Os rejeitos minerários destruíram paisagens naturais, residências, monumentos históricos e outros aparelhos sociais, como a instituição de ensino construída no subdistrito na década de 1950, a Escola Municipal Bento Rodrigues. Diante do subsequente deslocamento de toda comunidade escolar para o ambiente urbano, os sujeitos investigados nesta pesquisa se encontram em uma conjuntura de adequação escolar em Mariana ao longo de quatro anos à espera da reconstrução da escola.

A hipótese desta pesquisa é que as sucessivas alterações de espaço para funcionamento da escola; a situação de choque emocional vivenciada pelos docentes, alunos e moradores da comunidade que fizeram o autossalvamento<sup>8</sup> para sobreviver com a chegada da lama na escola e na comunidade; e as demandas por parte de órgãos públicos, organizações não governamentais e da sociedade como um todo para realizar atividades na escola levaram os professores a uma situação de tensionamentos. Alguns dos funcionários e professores da escola eram também moradores da comunidade de Bento Rodrigues e, além de sofrerem repercussões no âmbito profissional, tiveram impactos sobre sua vida pessoal. O que traz para a pesquisa em tela a intenção de conhecer como os professores vivenciaram esta situação e ainda como estão realizando suas práticas de trabalho perante este novo contexto que não lhes é familiar. O lugar da escola no processo de construção e reconstrução das representações sociais dos sujeitos é relevante, para entendermos como os professores estão tornando familiar o não familiar, como afirma Serge Moscovici (1978, 2010).

Para analisar o processo vivenciado pelos docentes da escola de Bento Rodrigues, faremos uso do conceito de “pressão à inferência” (MOSCOVICI, 2012), aprofundado na abordagem das Representações Sociais em Movimento (RSM) (ANTUNES-ROCHA; RIBEIRO, 2018). O conceito de “pressão à inferência” desenvolvido por Serge Moscovici (2012) refere-se a situações de tensionamentos vivenciados por um grupo social que teve desestabilizadas suas representações sociais (RS) sobre determinado objeto não familiar. As mobilizações das RS podem ocorrer de maneira abrupta, lenta ou progressiva (ANTUNES-ROCHA, 2018). Nesse sentido, consideramos que as mudanças das representações sociais dos professores de Bento Rodrigues sobre o novo contexto escolar ocorreram de forma abrupta, quando os rejeitos atingem as estruturas físicas da escola e, diante do caos provocado com a ruptura da barragem, os professores são impelidos a colocar suas representações sociais em movimento. Isto porque partimos do ponto de vista de que as mudanças ocorridas na comunidade, na região e especificamente na escola, provocaram os professores em suas formas de pensar, sentir e agir sobre a escola em sua função educativa.

---

<sup>8</sup> Autossalvamento é o termo técnico para especificar que quando ocorre a ruptura de uma barragem as pessoas que estão na Zona de Autossalvamento (ZAS) não terão tempo suficiente para serem resgatadas por autoridades como a Defesa Civil ou Corpo de Bombeiros, assim o processo de evacuação é feito por conta própria (ANM,2019).

A pesquisa justifica-se em três aspectos: 1) de ordem pessoal/profissional; 2) de ordem social; e 3) de ordem acadêmica.

Sobre a primeira justificativa, ressalto que minha estreita relação com a temática investigada neste trabalho é de ordem pessoal e profissional. O interesse por esta pesquisa originou-se devido à minha experiência profissional como professora de Geografia na Escola Municipal Bento Rodrigues, onde trabalhei como docente no ano de 2010 e no ano em que ocorreu o RBF, 2015. Assim, além de pesquisadora, sou uma das professoras afetadas pelo RBF. Lecionei nessa instituição antes da destruição do subdistrito e alguns meses após o RBF, quando passamos a compartilhar o espaço provisório da Escola Municipal Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida (também conhecida como Escola Dom Luciano). Nos dias que sucederam à ruptura da barragem, era impossível seguir a rotina com as atividades pedagógicas, foi um momento de acolhimento dos alunos pelos professores e, durante os momentos de escuta, alguns alunos expressaram o drama de como foi o autossalvamento para fugir do “tsunami de lama”. Naquele momento, a comunidade escolar estava em luto, e, ao tentar retomar a rotina escolar, era corriqueiro que alguns alunos e professores chorassem. Os profissionais da escola que residiam na comunidade destruída também estavam abalados, pois, além da escola, perderam suas casas. A partir do meu convívio com esses sujeitos, pude perceber as angústias relativas às perdas materiais e imateriais diante do processo de desterritorialização.

No dia do RBF, eu faltei ao trabalho porque fui a uma consulta médica em Belo Horizonte, caso contrário, eu poderia ter sido mais uma das vítimas, ter vindo a óbito ou teria que fazer o autossalvamento para correr da lama, como todos que estavam na escola naquela tarde. Soube do ocorrido porque meu telefone disparou a tocar quando eu estava no consultório médico. As pessoas da minha família e amigos que sabiam que eu trabalhava em Bento Rodrigues às quintas-feiras queriam saber se eu estava bem. Vivi momentos difíceis até saber notícias dos meus alunos e companheiros/as de trabalho. Diante desta situação de envolvimento com o *locus* da pesquisa, minhas pretensões iniciais eram ajudar as pessoas atingidas. E, por lecionar na escola e estar envolvida diretamente com os atingidos, venho acompanhando as afetações vivenciadas por estes sujeitos, desde o início do RBF, quando alguns moradores de Bento Rodrigues já faziam relatos de preconceitos e violações dos direitos.

A ideia de pesquisar esse contexto nasceu somente quase um ano após o RBF: surgiu no momento de escrever o projeto de pesquisa para pleitear uma vaga no mestrado,

quando tive um *insight* “estou dentro de um laboratório de pesquisa, a escola de Bento Rodrigues será a situação problema que pretendo investigar na academia”.

Pesquisar o contexto no qual eu também sou um dos sujeitos atingidos apresentou, em muitos momentos, tensões no campo das emoções e das ações. Se para alguns pesquisadores externos ao território,<sup>9</sup> há relatos de dificuldades para enfrentar o cenário que foi destruído e o sofrimento de muitos atingidos, para quem reside na localidade, como eu, a subjetividade resultante do envolvimento com o *locus* da pesquisa teve que ser trabalhada para alcançar a reflexão necessária para seguir a pesquisa, principalmente, porque ao registrar a dissertação tive que ter o cuidado para ser sensível diante da complexibilidade dos fatos e, ao mesmo tempo, ter o devido rigor científico.

No meu caso, foi como estar 24 horas no trabalho de campo, uma constante observação dos fatos e do comportamento das pessoas, pois muitas vezes me deparei colhendo dados empíricos sobre o contexto da pesquisa, por exemplo, quando estava em festas, reuniões com amigos, no meu ambiente de trabalho, na convivência com meus vizinhos, uma constante tentativa de apreender os desdobramentos do pós-rompimento e, até mesmo, de compreender a polaridade instaurada em Mariana. Ou seja, não há neutralidade no território que foi o epicentro do RBF, visto que as narrativas demonstram, na maioria das vezes, se as pessoas estão do lado dos atingidos que perderam suas casas ou do lado da empresa Samarco.

O lugar de fala da pesquisadora dos estudos ora apresentados, que lecionou na escola investigada e por morar nas proximidades do território *locus* da pesquisa, tornou-se ainda mais amplo para outras percepções do RBF, especialmente acerca do fenômeno investigado, ao iniciar o mestrado na linha de pesquisa Educação do Campo na FaE/UFMG.

Sobre a segunda justificativa, destacamos que o interesse em analisar as repercussões e impactos do RBF no ambiente escolar é, portanto, fazer uma pesquisa que, além do presente, resgatasse o passado da escola, procurando entender as projeções que os educadores fazem para o futuro da instituição de ensino, que será reconstruída no reassentamento dos moradores de Bento Rodrigues.

---

<sup>9</sup> Como podemos notar nesta breve citação de Barreto; Mayorga; Rosa (2018, p.109): “Após as visitas à Mariana, vários alunos relataram dificuldades em elaborar o diário de campo e ter que contar sobre um contexto tão difícil e de tamanha destruição. ‘Cada frase escrita sobre a página foi uma luta’ (trecho de diário de campo). Tais relatos nos fizeram refletir sobre o que significa fazer pesquisa em um contexto de desastre, que tipos de efeitos são produzidos sobre a subjetividade do pesquisador [...]”.

Os educadores desta instituição de ensino, sujeitos investigados nesta pesquisa, colocam-se diante de desafios instaurados após a ruptura da barragem. Com isso, a proposta de estudo aqui apresentada é relevante para entendermos como esses sujeitos estão vivenciando tensões de acordo com um novo contexto social, cultural e econômico, e como estão construindo e reconstruindo suas representações sociais, em circunstâncias que os colocam em “pressão à inferência”, ou seja, uma mudança abrupta na rotina profissional, e para alguns professores, as mudanças também ocorreram no âmbito pessoal de suas vidas. Esses profissionais convivem diretamente com os alunos atingidos em uma situação temporária e de incerteza desde o RBF.

Já sobre a terceira justificativa, relativa às contribuições para a construção de dados no campo acadêmico e científico, que visa propiciar reflexões e discussões a respeito dos impactos da mineração no âmbito socioambiental e, com isso, possibilitar ganhos para a literatura da área. Por se tratar de um evento recente, o RBF em Mariana ainda não conta com pesquisas acadêmicas específicas no âmbito dos reflexos na área educacional. Com a finalidade de averiguar as publicações de artigos, ensaios e trabalhos científicos nos últimos quatro anos, desde a ruptura da barragem, em 2015, buscou-se na biblioteca virtual *Scielo* algumas palavras relativas ao tema, e encontramos o seguinte resultado publicado em língua portuguesa: “Rompimento barragem Fundão”, três publicações; “Desastre Mariana”, nove publicações relativas ao RBF; “Desastre Rio Doce”, duas publicações; “barragem Samarco”, seis publicações; nem um resultado foi encontrado com qualquer palavra relativa aos impactos na educação. Na plataforma do sistema de biblioteca da UFMG, procuramos por teses, dissertações, monografias de pós-graduação, e monografias de graduação – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com os seguintes nomes: “Rompimento barragem Samarco”, dois trabalhos; “Barragem de Fundão”, seis trabalhos; “Desastre Samarco”, dois trabalhos; do mesmo modo, não foram encontrados trabalhos relativos ao RBF e à temática educação/escolas<sup>10</sup>.

O objetivo central desta pesquisa foi compreender como os professores dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da instituição de ensino de Bento Rodrigues estão reconstruindo suas formas de pensar, sentir e agir sobre a escola diante do rompimento da barragem de Fundão.

---

<sup>10</sup> Vale ressaltar que, até a presente data, o único trabalho publicado que se tem conhecimento acerca dos impactos do RBF na educação diz respeito à pesquisa de FREITAS; OLIVEIRA (2018), uma monografia desenvolvida no curso de graduação em Pedagogia da UFOP, sobre outra escola do campo atingida em Mariana, a Escola Municipal Paracatu de Baixo.

Os sujeitos que vivenciaram a chegada dos rejeitos na escola ou no subdistrito podem ter passado pela situação pós-traumática, já que tiveram que correr com seus alunos e fazer o autossalvamento, além disso, passaram a noite no cenário de destruição, à espera do resgate que só chegou no dia seguinte. Será que essa circunstância comprometeu a saúde psicológica dos professores e alunos? Nesse sentido, estes estudos buscam compreender quais as repercussões do RBF para vida pessoal e profissional dos docentes da Escola de Bento Rodrigues.

Outro objetivo específico desta pesquisa é compreender se os professores da escola de Bento Rodrigues problematizavam/problematizam o contexto da mineração em suas práticas pedagógicas antes e após o RBF.

Por fim, buscamos identificar como os professores estão passando pelo processo da “pressão à inferência” diante dos tensionamentos do novo contexto escolar após o subsequente deslocamento da escola, que está em situação provisória há quatro anos.

A pesquisa em tela concerne ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Representações Sociais (GERES) e à linha de pesquisa Educação do Campo do Promestre/FaE/UFMG. Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/COEP da UFMG, e teve o Parecer Consubstanciado aprovado e emitido no dia 08/03/2019, número do parecer: 3.186.558, CAAE: 05999318.5.0000.5149 (Anexo 1).

O percurso metodológico da pesquisa dividiu-se em dois momentos, a saber:

- 1º) Por meio do levantamento de dados bibliográficos sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS), a teoria das RSM, a Abordagem Socioterritorial na perspectiva da tríade Territorialização/Desterritorialização/Reterritorialização (T-D-R), e Educação do Campo; análise de documentos e relatórios oficiais produzidos acerca do RBF; coleta de dados na plataforma do QEdU, que divulga dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); trabalhos de campo para análise documental e coleta de informações acerca da escola em análise e do subdistrito Bento Rodrigues, em órgãos públicos de Mariana, como na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater–MG), nas secretarias municipais de Educação e de Regularização Fundiária, e também, no *lócus* da pesquisa na Escola Municipal Bento Rodrigues.



2º) Realização de entrevistas narrativas (Bauer; Jovchelovitch, 2002) com o corpo docente dos anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental da Escola de Bento Rodrigues: fizemos a transcrição das entrevistas gravadas e, em seguida, procedemoas à análise dos dados, por meio da análise da trajetória, e de pistas para apreender os posicionamentos das RSM. As narrativas apresentaram-se, na maioria das vezes, em ordem temporal dos acontecimentos narrados pelos sujeitos entrevistados.

Na tentativa de se fazer uma cartografia com informações da instituição *lócus* da pesquisa e dos sujeitos investigados, foram realizados trabalhos de campo (BOGDAN; BIKLEN, 1994), uma vez que, de acordo com esta literatura, “[...] a qualidade do trabalho de campo passa pelo estabelecimento de relações, quer o método de investigação seja a observação participante, a entrevista ou a busca de documentos.” (p. 114). Com o recurso metodológico qualitativo, o trabalho de campo aludido pelos autores, foi profícuo para realizar os três métodos (observação, entrevista e a busca de documentos). No total, realizamos 11 trabalhos de campo, sendo três em órgãos públicos de Mariana,<sup>11</sup> e oito na atual estrutura da Escola M. Bento Rodrigues em Mariana. O primeiro deles ocorreu no dia 19/12/2018 quando apresentei a Carta Anuência para a diretora da escola, a fim de explicar sobre a pesquisa em tela e solicitar a autorização para realizá-la com os professores da instituição. Nos dias 20 e 21 de agosto e 05 de setembro de 2019, realizei trabalhos de campo na escola para observar a atual estrutura da instituição e obter informações a partir de conversas com a diretora/gestora, pedagoga e secretária da escola; e, também, fazer uma investigação documental dos registros e documentos da escola, como por exemplos, o regimento, o Projeto Político Pedagógico (PPP), a matriz Curricular, e Resoluções e Portaria da 25ª Superintendência Regional de Ensino (S-R-E) de Ouro Preto.

Com isso, analisamos as categorias analíticas da pesquisa documental, com a finalidade de investigar mais profundamente a história da escola: quando foi construída no subdistrito Bento Rodrigues; como era a infraestrutura física e recursos pedagógicos disponíveis antes do rompimento da barragem e atualmente onde a escola está instalada

---

<sup>11</sup> Os trabalhos de campo realizados nos órgãos públicos de Mariana ocorreram nas seguintes datas: Secretaria de Educação em agosto de 2018, na Secretaria de Estrutura Fundiária no dia 18/09/2019, e na EMATER de Mariana no 24/09/2019.

provisoriamente; o número de alunos antes de 2015 e atualmente (2019); o perfil dos funcionários e professores – número de profissionais, formação dos docentes, quantos deles eram moradores da comunidade de Bento Rodrigues, percentual de servidores efetivos e contratados, tempo que atuam na instituição, gênero e a média de idade; a participação das famílias em reuniões pedagógicas e em eventos promovidos pela escola (antes e após o RBF); dados referentes ao transporte escolar e de projetos que as mineradoras desenvolviam na escola antes do RBF; informações sobre empresas, fundações e profissionais que passaram a frequentar o ambiente escolar e sobre a escola que será reconstruída no reassentamento de Bento Rodrigues. Algumas informações obtidas no trabalho de campo na escola foram concedidas de maneira verbalizada pela diretora e funcionárias da escola e registradas no diário de campo. Esse método justifica-se pela ausência de alguns dados físicos, completamente perdidos durante a inundação da escola em 2015. Já as entrevistas narrativas com os seis professores, sujeitos investigados nesta pesquisa, ocorreram nos dias 11, 18, 24 e 25 de setembro de 2019.

O recurso metodológico das entrevistas narrativas de Bauer e Jovchelovitch (2002) é relevante para investigação de uma pesquisa social como a apresentada nesta dissertação. A técnica da entrevista narrativa consiste em ouvir a história contada pelo sujeito entrevistado diante de um fato, ou seja, um acontecimento central, que pode ser narrado da seguinte forma: “[...] ser contado em sua totalidade, com um começo, meio e fim. O fim pode ser o presente, se os acontecimentos concretos ainda não terminaram.” (BAUR; JOVCHELOVITCH, 2002, p. 95). No caso dos reflexos do RBF, no âmbito pessoal e profissional dos docentes investigados nesta pesquisa, os acontecimentos perduram ao longo de quatro anos e não se sabe ao certo quando serão amenizados e/ou finalizados.

Bauer e Jovchelovitch (2002) afirmam que na técnica da entrevista narrativa o respondente é denominado como “informante”, e que esse apresentará detalhes da história narrada: “dará conta do tempo, lugar, motivos, pontos de orientação, planos, estratégias e habilidades” (p. 94). Na entrevista narrativa, o informante conta os acontecimentos da história de modo espontâneo. Contudo, esta metodologia difere das entrevistas que são apresentadas com pergunta-resposta. A principal crítica sobre este último método é que, muitas vezes, o entrevistador pode ser tendencioso na formulação da pergunta e o entrevistado pode ser instigado a responder aquilo que o entrevistador quer ouvir (BAUR; JOVCHELOVITCH, 2002).

Por meio desse recurso metodológico, apresentamos uma questão norteadora central para os professores, que diz respeito da escola à educação no contexto da mineração antes e após o RBF, para assim investigar quais são as representações sociais dos professores sobre a escola diante do rompimento da barragem de Fundão. Nessa trajetória, prosseguimos a entrevista narrativa para compreender o que esses sujeitos estão vivenciando e apresentamos as seguintes questões: “Como foi o RBF para você?” “Como é esse assunto de mineração para você?” “Você trabalhava/trabalha esse tema mineração nas suas aulas?” “Como tem sido a adequação escolar em Mariana após o RBF?” Esta última pergunta diz respeito ao fato da escola ter sido transmutada para mais de um lugar após o RBF.

Procuramos entender como esses sujeitos estão construindo e reconstruindo suas representações sociais diante do RBF, que, mudou de forma abrupta a rotina das suas vidas no âmbito profissional e pessoal. Telau (2018) afirma que as entrevistas narrativas possibilitam: “[...] analisar conteúdos que estão resguardados nas subjetividades dos sujeitos [...]” (p. 49). A relevância do uso das entrevistas narrativas pode ajudar a resgatar lembranças de acontecimentos significativos que permeiam o âmbito individual e social do sujeito, principalmente, diante de um fato marcante vivenciado por um grupo de pessoas. Bauer e Jovchelovitch (2002) reconhecem que a partir das entrevistas narrativas:

[...] as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal. (BAUER; JOVCHELOVITCH, 2002, p. 91)

As entrevistas narrativas foram gravadas com consentimento dos entrevistados, alguns dados também foram registrados a partir das observações da pesquisadora em um diário de campo, que servirá de “protocolo de memória”, como alegam Bauer e Jovchelovitch (2002).

Para apreciar os dados dos indicadores educacionais da instituição, procedemos com a consulta de dados virtuais, disponíveis no portal do QEdú/INEP/MEC. Assim, usamos os dados registrados pela escola no Censo Escolar do INEP (de 2015 e 2018), sobretudo os dados de 2015 que analisamos para estabelecer a situação que precede a ruptura da barragem, e comparamos com os dados de 2018 e os dados obtidos no trabalho de campo na escola que correspondem às informações de 2019.

Esta dissertação está estruturada nesta introdução e mais três capítulos. Na introdução, apresentamos a questão da pesquisa sobre o RBF; a problematização da temática investigada e a hipótese; as justificativas de cunho pessoal/profissional, social e acadêmico; os objetivos central e específicos; o percurso metodológico; e a síntese da estrutura da dissertação.

No capítulo 1, aprofundamo-nos no referencial teórico, subdivido nas seguintes fundamentações: (1.1.1) Teoria das Representações Sociais (TRS); (1.1.2) Estudos desenvolvidos no GERES sobre a teoria das Representações Sociais em Movimento (RSM); (1.2) Abordagem Socioterritorial na perspectiva da tríade Des/Re/Territorialização; e (1.3) O Movimento da Educação do Campo no Brasil.

O capítulo 2 tem o objetivo de apresentar o contexto da pesquisa, o subdistrito onde se localizava a escola (*locus* da pesquisa). No tópico 2.1 abordamos os aspectos relativos às práticas de extrativismo mineral com o processo de Des-Re-Territorialização ocorrido em Bento Rodrigues; também tecemos algumas reflexões acerca dos danos decorrentes do RBF na comunidade campesina; e, por último, informações acerca do reassentamento onde os habitantes serão reterritorializados. No tópico 2.2, apresentamos um mapeamento da cartografia escolar da instituição em análise, antes e após o rompimento da barragem: estruturas físicas, equipamentos, número de alunos e funcionários; histórico da instituição desde sua construção até a atual condição provisória da escola na cidade de Mariana. Ainda nesse capítulo, expomos algumas reflexões acerca do papel da escola na retomada dos vínculos coletivos no futuro reassentamento.

No capítulo 3, debruçamo-nos na análise dos dados, ou seja, as representações sociais dos sujeitos investigados, com o intuito de compreender as formas de pensar, sentir e agir dos professores em relação à escola no contexto do RBF e, também, apreender como essas representações sociais colocam-se em movimento. Nesse capítulo, também apresentamos a análise da trajetórias dos docentes participantes das entrevistas narrativas.

Por fim, apresentamos as considerações finais, com a certeza de que ainda há a necessidade de dar sequência às investigações das repercussões do RBF na área educacional, visto que diz respeito a um fenômeno recente e cujos desdobramentos ainda se encontram em curso. Como a autora Antunes-Rocha (2018) afirma, trata-se de um contexto em movimento.

## **CAPÍTULO 1. REFERENCIAL TEÓRICO**

O objetivo deste capítulo é apresentar as abordagens teóricas utilizadas na pesquisa. Discutiremos a abordagem Processual da TRS aprofundada por Denise Jodelet (2001); a teoria das RSM; a Abordagem Socioterritorial compreendida pela tríade Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R); e a Educação do Campo.

### **1.1 Teoria das Representações Sociais: Abordagem Das Representações Sociais Em Movimento**

Neste tópico, aprofundamo-nos na Teoria das Representações Sociais (TRS). Serge Moscovici – criador da teoria fundante – nos esclarece a respeito do que vem a ser “pressão à inferência”, conceito estudado pelo GERES, que ao longo de suas pesquisas desenvolve fundamentação teórica-metodológica capaz de trazer à luz as Representações Sociais em Movimento (RSM).

#### **1.1.1 Apontamentos sobre a Teoria das Representações Sociais**

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi construída e consolidada ao longo dos anos por Serge Moscovici. O autor realizou, na década de 1960, uma investigação acerca das Representações Sociais (RS) dos franceses em relação à psicanálise de Freud, o que resultou na tese denominada *La psychanalyse, son image et son public*.<sup>12</sup> A TRS originou-se da contraposição da teoria de representação coletiva de Durkheim e dos estudos no âmbito da Psicologia Social. Quando Moscovici correlacionou as duas áreas científicas – Psicologia e Sociologia –, buscava compreender as relações das representações criadas na mente do indivíduo/interior que são refletidas na sociedade/exterior. Do mesmo modo, a sociedade/exterior pode influenciar as representações que o indivíduo/interior constrói sobre determinado objeto. Elabora-se, desse modo, a TRS no campo psicossocial por considerar a correlação entre o indivíduo e a sociedade (MOSCOVICI, 2003; 2012). Nesse sentido: “[...] parte-se da premissa de que não existe separação entre o universo externo e o universo interno do sujeito”

---

<sup>12</sup> Traduzindo: *A psicanálise, sua imagem e seu público*.

(ALVES-MAZZOTTI, 2008, p. 22) ao construir as RS. Antunes-Rocha e Ribeiro (2016, p.407) também corroboram essa afirmação: “A representação social então se mostra como uma ponte entre o mundo individual e o mundo coletivo”.

A teoria moscovicianiana diz respeito à representação social dos sujeitos sobre determinado objeto, ou seja, as imagens e opiniões do senso comum referentes a um fenômeno/assunto, ou acontecimento contemporâneo, que circulam no cotidiano das pessoas, como afirma: “As representações sociais são entidades quase tangíveis; circulam, se cruzam e se cristalizam continuamente através da fala, do gesto, do encontro no universo cotidiano.” (MOSCOVICI, 2012, p. 39). Os autores Jodelet (2001), Antunes-Rocha (2012) e Ribeiro (2019) compactuam com Moscovici (2003) quanto ao fato de criarmos e compartilhamos as representações sociais a partir dos problemas que nos cercam na sociedade em que estamos inseridos. Conforme Antunes-Rocha: “Os conteúdos de uma representação são os diferentes saberes que circulam na sociedade [...] crenças, valores, opiniões, atitudes, imagens, e símbolos [...]” (ANTUNES-ROCHA, 2012, p. 25). De modo complementar, Ribeiro (2019, p. 14) afirma: “As representações sociais estão nos discursos, nas palavras, nas expressões midiáticas e nas condutas.” Dessa forma, compreendemos que de fato as representações são sociais, pois são compartilhadas na sociedade pelas experiências e vivências de grupos coletivos.

Por vezes, as RS não têm tempo para se “cristalizar”, isto é, se sedimentar e se transformar em tradições. Alves-Mazzotti (2008) se refere a esse aspecto da TRS como “teoria do senso comum” e, para Moliner e Guimelli (2015), é denominado “conhecimento do senso comum”. Moscovici (2003) explica que, quando as representações sociais se cristalizam/fossilizam, elas se consolidam e se tornam arraigadas na sociedade:

[...] compartilhada por todos, e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social *sui generis*. Quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais fossilizada ela se torna. O que é ideal, gradualmente torna-se materializado. Cessa de ser efêmero, mutável e mortal, e torna-se, em vez disso, duradouro, permanente, quase imortal. (MOSCOVICI, 2003, p. 41)

As representações sociais são produzidas na consciência individual e coletiva, sobre determinado objeto coletivo/social, de modo que “[...] ela produz e determina os comportamentos [...]” (MOSCOVICI, 2012, p.27). Jodelet (2001) afirma que, quando os sujeitos estão diante do novo objeto, são compelidos a dar sua opinião e posicionar-se.

[...] as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da

realidade diária, no modo de interpretar os aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva. (JODELET, 2001, p. 17)

Entretanto, é importante ressaltarmos que pode haver várias representações sociais sobre determinado objeto dentro do mesmo grupo social. É como se existissem “[...] diferentes faces de uma mesma representação social. Esse ponto de partida pressupõe que uma representação não é a partilha ou combinado entre todos os membros de um grupo [...]” (ANTUNES-ROCHA; RIBEIRO, 2016, p. 407), ou mesmo, que pode haver divergências de opiniões entre grupos distintos que apresentam representações sociais diferentes em relação a um objeto social, como o exemplo da investigação feita por Moscovici sobre a RS da psicanálise para distintos grupos<sup>13</sup> sociais na França, em 1961.

Serge Moscovici (2003) assegura que, ao fabricarmos as representações sociais sobre um novo objeto, estamos tentando tornar familiar o não familiar, “tornar comum e real algo que é incomum” (p. 58). Além disso, o autor alude: “A dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, pessoas e acontecimentos são percebidos e compreendidos em relação a prévios [...] paradigmas.” (MOSCOVICI, 2003, p. 55).

Ao emergir novas representações sociais diante do objeto estranho e não familiar, ocorrem os processos de objetivação e ancoragem. Para o autor, ancorar é classificar, nomear e rotular aquilo que é estranho, e objetivar é: “transformar algo abstrato em algo quase concreto” (p. 61), de modo que se crie uma imagem sobre o desconhecido. Em síntese: “Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de se dar um nome ao que não tinha nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo.” (MOSCOVICI, 2003, p. 62). Assim, emergem novas representações sociais, outras se mantêm e algumas se alteram (ANTUNES-ROCHA; CARVALHO; MARTINS, 2014).

Ao aplicar a TRS em contextos concretos, o autor afirma: “[...] uma representação social surge onde houve perigo para a identidade coletiva, quando a comunicação de conhecimento submerge as regras que a sociedade se outorgou[...]” (MOSCOVICI, 1978, p. 174). O autor ressalta que não almejou estudar as representações sociais de tempos primitivos, nem da pré-história, mas aquelas presentes na contemporaneidade, especialmente sobre assuntos que remetem a contextos de lutas e problemas sociais, que dizem respeito a:

---

<sup>13</sup> Os grupos sociais investigados por Moscovici foram: operários, professores, técnicos, estudantes, profissionais liberais e representantes da classe média (MOSCOVICI, 2012).

[...] nosso solo político, científico, humano, que nem sempre tem tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornar tradições imutáveis. [...] existe uma necessidade contínua de re-constituir o “senso comum” ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma coletividade pode operar. Do mesmo modo, nossas coletividades hoje não poderiam funcionar se não criassem representações sociais baseadas no tronco das teorias e ideologias que elas transformam em realidades compartilhadas, relacionadas com as interações entre pessoas que, então, passam a construir uma categoria de fenômenos à parte. E a característica específica dessas representações é precisamente a de que elas “compartilham ideias” em experiências coletivas [...]. (MOSCOVICI, 2003, p. 48)

Como afirmou Moscovici (2003), a TRS se ocupa de investigar questões relativas ao cotidiano social. Em relação à construção epistemológica da teoria, pode-se afirmar que a TRS se encontra em constante aperfeiçoamento ao longo de quase seis décadas da teoria cunhada por Moscovici em 1961. Com isso, ao longo dos anos surgiram outras vertentes teóricas relativas à TRS, como comprova os escritos de Moliner e Guimelli (2015), são elas: a sociogenética, também denominada processual por alguns autores, na qual Moscovici e Denise Jodelet fundamentam-se teórica e metodologicamente; a estrutural, introduzida por Abric (1976); a sociodinâmica, fundada por Willem Doice (1990); e a dialógica, constituída por Ivana Markova (2007).

Aprofundamos a pesquisa em tela na vertente processual, para assim dar sequência ao caminho teórico que vem sendo conduzido pelo GERES. Por sua vez, essa vertente nos possibilita compreender as três dimensões que constituem as formas de pensar, sentir e agir ao analisarmos as representações sociais: 1) a *dispersão da informação na gênese*: a respeito de quais fontes<sup>14</sup> ou meios de comunicação disseminaram a informação geradora da representação social; 2) a *focalização, ou campo*: diz respeito ao grau de envolvimento sobre o objeto; 3) a *pressão à inferência*: diante de uma situação adversa o sujeito é obrigado a “agir, se posicionar”, ou seja, movimentar-se para adaptar-se à nova realidade (MOSCOVICI, 2012; ANTUNES-ROCHA e RIBEIRO, 2016).

### **1.1.2 Representações Sociais em Movimento**

A conceituação das Representações Sociais em Movimento (RSM) vem sendo construída há mais de uma década por Antunes-Rocha e pesquisadores integrantes do

---

<sup>14</sup> As fontes de informação podem ser percebidas através do meio social em que os sujeitos circulam (religião, ambiente de trabalho, família, grupo de amigos) ou pelos meios de comunicação (mídias, programas de televisão, redes sociais no ambiente virtual – em relação à contemporaneidade). É importante também se considerar o tempo histórico em que nasce a representação social sobre determinado objeto.



GERES/FaE/UFMG, que resultou na publicação de várias pesquisas científicas (quadro 1) e na publicação da obra de Antunes-Rocha e Ribeiro (2018).

**Quadro 1** - Trajetória das pesquisas desenvolvidas pelo GERES/FaE/UFMG

<b>Nome</b>	<b>Título</b>	<b>Pesquisa tipo</b>	<b>Orientador</b>	<b>Ano</b>
Maria Isabel Antunes-Rocha	Representações sociais de professores sobre a relação professor-aluno em sala de aula	Mestrado em Educação	Regina Helena de Campos Freitas	1995
Maria Isabel Antunes-Rocha	Representações sociais de professores sobre alunos no contexto de luta da terra.	Doutorado em Educação	Regina Helena de Campos Freitas	2004
Lucimar Vieira Aquino	Representações sociais de educandas e educandos do curso de licenciatura em educação do campo sobre a leitura de texto acadêmicos.	Mestrado em Educação	Maria Isabel Antunes-Rocha	2013
Luciane Souza Diniz-Menezes	Representações sociais sobre a educação do campo construídas por educandos do curso de licenciatura em educação do campo.	Mestrado em Educação	Maria Isabel Antunes-Rocha	2013
Cristiene Adriana da Silva Carvalho	Práticas artísticas dos estudantes do curso de licenciatura em educação do campo: um estudo na perspectiva das Representações Sociais.	Mestrado em Educação	Maria Isabel Antunes-Rocha	2015
Roberto Telau	Ensinar – incentivar – mediar: dilemas nas formas de sentir, pensar e agir dos educadores dos Ceffas sobre os processos de ensino/aprendizagem.	Mestrado em Educação	Maria Isabel Antunes-Rocha	2015
Karol Oliveira Amorim-Silva	Educar em prisões: um estudo na perspectiva das Representações Sociais.	Mestrado em Educação	Maria Isabel Antunes-Rocha	2016
Luiz Paulo Ribeiro	Representações sociais sobre a violência para educandos do curso de licenciatura em Educação do Campo da FaE-UFMG.	Doutorado em Educação	Maria Isabel Antunes-Rocha	2016
Welessandra Aparecida Benfica	A escrita de educandos(as) em formação para atuação nas escolas do campo na perspectiva das Representações Sociais.	Doutorado em Educação	Maria Isabel Antunes-Rocha	2017
Cristiene Adriana da Silva Carvalho	Representações Sociais das práticas artísticas na atuação de professores do campo.	Doutorado em Educação	Maria Isabel Antunes-Rocha	2017
Elisabeth Moreira Gomes	Representações Sociais de Escrita de estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFVJM.	Doutorado em Educação	Maria Isabel Antunes-Rocha	2018
Naiane Nunes	Identidade socioterritorial e Representações sociais de egressos da Licenciatura em Educação do Campo.	Mestrado em Educação	Orient. Maria Isabel Antunes-Rocha Coorientador: Luiz Paulo Ribeiro	2019

Adriane Cristina de Melo Hunzicker	O rompimento da barragem de Fundão: repercussões nos saberes e práticas dos professores da escola de Bento Rodrigues	Mestrado em Educação	Maria Isabel Antunes-Rocha	2019
<b>Pesquisas em andamento<sup>15</sup></b>				
Alexandre Fraga de Araújo	Representações Sociais de educadores das Escolas Famílias-Agrícola (EFAs) do Brasil e da Argentina sobre o uso pedagógico das tecnologias	Doutorado em Educação	Maria Isabel Antunes-Rocha	Em andamento
Érica Fernanda Justino	Representações Sociais sobre o campo/rural de professores que atuam em alternância no Brasil e no Peru.	Doutorado em Educação	Maria Isabel Antunes-Rocha	Em andamento
Leonardo de Miranda Siqueira	Representações Sociais em movimento sobre a pedagogia da alternância em EFAs.	Doutorado em Educação	Orient. Maria Isabel Antunes-Rocha Coorientador: Luiz Paulo Ribeiro	Em andamento
Sérgio Rosa Riani	Representações Sociais de mulheres em situação de rua em Belo Horizonte sobre a violência.	Mestrado de promoção de saúde e prevenção da violência	Orient. Tarcísio Magalhães Pinheiro Coorientador: Luiz Paulo Ribeiro	Em andamento
Júlio César de Almeida Pacheco	Representações Sociais em Movimento dos jovens educandos da EFA Paulo Freire sobre “o que é ser jovem do campo”.	Doutorado em Educação	Maria Isabel Antunes-Rocha	Em andamento
Ciléssia Maria de Oliveira	Representações Sociais dos sujeitos de uma escola do campo atingida pelo rompimento da barragem de Fundão.	Mestrado em Educação	Maria Isabel Antunes-Rocha	Em andamento

Fonte: Adaptado de CARVALHO, 2018, p. 116.

Com amparo teórico-metodológico da TRS de Moscovici, as pesquisas também são desenvolvidas com o uso de questionário semiestruturado e realização de entrevistas narrativas, conforme Bauer e Jovchelovitch (2002). O quadro acima permite visualizarmos a trajetória de dissertações e teses produzidas, às quais a dissertação em tela visa somar contribuições.

O GERES faz parte da linha de pesquisa Psicologia, Psicanálise e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da FaE/UFMG. O grupo de pesquisa iniciou-se em 2012, porém as primeiras pesquisas foram concluídas em 2013, embora a coordenadora<sup>16</sup> do grupo, professora Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel Antunes-Rocha, tenha desenvolvido pesquisas acerca da TRS durante sua trajetória de especializações (o

<sup>15</sup> Os títulos das pesquisas em andamento são passíveis de mudanças, pois ainda estão em processo de construção.

<sup>16</sup> Atualmente, a coordenação do GERES é compartilhada com o professor Dr. Luiz Paulo Ribeiro/UFMG e a Professora Dr.<sup>a</sup> Welessandra Aparecida Benfica/UEMG.

mestrado finalizado em 1995, e doutorado em 2004). A maioria das pesquisas desenvolvidas<sup>17</sup> no GERES voltam-se às temáticas da Educação do Campo, e o seu interesse em focalizar na área educacional relaciona-se ao fato dos sujeitos investigados e os objetos de estudos vivenciarem ou se relacionarem a contextos de lutas sociais que os colocam em situação de pressão à inferência (ANTUNES-ROCHA; RIBEIRO, 2018).

Nessa perspectiva, as pesquisas do GERES buscam analisar situações em que os sujeitos investigados passam por situações abruptas em seu contexto social, as quais os levam à “pressão à inferência”, ou seja, a analisar a ótica das mudanças na maneira de pensar, sentir e agir diante do “não familiar” (ANTUNES-ROCHA; RIBEIRO, 2018). Ao tentar apreender a dinâmica do movimento das RS, Ribeiro (2016) apresenta algumas indagações:

Como uma representação social se modifica? Que fatores podem determinar ou possibilitar tais modificações? Quais as condições necessárias para que a mudança aconteça? Quais as repercussões desse movimento? Como organizar um modelo dimensional para o entendimento de tais mudanças? (RIBEIRO, 2016, p. 71)

Antunes-Rocha (2018) afirma que os escritos de Pascal Moliner contribuíram para entender que as representações sociais não são fixas, nas palavras da autora: “Moliner [...] indica que as representações sociais podem ser levadas a transformarem-se [...]” (ANTUNES-ROCHA, 2018, p. 21), ou seja, pode haver indicativos de mudanças que colocam as RS em movimento.

Para proceder à captura dos movimentos representativos nas pesquisas do GERES, os pesquisadores investigaram os três principais movimentos (permanência, mudança e reelaboração). Assim, quando os sujeitos investigados estão passando por um novo contexto gerador de mudança, podem articular os movimentos da seguinte forma:

- 1º) **permanência**, que consiste em o sujeito rejeitar aquilo que não lhe é familiar e: “recusar-se a vivenciar o novo [...] não dando possibilidade à mudança e dando mais força ao saber já instituído” (RIBEIRO, 2016, p. 72).
- 2º) **mudança**, quando o sujeito adere completamente ao “não familiar” e quase sempre refuta o passado, como exemplifica Gomes (2018) a respeito de uma situação de “pressão à inferência” que se caracteriza como caos para o sujeito ou

---

<sup>17</sup> As pesquisas de Sérgio Rosa Riane (em andamento) e Amorim-Silva (2016) são exceção, porém ambas remetem às situações em que os sujeitos apresentam-se em condições de vulnerabilidade.

um grupo de pessoas, que poderiam, dessa forma, movimentar-se de modo a: “ocasionar a perda de referências anteriores” (p. 67).

- 3º) **reelaboração**, é um movimento intercalado entre o velho e o novo, ou seja, o sujeito faz um movimento de reformular o passado que lhe é familiar, na tentativa de integrar-se ao novo: “movimentos que apresentariam uma relação dialética, provocada pelas suas ‘idas e vindas’ em torno das RS [...] não se trata de uma simples oposição entre o ‘velho’ (RS instituídas) e o ‘novo’ (RS por instituir), mas se trata do velho e do novo em constante interação.” (GOMES, 2018, p.68).

Conforme processo de “pressão à inferência” cunhado por Serge Moscovi (2012) na construção da TRS, as pesquisas desenvolvidas por Antunes-Rocha (2012) e pelos integrantes do GERES ao longo dos anos construíram, de certa forma, uma nova vertente para compreender as representações sociais dos sujeitos que passam por situações complexas em que estas (as RS) podem sofrer desestabilização e serem colocadas em alguns desses três movimentos.

### 1.1.3 Representações Sociais na Educação

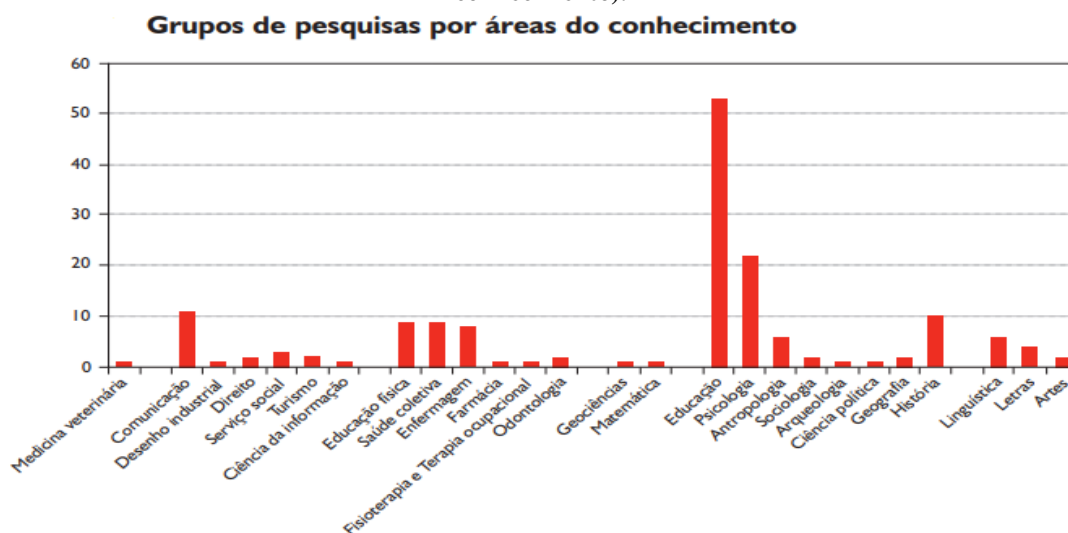
A Teoria das Representações Sociais é profícua para investigar fatos sociais em diversos campos do conhecimento científico,<sup>18</sup> constituindo-se como um recurso teórico-metodológico interdisciplinar há quase 60 anos. Disseminou-se no âmbito internacional na década de 1980, já nos países latino-americanos (como Brasil, Argentina e Venezuela) a teoria se expandiu a partir dos anos de 1990 (GOMES, 2018). A teoria adentrou no Brasil após a participação de pesquisadores brasileiros na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em Paris, na década de 1970. A primeira visita de Denise Jodelet no Brasil foi em 1982 a convite de Maria Auxiliadora Banchs, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em Campina Grande e João Pessoa (ARRUDA; SÁ, 2000). A TRS consolidou-se em várias áreas científicas no Brasil, contudo a princípio foi na Educação, Saúde e Serviço Social que ela ganhou espaço (ALMEIDA, 2009).

---

<sup>18</sup> A prova disso foi a diversidade de trabalhos em distintas áreas (educação, saúde, psicologia, etc.) apresentados no *XIV Congresso Internacional em Representações Sociais (CIRS)*, que aconteceu na Universidade de Belgrano em Buenos Aires/Argentina, em 2018. Além da interdisciplinaridade de áreas de conhecimento, observou-se a presença de participantes que pesquisam a TRS em vários países do mundo, como: Reino Unido, França, Brasil, México, Itália, Estados Unidos, entre outros.

Camargo (2018) explanou, na *XXV Conferência Internacional sobre Representações Sociais* (CIRS, 2018), que há um crescente número de grupos de pesquisas e interesse pela TRS no Brasil nos últimos anos, sobretudo depois do ano 2000. O pesquisador mencionou que em 2018 havia 202 grupos de pesquisas cadastrados no Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) com investigações acerca da TRS. Os estudos de Almeida (2009) citam a progressiva participação de pesquisadores brasileiros em eventos acadêmicos sobre representações sociais sediados no Brasil nos últimos anos, como na CIRS e na Jornada Internacional sobre Representações Sociais (JIRS), que acontece a cada dois anos no Brasil (alternando com a CIRS). Os escritos de Antunes-Rocha, Carvalho, Martins (2014) evidenciam que, ao investigar na plataforma do CNPq (no diretório de grupos) em 2014 os grupos de pesquisa que utilizam como parâmetro teórico-metodológico a TRS, a teoria tem sido estudada em nosso país em distintas áreas, sobretudo na Educação, como demostram os dados no gráfico 1. A respeito desse estudo, os autores afirmam: “[...] a TRS é uma teoria viva, produtiva e presente no cenário acadêmico-científico brasileiro.” (ANTUNES-ROCHA, CARVALHO, MARTINS, 2014, p. 111).

**Gráfico 1 - Grupos de pesquisas sobre a TRS sociais registrados no CNPq (por área de conhecimento).**



Fonte: ANTUNES-ROCHA, CARVALHO, MARTINS, 2014, p. 110.

De acordo com os dados expostos no gráfico 1, percebe-se que, além da Educação, a Psicologia também é uma área que apresenta significativa relevância quanto ao interesse pela TRS, correspondendo a aproximadamente 20% dos grupos registrados naquele ano. Além disso, os dados também apontam para uma predominância de pesquisas realizadas

na área de humanas, quando se leva em consideração todas as áreas do conhecimento. Ao justificar a predominância de grupos de pesquisas que utilizam as representações sociais na educação (aproximadamente 50%), os autores esclarecem:

O maior interesse dos pesquisadores da área de educação pode ser explicado pelas múltiplas possibilidades de utilização da TRS para compreensão de um contexto sócio-histórico e institucional ainda em constante mudança, sendo marcado pelo constante processo de (re) construção de representações dos diferentes atores que nela atuam. (ANTUNES-ROCHA, CARVALHO, MARTINS, 2014, p. 111)

Gomes (2018) especifica pesquisas relacionadas às representações sociais e contextos educacionais no Canadá,<sup>19</sup> onde estudam crianças e jovens imigrantes oriundos de países africanos que apresentam condições de vulnerabilidade.

Os trabalhos se constroem assim a partir de uma perspectiva que busca identificar as RS de escolas, de práticas escolares cotidianas e de processos de ensino e de aprendizagem, a partir da ativação da memória narrada nas entrevistas individuais e/ou em grupos realizadas pelos pesquisadores, enfatizando as relações entre linguagem, língua, práticas escolares, qualidade de ensino e processos de aprendizagem, vivenciados por jovens e crianças imigrantes que vêm para o Canadá fugindo de guerras ou crises sociais em seus países de origem. (GOMES, 2018, p. 58-59)

Alves-Mazzotti (2008) aprofunda seus estudos na teoria das representações sociais como ferramenta teórica-metodológica para compreender o processo educacional que corrobora no “fracasso escolar” de discentes de escolas públicas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A respeito do uso da TRS no contexto educacional, a autora afirma:

O estudo das representações sociais parece ser um caminho promissor para atingir esses propósitos na medida em que investiga justamente como se formam e como funcionam os sistemas de referência que utilizamos para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana. Por suas relações com a linguagem, a ideologia e o imaginário social e, principalmente, **por seu papel na orientação de condutas e das práticas sociais, as representações sociais constituem elementos essenciais à análise dos mecanismos que interferem na eficácia do processo educativo.** (ALVES-MAZZOTTI, 2008, p. 20-21. *Grifos meus*)

Para a autora, estudar as representações sociais é relevante na medida em que elas permitem uma análise dos sujeitos que têm em comum uma mesma experiência social e que por ventura podem interferir no processo educativo.

---

<sup>19</sup> Segundo Gomes (2018), as referidas pesquisas são da *Agence Universitaire de la Francophonie*.

## 1.2 Abordagem Socioterritorial na perspectiva da Des/Re/Territorialização

Ainda neste capítulo, apresentamos também um tópico com reflexões sobre os conceitos de território, partindo do entendimento de que os territórios são produzidos pelas relações sociais, gerando assim uma dinâmica socioterritorial capaz de ser compreendida pela teoria a Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R).

### 1.2.1 Discussões sobre a Abordagem Socioterritorial

Ao conceituar território em diferentes áreas do conhecimento científico (como a Antropologia, Sociologia e Economia), os estudiosos podem investigá-lo sob o ponto de vista de distintas dimensões, como culturais, ambientais, econômicas, e sociais (Fernandes, 2008). À luz da Geografia, debruçamo-nos sobre o conceito de território no âmbito social/humano – socioterritorial – pois, dessa forma, temos alguns elementos para refletir sobre aspectos relativos às formações da organização sociocultural (simbólica) do território, e ainda entender as tessituras de determinados grupos humanos, que se relacionam em territórios permeados por conflitualidades. O entendimento acerca de quem elabora ou utiliza os conceitos de território e espaço relaciona-se a determinadas intencionalidades acerca destes e a corrente teórica à qual esse entendimento se vincula, como ressalta o autor:

Pensadores vinculados a diferentes correntes teóricas, como por exemplo, o Positivismo, o Neopositivismo, o Materialismo Histórico, a Fenomenologia elaboram distintas significações dos conceitos de Espaço e Território para realizarem diferentes interpretações. De acordo com as tendências das intencionalidades, os territórios podem ser vistos de diversas formas, por diferentes sujeitos. (FERNANDES, 2008, p.278)

A intencionalidade<sup>20</sup> do uso do conceito de território também pode ser analisada de acordo com diferentes aspectos, como exemplo o econômico/ideológico, relativo ao modo de produção, em que grupos hegemônicos defendem a prática do agronegócio, ou a mineração na perspectiva neoextrativista. Nesse sentido,

---

<sup>20</sup> Fernandes (2008) cita distintos casos de usos de território e suas ideologias, como as publicações “*Desarrollo Territorial Rural*” (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004), e “Ministério do desenvolvimento agrário, Atlas dos Territórios Rurais. (Brasília: MDA, 2004)”. As duas publicações apresentam território na perspectiva do desenvolvimento rural. Outro exemplo apontado pelo autor foi o caso do Ministério da Saúde, que publicou a campanha “O Território e a vigilância em Saúde” e, por fim, a publicação do livro “Territórios Eróticos” de Ana Teresa Torres, que apresenta território metaforicamente.

[...] o território passa a ser utilizado “numa perspectiva de desenvolvimento”; ou seja, como uma variável a ser considerada quando se pretende fazer algum tipo de intervenção sobre o espaço e as populações que resultem em alterações do quadro existente. Desse modo, a abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2005, p. 14 *apud* FERNANDES, 2008, p. 289)

Além de território, há outros conceitos, como espaço, paisagem, região e lugar, que também são objeto de estudo da Geografia no âmbito das ciências sociais e que funcionam para se compreender a totalidade socioespacial. A esse respeito, Corrêa afirma: “[...] conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre [...]” (CORRÊA, 2001, p. 16). Contudo, não se pode confundir esses conceitos, pois não são sinônimos uns dos outros. Por exemplo, Fernandes (2006), ao dissociar estes dois conceitos, território e espaço, entende que “todo território é um espaço (nem sempre geográfico, podendo ele ser social, político, cultural, *cibernético* etc). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico” (FERNANDES, 2006, p. 34). Raffestin impeliu geógrafos, sociólogos, filósofos, e tantos outros teóricos a debruçarem-se no entendimento desses dois conceitos. Como alude: “[...] o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator [...] Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço.” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). A ação do ser humano transforma o espaço natural por meio da força de trabalho e das relações sociais, criando-se, desse modo, múltiplos territórios: concretos/abstratos, materiais/imateriais.

Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. (FERNANDES, 2006, p.34)

Para Lefebvre (1991) *apud* Fernandes (2008, p. 276): “O espaço é a materialização da existência humana [...] o espaço e as relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios”. Esse processo de movimentos e “produção” do território é engendrado pelas ações e relações individuais e sociais, assim como demonstra Raffestin:

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder [...]. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território



nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa [...]. **Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem "territórios"**. (RAFFESTIN, 1993, p. 152. *Grifos meus.*)

Desse modo, ressaltamos que há distintas intencionalidades na intercorrência dos processos de territorialidade dos espaços (FERNANDES, 2006, 2008). A esse respeito, Haesbaert (2006, p.59) defende a teoria de Santos *et al.* (2002), denominando como “território usado”, de modo que para alguns o território é abrigo e para outros é recurso. Dessa forma, o território é usado como recurso, para atender a demanda de grupos hegemônicos capitalistas; já para os sujeitos “hegemonizados” (como os camponeses e povos tradicionais), o território é usado como abrigo e como meio para garantia da sobrevivência familiar/social.

Nessa perspectiva dos usos econômico e social do território, podemos elucidar o caso de determinados grupos sociais ou empresas que se apropriam de certos espaços com a finalidade de extrair recursos naturais e comercializá-los, de modo que sirvam ao sistema capitalista, por exemplo, os territórios em que são produzidas mercadorias pelo agronegócio, por polos industriais, ou pela extração de recursos minerais em grande escala. Por outro lado, há territórios originários da lógica de produção para subsistência de grupos coletivos, como os povos tradicionais e camponeses. Em ambos os casos, há algo em comum no processo de construção dos territórios que se relaciona ao trabalho humano (podendo ser braçal e/ou intelectual). Contudo, nos territórios que visam o lucro para a demanda capitalista, há o uso majoritário de equipamentos tecnológicos no lugar do trabalho humano, o que os permite lucrar mais em menos tempo. Outra característica dos meios de produção vinculados ao sistema capitalista diz respeito ao uso do poder para beneficiar-se financeiramente de outras classes sociais, o que propicia uma relação de exploração do trabalho e/ou de territórios habitados por grupos sociais menos favorecidos economicamente.

A respeito da relação entre dinheiro, poder e território, Milton Santos (1999) explica:

[...] por menor que seja um lugar, por mais insignificante que pareça, no mundo da competitividade este lugar é fundamental porque as empresas globais dependem de pequenas contribuições para que possam manter o seu poder. Esse poder que é cego, porque não olha ao redor. Esse poder que se preocupa com objetivos precisos, individualistas, egoísticos, [...]. Mas escolhe lugares aqui e ali, hoje e amanhã, em função das respostas que imaginam poder ter, e

desertam esses lugares quando descobrem que já não podem oferecer tais respostas. (SANTOS, 1999, p. 11)

Segundo Santos (1999), a lógica de empresas globalizadas que atuam em determinados territórios brasileiros é a da busca por interesses próprios para manter-se no poder, desorganizando os territórios e os modos de vida local. Quando não há mais interesses naquele local, as empresas abandonam, “desertam”, o território, e muitas das vezes deixam para trás danos socioambientais. A respeito das relações conflituosas instauradas por meio das forças do poder nos territórios, Fernandes (2006) afirma:

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder [...] é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. (FERNANDES, 2006, p.33)

Para Fernandes (2006), as construções e delimitações dos territórios ocorrem através das relações sociais, que por vezes são permeadas pela polaridade “aceitar ou confrontar” o poder. Ao confrontar o poder, acirram-se os conflitos e as mais variadas formas de violências, como demonstra Souza(2001) ao citar Arendt(1985): “Poder, força, autoridade, violência – nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são elas consideradas sinônimos por terem a mesma função.” (ARENDR, 1985, p. 23-4 *apud* SOUZA, 2001, p. 79).

Resgatando Haesbaert (2006, p.43), percebemos que as origens etimológicas da palavra território relacionam-se ao latim *territorium*, derivado de “terra”, a qual o sistema jurídico romano do século VI considerava como “pedaço de terra apropriado”. O *Dictionnaire Étimologie de La langue Latine* (1967 [1932], p. 687-688) e o *Oxford Latin Dictionary* (1968 [1929]) trazem a conceituação de *terra-territorium* e *terreo-territor*, ou seja, terrorizar aquele que aterroriza; já o *Dictionnaire Étimologique* associa os conceitos de “*territo, terra e terreo*”, ou seja, domínio da terra e terror.

Com esse entendimento, refletimos que a apropriação do espaço por grupos humanos se dá pelos interesses relativos à terra e seus diversos usos, assim como para se fixar) e se organizar socialmente de modo a extrair os recursos necessários para sobrevivência, ou extrair recursos de valor econômico para obtenção do lucro, mesmo que para tal ação seja necessária a propagação do terror, da violência, da exploração e da exploração de outros grupos humanos. Como ocorreu no período das Grandes Navegações, séculos XV e XVI, em que europeus buscavam a expansão territorial e o domínio do “novo mundo”, o que resultou na sangrenta e violenta exploração e

extermínio de muitos nativos que habitavam a América naquela época. Aliás, compreendemos que, quanto aos interesses por terras/territórios ocorridos ao longo da história da civilização humana, a conflitualidade sempre esteve presente e, mesmo na contemporaneidade, persistem violentas maneiras de dominar e se apropriar de novos territórios, o que nos permite concluir que, historicamente, povos oprimidos são violentados e expulsos de suas terras (RIBEIRO, 2016). A esse respeito, Rogério Haesbaert (2006) considera dois aspectos, um:

[...] dizendo respeito à terra e, portanto, ao **território como materialidade**, outro [...] referindo aos **sentimentos que o território** inspira (por exemplo, de **medo para quem dele é excluído**, de **satisfação para aqueles que dele usufruem** ou com o qual se identificam). (HAESBAERT, 2006, p. 41-42. *Grifos meus*)

A compreensão do que vem a ser território não se deve limitar apenas à concepção de espaço físico e materializado, mas também ao fato de representar posse, dominação e poder, sobretudo de um grupo social sobre outro; de empresas sobre grupos sociais ou indivíduos; ou ainda, do Estado que tem o poder de soberania nacional sobre seu povo ou outros países/Estados. Para Souza (2001, p. 79): “[...] o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder [...]”. Esse poder pode ocorrer de forma consolidada quando levamos em consideração os aspectos políticos, econômicos, jurídicos, ou por meio do poder simbólico/cultural. Sobre este último, Haesbaert (2006) nos motiva a pensar que o poder simbólico é indissociável do poder político. Como afirma o autor:

Em certos casos, como o de grandes conflitos territoriais de fundo étnico e religioso, a dimensão simbólico-cultural do poder se impõe com muita força, enquanto em outras, provavelmente as dominantes, trata-se mais de uma forma de territorialização, a fim de regular conflitos dentro da própria esfera política ou desta com determinados agentes econômicos. (HAESBAERT, 2006, p. 93)

Milton Santos (1999) explica que o território é o *locus* da vida humana, onde há sociabilidade entre sujeitos: “O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.” (SANTOS, 1999, p. 7).

A compreensão acerca da produção da territorialidade do espaço se dá em um: “sistema tridimensional sociedade—espaço—tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160). Souza (2001) apresenta os múltiplos territórios construídos e destruídos pela presença do poder no ponto de vista temporal: “séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica,

cíclica.” (SOUZA, 2001, p. 81). A longínqua disputa territorial entre Árabes e Judeus e a de outros grupos sociais que disputam territórios relacionam-se em forma de “uma teia ou rede”, como os casos de territórios múltiplos apresentados nos estudos de Souza (2001): quando grupos sociais distintos usam o mesmo espaço geográfico produzindo diferentes tipos de territórios, os conflitos agravam-se diante dos limites e fronteiras que não são fixas. Em alguns casos, como o narcotráfico, não há fronteiras físicas, entretanto traficantes de facções diferentes disputam determinado território (como em favelas de grandes cidades) para comercializar drogas; ou o caso de disputa de território por comerciantes formais e informais. Outro exemplo é a territorialidade temporária, quando grupos sociais desterritorializados de outros territórios, os *outsiders* (os de fora), disputam determinado território com quem já o habitava.<sup>21</sup> Há também, segundo Souza (2001), a territorialidade cíclica, em que o mesmo território de uma cidade durante o dia é ocupado/usado por comerciantes de lojas e clientes, e a noite pela prostituição (feminina e masculina) e clientes. Com esses exemplos compreendemos que com a apropriação e dominação socioterritorial surgem novos territórios imateriais, e ainda que: “o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência.” (FERNANDES, 2006, p. 34). A territorialidade é permeada pelo poder e pelas distintas formas de conflitualidades entre determinados grupos humanos que segregam outros grupos sociais em suas redes de relacionamento. Assim,

Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. **Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem.** A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder.” (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162. *Grifos meus.*)

O território deve ser analisado na lógica da contradição, levando-se em consideração o poderio capitalista que visa à expansão territorial, mesmo que seja pelo poder e domínio de uma classe social sobre a outra, o que acarreta conflitualidades, violências, e até mesmo processos de desenraizamento da identidade socioterritorial, em

---

<sup>21</sup> Outros exemplos de disputa de poder e preconceitos com pessoas não originárias de determinado território, podemos citar: a cidade fictícia da Inglaterra em que os *Estabelecidos* discriminam e impõem poder sobre os *Outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000); o caso de nordestinos que sofrem preconceitos em territórios de São Paulo (SOUZA, 2001); podemos também, citar o caso investigado em tela, em que os atingidos do RBF são discriminados em Mariana, como retratado nas entrevistas narrativas no capítulo 3.

que grupos minoritários economicamente são desterritorializados e são obrigados a movimentar-se para efetivar a Re-Territorialização.

### **1.2.2 A dinâmica da Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R)**

Após a compreensão do processo socioterritorial, avançamos no entendimento da tríade Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR). Os estudos do Geógrafo Claud Raffestin sobre território possibilitaram que o autor concebesse a teoria T-D-R (HAESBAERT, 1997).

De certa forma, a construção e a destruição dos territórios ocorrem de maneira fluída na dinâmica socioespacial. Como já discutido anteriormente, a territorialização se dá pela produção e expansão de novos territórios; a desterritorialização pode ser entendida como a destruição concreta do território de modo que a população é “obrigada” a reterritorializar outro território; ou mesmo, a desterritorialização pode ser aleatória, de modo que habitantes de determinado território migram individualmente ou em pequenos grupos ao longo do tempo, buscando assim por territórios distintos para reterritorializarem-se (HAESBAERT, 2006).

Entre os processos que acarretam a desterritorialização, podemos citar motivações econômicas, políticas ou de ordem natural (HAESBAERT, 1997). Segundo Haesbaert: “a desterritorialização tem hoje na constituição de redes econômicas cada vez mais ampliadas a sua principal mola propulsora [...]” (1997, p. 258).

Haesbaert (2001) ratifica os estudos de Santos (1985) os quais demonstram que o capitalismo impulsionou a desterritorialização, especialmente com o processo de globalização e dos meios técnico-científicos. A esse aspecto podemos relacionar dois contextos ocorridos no Brasil:

- a) os territórios campesinos que são desterritorializados desde a Revolução Verde<sup>22</sup> até o agronegócio na contemporaneidade, em que as tecnologias substituem trabalhadores, fazendo com que, quando esses sujeitos são “expulsos” do campo, reterritorializem centros urbanos e provoquem

---

<sup>22</sup> A Revolução Verde que ocorreu a partir da década de 1960 no Brasil.

aglomerações<sup>23</sup> em áreas periféricas e desordenadas, aumentando assim a violência e a pobreza;

- b) as tecnologias também podem provocar desterritorialização nos territórios urbanos, principalmente com a Terceira Revolução Industrial,<sup>24</sup> que acarretou no crescente desemprego estrutural, já que as fábricas passaram a substituir a mão de obra humana por robôs e máquinas; neste caso, o processo de reterritorialização pode ocorrer em uma escala nacional ou mundial, acarretando assim em outros problemas, como quando imigrantes escolhem por destino países desenvolvidos do continente Europeu ou Estados Unidos, onde relatos de xenofobia são recorrentes.

Em ambos os casos, o processo de desterritorialização pode comprometer o enraizamento identitário dos sujeitos que migram dos seus territórios (êxodo rural ou imigrantes) e ainda faz com que eles sofram com o processo de segregação e discriminação motivado por suas origens, como afirma Santos (1996): “desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para designar estranhamento, que é, também, desculturalização” (SANTOS, 1996, p. 262 *apud* HAERBAERT, 2006, p. 61). Para Haesbaert (1997, 2001), tal situação pode ser compreendida como “neoterritorialismo excludente” ou como “territorialismo segregador”.

A globalização é um fenômeno contemporâneo que intensifica a desterritorialização, “a globalização tende a desenraizar as coisas, as gentes e as ideias [...]” (IANNI, 1992 *apud* HAESBAERT, 2001, p. 179). As inovações tecnológicas estão relacionadas ao processo de desterritorialização, sendo assim, Haesbaert (2001) correlaciona a dinâmica socioterritorial da T-D-R aos meios de transporte e telecomunicação que conectam o mundo por meio da: Inovação, Difusão e Obsolescência.

A obra de Haesbaert *Desterritorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*, publicada em 1997, evidencia a situação da intervenção latifundiária capitalista de um grupo de gaúchos no território campesino de um município baiano, onde se instala

---

<sup>23</sup> Haesbaert (2001, p. 185-202) define essa situação como “Desterritorialização e aglomerados de exclusão”.

<sup>24</sup> A Terceira Revolução Industrial iniciou-se no século XX com a inserção de tecnologia de ponta no processo produtivo industrial.

uma polaridade<sup>25</sup> entre nordestinos e sulistas, em que as diferenças econômicas e simbólicas/culturais/identitárias dos dois grupos é colocada em confronto e, dessa forma, os moradores locais são “obrigados” a resistir diante da polaridade com os gaúchos.

Para Haesbaert (1997), o processo de reterritorialização acarreta em aceitar as múltiplas identidades advindas dos povos que passam a se relacionar juntos, sem focalizar apenas na perspectiva de que todos têm que ser “iguais” e que só existe uma identidade, pois, dessa forma, reterritorializar pode implicar no modo opressor, ou contrariamente, quando se consideram “identidades sociais” como várias, a reterritorialização pode ser libertária. Como afirma:

[...] a reterritorialização pode ser libertária, sugerindo opções de contrastes, permitindo a livre manifestação de identidades, e ao mesmo tempo opressora, quando se fecha, voltando-se apenas para os “iguais” e ignorando o diálogo e o confronto renovadores. Trata-se aí de uma fragmentação pela supervalorização do território. [...] também pode ao mesmo tempo gerar a insegurança e o medo, fragilizando-nos, ou o desafio e o conflito, **no sentido de permitir múltiplos pertencimentos, a vivência concomitante de múltiplas identidades** (HAESBAERT, 1997, p. 271. *Grifos meus*).

Para alguns grupos sociais minoritários que foram desterritorializados de forma avassaladora por interesses capitalistas, faz-se necessária uma inserção mais humana e solidária ao efetivar o processo de reterritorialização, assim, para efetivar o processo de reenraizamento desses sujeitos, é necessário resgatar aspectos identitários ligados ao convívio coletivo e à preservação da cultura (HAESBAERT, 1997).

A respeito da tríade Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R), entendemos que “a vida e morte dos territórios” são determinados pelos movimentos produzidos pelas relações sociais atuantes no processo histórico da construção/destruição dos territórios (HAESBAERT, 2001). Com as análises acerca da dinâmica da T-D-R, especificamente dos esclarecimentos acerca do processo de reterritorialização e reenraizamento identitário, aprofundamos no capítulo dois o contexto concreto vivenciado pelos moradores, alunos e professores de Bento Rodrigues que foram desterritorializados pelo rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco em 2015, e serão reterritorializados em um assentamento que está sendo construído pela empresa/Fundação Renova.

---

<sup>25</sup> Os sulistas se julgam superiores (na prática de trabalho, na organização social, moralmente) em relação aos nordestinos (Haesbaert, 1997).

### 1.3 Algumas considerações sobre a Educação do Campo no Brasil

A respeito das heterogeneidades existentes no espaço campesino brasileiro, igualmente evidenciadas no âmbito de oferta educacional para esses sujeitos, deve-se, primeiramente, distinguir a “educação do campo” da “educação rural”. A primeira é recente e se encontra em processo de construção por meio da participação coletiva dos sujeitos envolvidos na luta pela garantia de direitos. A segunda, no entanto, é imposta por um grupo hegemônico da sociedade que almeja implantar um modelo capitalista por meio da determinação de princípios didáticos pedagógicos da cultura urbana/industrial nas escolas localizadas no meio rural. A esse respeito, Campos e Oliveira (2012) declaram:

Ao contrário da Educação do Campo, a educação rural sempre foi instituída pelos organismos oficiais e teve como propósito a escolarização como instrumento de adaptação do homem ao produtivismo e à idealização de um mundo do trabalho urbano, tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade. A educação rural desempenhou o papel de inserir os sujeitos do campo na cultura capitalista urbana [...] (CAMPOS; OLIVEIRA, 2012, p. 240).

Sobre estas duas concepções, Antunes-Rocha (2014) afirma:

A educação do campo se afasta, pois, da Educação Rural, no sentido de que tem como “bandeira de luta” a emancipação, a resistência das populações campesinas, o oferecimento do direito, da opção de escolha do próprio destino: seja permanecendo no campo, tirando dele seu sustento, seja buscando na cidade a realização, a concretização dos seus planos. O que importa é que seja uma decisão e não uma imposição. (ANTUNES-ROCHA, 2014, p. 20).

Evidenciamos que as escolas do campo não diferem das escolas da cidade apenas no aspecto da localização geográfica. Tal diferenciação está relacionada ao propósito de resistência e lutas dos povos campesinos, tanto no que tange aos aspectos socioeconômicos quanto culturais e políticos. As tensões se fazem presentes, tanto pela garantia do direito à terra, em função da reforma agrária, como a garantia de direito à educação com suas especificidades a esses sujeitos campesinos<sup>26</sup>.

A dicotomia campo/cidade dissemina uma ideia de que os povos que moram no campo são atrasados e têm hábitos rudimentares. Frequentemente, são cognominados de

---

<sup>26</sup> De acordo com os estudos de Benjamim e Caldart (2000), na década de 1980, professoras e mães que eram integrantes do MST, além da luta por terras, começaram um movimento de reivindicação por escolas que contemplasse as especificidades dos sujeitos do campo. A proposta pedagógica reivindicada era contemplar excepcionalmente as peculiaridades das crianças, jovens e adultos dos acampamentos e assentamentos dos sem-terra, que, muitas vezes, sofriam marginalização e segregação nas escolas que frequentavam, pois eram acusados de ladrões de terras.



caipira ou de “jeca tatu”, em oposição ao homem da cidade, considerado moderno. Esses estereótipos que foram impostos historicamente aos camponeses, além de esconderem a abundância de saberes que eles detêm, (mesmo aqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar uma educação escolar) negligenciam a importância desses povos na produção da agropecuária familiar, tão fundamental à alimentação dos brasileiros.

Assim, como afirmam Caldart *et al.* (2012), Carvalho (2018) e Antunes-Rocha (2014), a educação rural foi fundada por órgãos governamentais no século XIX, e, até metade do século XX, objetivava escolarizar os povos do espaço rural para evitar intensos fluxos migratórios populacionais em direção aos centros urbanos. Porém, esse processo de escolarização decepcionou quanto à qualidade do ensino, resultante da falta de investimentos públicos, o que acarretou na precariedade das infraestruturas e na insuficiência da formação dos docentes, tal situação ainda é recorrente nos dias atuais.

Já a Educação do Campo é compreendida como projeto coletivo de escolas do campo que vem sendo construído há mais de 20 anos e deve priorizar o atendimento aos sujeitos excluídos historicamente no Brasil. Para Kolling e Molina (1999, p. 17), esses sujeitos são “os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, [...] e diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural”.

A fim de identificar quem são os sujeitos de direito denominados camponeses que serão contemplados com a ampliação e a qualificação da oferta de educação básica e superior e, ainda, quais são as escolas consideradas do campo de fato, o decreto nº 7.352 do PRONERA (2010) determina, em seu Art. 1º, § 1º, incisos I e II:

§ 1º Para os efeitos deste decreto, entende-se por:  
**I - populações do campo:** os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e  
**II - escola do campo:** aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. (BRASIL, 2010. *Grifos da autora.*)

Para ressaltar quais populações terão a garantia de direitos educacionais contemplados a partir de políticas públicas voltadas para a oferta da Educação do Campo, esse decreto do governo federal também esclarece que as escolas consideradas do campo não se limitam às mediações geográficas consideradas pelo IBGE como território rural. Mas, sim, quais são as intencionalidades das instituições que atendem aos povos camponeses.

Os educandos das escolas do campo têm uma identidade vinculada aos aspectos culturais e socioeconômicos relativos às práticas de vivências do campo. Sobre os desafios de garantir a permanência da cultura e identidade dos educandos das escolas do campo, Antunes-Rocha e Martins (2009) asseveram que:

[...] **um dos aspectos relevantes para o funcionamento de uma escola que possa ser considerada “do campo” é o reconhecimento e a valorização da identidade de seus sujeitos.** Reconhecer e valorizar implica construir e desencadear processos educativos, dentro, e ao redor e no entorno da escola que não destruam a autoestima dos sujeitos pelo simples fato de serem do meio rural; sem-terra; de serem filhos de assentados, filhos de agricultores, extrativistas, ribeirinhos quebradeiras de coco [...] (ANTUNES-ROCHA, MARTINS, 2009, p. 27. *Grifos meus*).

De tal modo, Arroyo (1999) também faz uma reflexão sobre instituições de ensino que não contemplam, em suas práticas escolares, um currículo com bases de uma escola do campo para atender às demandas necessárias de cidadãos que desenvolvem suas práticas socioculturais e modo de trabalho característicos do campo.

O tempo do homem, da mulher do campo tem seu ritmo, a escola não pode chegar com um tempo urbano no tempo social do campo. O tempo social dos indivíduos, das famílias, das comunidades está vinculado aos tempos da natureza, da produção. As festas, os encontros, as relações entre homem, mulher, entre crianças e adultos são inseparáveis dos tempos de produção e reprodução da existência, das relações sociais, produtivas, culturais. (ARROYO, 1999, p.32).

No primeiro caderno da coleção *Por uma educação básica do campo*, Kolling e Molina (1999) esclarecem sobre a importância da efetivação de políticas voltadas para o desenvolvimento do campo e, principalmente, deixam claro sobre a necessidade da construção de “escolas *do* campo” que possam atender de fato às especificidades dos povos que por anos foram excluídos em nosso país.

O propósito é conceber uma educação básica do campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e culturais para que vivam com dignidade e para que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação [...] Não basta ter escolas *no* campo; quer-se ajudar a construir escolas *do* campo, ou seja, escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo. (KOLLING; MOLINA, 1999, p. 18).

Sobre a denominação “escolas *do* Campo”, e não “escolas *no* campo”, os autores esclarecem que há uma necessidade de aliar as práticas pedagógicas contextualizadas à realidade, à cultura, à identidade e às práticas de trabalho dos sujeitos coletivos *do* campo. Do mesmo modo que esclarece a autora: “[...] opção linguística (‘do’) que indica [...] a educação é ‘do’ campo no sentido de garantir a posse, mas, sobretudo, de protagonismo,

de pertencimento, logo de identidade.” (GOMES, 2018, p. 97). Quando a escola está em conformidade com a lógica de vida dos camponeses, esses sujeitos se sentem, então, parte do processo. Como afirma Antunes-Rocha (2014, p. 22), “Não uma escola para, por ou com, mas *do*, isto é, com vínculos de pertencimento político e cultural”.

Ao elaborar o projeto coletivo do campo em consonância com as bases da escola do campo, devem ser considerados alguns pontos relevantes como: adequação do currículo e calendário escolar de acordo com a realidade do campo; a realidade histórica/cultural da comunidade onde a escola se encontra inserida; o desenvolvimento de práticas pedagógicas com conteúdos e metodologias aliadas às práticas de agropecuária familiar e extrativismo tradicional; livros didáticos contextualizados com a realidade do campo; produção de conhecimento e tecnologias voltados para o desenvolvimento social e econômico igualitário dos povos camponeses; promoção de ações de intervenção social da comunidade, que valorizem a identidade dos povos camponeses (KOLLING; MOLINA, 1999).

Os avanços do movimento da Educação do Campo ao longo dos últimos 20 anos possibilitaram a efetivação de políticas públicas e marcos legais que se concretizaram a partir das discussões coletivas construídas com a luta e o protagonismo dos sujeitos camponeses que reivindicaram a educação como direito, e, sobretudo no que diz respeito ao acesso e à qualidade do ensino. Isso também reflete no aumento de publicações bibliográficas e pesquisas científicas sobre essa temática nos últimos anos (principalmente entre 2007 e 2016), como apontam os estudos de Carvalho (2018).

Cabe neste momento refletir sobre o futuro da Educação do Campo, pois entendemos que diante da atual conjuntura política nacional, após 2016, são colocados desafios quanto ao corte orçamentário que visam à continuidade de programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO).

De acordo com a *Carta-Manifesto*<sup>27</sup> *20 anos da Educação do Campo e do PRONERA* (2018), o programa foi significativamente prejudicado pela perda de verbas, como destaca o tópico 13: “Em 2008, quando completou 10 anos, executou um orçamento de R\$70 milhões. Em 2018, chegou ao ponto mais crítico da história, com aporte de apenas três milhões de reais [...]”. Para além dos impactos financeiros, há também a

---

<sup>27</sup> A Carta-Manifesto foi elaborada na UnB, nos dias 12 a 15 de junho de 2018, em um encontro coletivo com sujeitos camponeses, professores e estudantes da Educação do Campo, movimentos sociais populares e sindicais e representantes de instituições educacionais.

questão ideológica da política neoliberalista do atual governo, o qual não deixa claro o projeto político para sanar as demandas dos povos desfavorecidos historicamente no Brasil, como os indígenas e camponeses, assim como não se tem clareza a respeito da Política Nacional de Educação do Campo.

O início do mandato do Governo Bolsonaro foi marcado pela extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) – Secretaria que era responsável pela Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação em Prisões – publicada no Diário Oficial da União, em 02/01/2019, pelo decreto nº 9.465 (BRASIL, MEC, 2019). O que reforça o descaso com a educação pública brasileira, especialmente, com os povos menos favorecidos.

## **CAPÍTULO 2. O CONTEXTO DA PESQUISA: A COMUNIDADE E ESCOLA DO CAMPO DE BENTO RODRIGUES**

### ***O pior já passou?***

A lama passou.  
A comoção passou.  
A imprensa passou.  
O tempo passou.  
O Bento não temais.  
A comunidade reunida  
não tem mais.  
A alegria de viver juntinho  
não temais.  
O que tem – e não tinha –  
São as pessoas  
se adoecendo por causa  
de um trauma tão grande.  
Isso passa na cabeça  
de quem diz que  
“o pior já passou”?

(Dona Marcelina, ex-moradora de Bento Rodrigues)

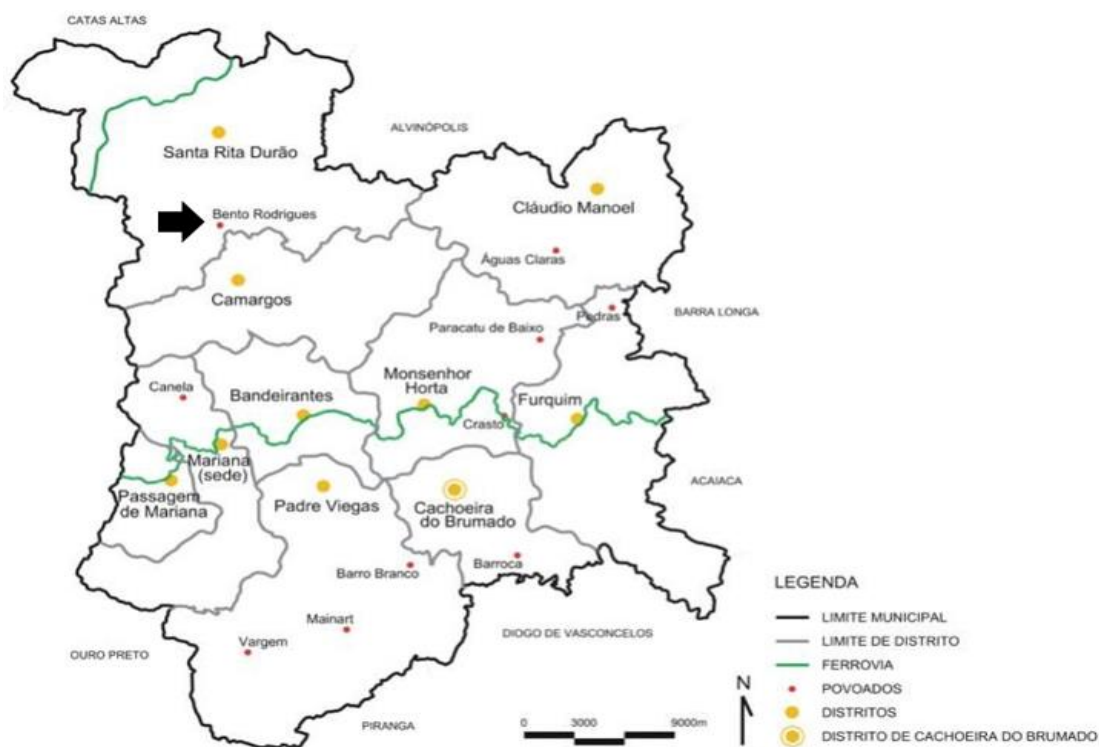
### **2.1 “O Bento não tem mais”: o processo de (T-D-R) territorialização de Bento Rodrigues**

A fim de apresentar o contexto da pesquisa (o subdistrito Bento Rodrigues), onde se localizava a escola foco deste estudo, aprofundamos neste capítulo algumas discussões sobre as práticas de extrativismo mineral realizadas historicamente no povoado. Nesse sentido, tecemos algumas reflexões sobre o processo de territorialização, e a desterritorialização decorrente da chegada dos rejeitos minerários em Bento Rodrigues, e, por último, apresentamos informações acerca do reassentamento onde os habitantes irão se reterritorializar.

### 2.1.1 Extrativismo mineral: atividade econômica que motivou a territorialização e a desterritorialização de Bento Rodrigues

Bento Rodrigues, um povoado que se localizava próximo às margens do Rio Gualaxo do Norte, distante 23,5 km da sede da cidade de Mariana. Em 2015, Bento Rodrigues tinha 318 anos, 198 moradias e aproximadamente 600 habitantes (CASTRIOTA *et al.*, 2019). O núcleo urbanístico do povoado tinha 54 hectares (RENOVA, 2019e), localizado entre os distritos Santa Rita Durão e Camargos, como se observa no mapa do município de Mariana (figura 2). A classificação territorial de Bento Rodrigues mudou ao longo dos seus três séculos de história, que passou da categoria de povoado, distrito e, por último, subdistrito de Santa Rita Durão, como apresentou os estudos de Castriota *et al.* (2019).

Figura 2 - Mapa com a localização de Bento Rodrigues no município de Mariana



Fonte: CASTRIOTA *et al.*, 2019, p. 15.

O processo de territorialização e ocupação de Bento Rodrigues ocorreu no período colonial, no final do século XVII, na busca pelo ouro. Como citado: “Bento Rodrigues foi fundada em 1697, dois anos após Mariana. O cabo Bento Rodrigues desceu a serra que vinha de Antônio Pereira à procura de ouro. [...] resolveu levantar seu

acampamento na região que acabou recebendo seu nome.” (SAMARCO, 2013, p. 4). Era, portanto, um povoado tricentenário em que a extração aurífera (do ciclo do ouro mineiro) foi substituída, ao longo do tempo, pela extração do minério de ferro no entorno do subdistrito.

Bento Rodrigues possuía patrimônio cultural material e imaterial datado do período colonial (PÓLEN, 2017). Os estudos de Castriota *et al.* (2019) assinalam que a capela de São Bento foi construída em 1718. Com o RBF, esta capela foi completamente destruída, e algumas das peças do acervo histórico da igreja de São Bento foram resgatadas, restauradas e se encontram em uma reserva técnica da Fundação Renova (PÓLEN, 2017).

Além da Capela de São Bento, que tinha aproximadamente 297 anos, o subdistrito também possuía outros patrimônios culturais e arqueológicos datados do período colonial, como o muro construído com rochas encravadas verticalmente no solo. Segundo o relatório Pólen (2017), esse tipo de “muro de pedra fincada” servia como delimitação de propriedades rurais, igualmente como currais para cercar gado. Além do muro histórico de Bento Rodrigues ter sido atingido pelos rejeitos do RBF, também foi inundado pelas águas do Dique S-4. Castriota *et al.* (2019) demonstram que foi feita uma técnica de envelopamento do muro de pedra antes da inundação do Dique S-4, com o intuito de proteger o patrimônio arqueológico.

Um trecho da Estrada Real passava por Bento Rodrigues, sendo esta outra riqueza histórica datada da época do ciclo do ouro de Minas Gerais. Pesquisas do relatório Pólen (2017, p. 48) mencionam: “a Estrada Real que atravessava os povoados de Camargos e Bento Rodrigues [...] ligavam os diferentes núcleos urbanos, ou os descaminhos do contrabando, por onde parte da riqueza extraída em Minas escoou de forma ilegal [...]”. Para reafirmar o valor histórico da Estrada Real em Bento Rodrigues, existiam monumentos, na entrada da comunidade. A estrada não pavimentada também servia para interligar outros dois povoados históricos – Camargos e Santa Rita. Casarões centenários e outros edifícios construídos nos séculos XVIII e XIX, como a capela Nossa Senhora das Mercês também compunham o arsenal histórico/cultural do subdistrito.

Os estudos do relatório Pólen (2017) e de Castriota *et al.* (2019) constataam que a importância histórica e arqueológica de Bento Rodrigues não se restringe apenas ao período colonial, pois há indícios da presença humana datada do período pré-colonial na região. Uma das comprovações é a pintura rupestre registrada em um paredão rochoso no distrito Camargos – povoado também histórico do século XVIII, localizado a

aproximadamente 6 km de Bento Rodrigues. A esse respeito, o relatório constata que “a paisagem do território do Gualaxo do Norte convive há milênios com a presença de grupos humanos, como atestam as pinturas rupestres identificadas no Abrigo Mirandinha (ou Gualaxo), situado na região de Camargos” (BAETA; PILÓ, 2017, p.83 *apud* POLÉN, 2017, p. 29).

Vale ressaltar que não é nosso objetivo detalhar reflexões sobre o processo histórico de ocupação territorial de Bento Rodrigues. No entanto, é importante aprofundar ainda a abordagem acerca da atividade de extrativismo mineral realizada desde a época do ciclo do ouro naquele povoado, a partir da qual se constituiu e propagou uma organização socioeconômica com especificidades do período colonial, como exemplo a participação da Igreja Católica no processo de ocupação territorial. Situação que também ocorreu em Bento Rodrigues, como demonstram os estudos de Castriota *et al.* (2019). Isto comprova que tanto a igreja quanto as mineradoras eram proprietárias de terras no subdistrito ou em seu entorno, podendo ser esse o motivo para majoritária concentração populacional apenas no núcleo central do povoado ao longo de mais de três séculos.

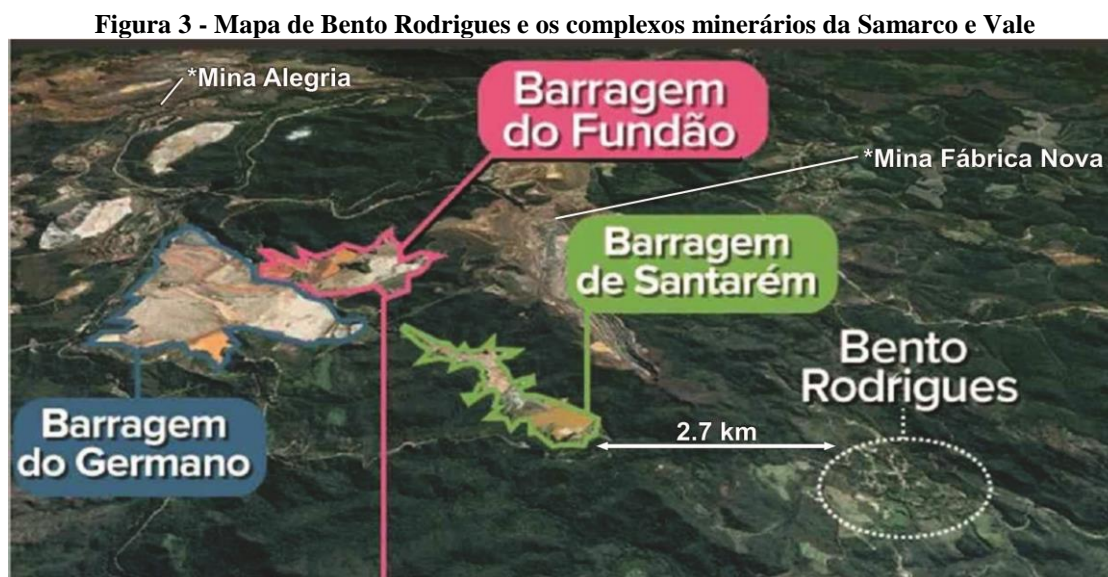
O extrativismo mineral foi importante atividade econômica desenvolvida em Bento Rodrigues desde o século XVIII com a extração aurífera e, mesmo na contemporaneidade, alguns moradores do subdistrito ainda garimpavam (de maneira rudimentar) na busca pelo metal precioso, para complementar a renda. No século XIX, iniciou-se a extração de minério de ferro em estado bruto; este mineral era usado para confeccionar ferraduras em uma fazenda próxima a Bento Rodrigues, como afirma a notícia com um antigo morador: “na trajetória econômica da comunidade, destacava-se, no século 19, uma fábrica de ferraduras de ingleses, a Fábrica Nova.” (ESTADO DE MINAS, 2015). Nas últimas décadas do século XX e início do XXI, a extração e o beneficiamento do minério de ferro tornaram-se a principal atividade econômica produzida nas proximidades de Bento Rodrigues. Esta atividade do setor secundário da economia vem sendo desenvolvida ao longo dos anos, por duas empresas (Vale e Samarco): a empresa *Samarco Mineradora S.A.* atua nas proximidades do subdistrito desde 1977, no complexo Germano (SAMARCO, s/d); já a mineradora *Vale* extrai minério de ferro em duas minas próximas a Bento Rodrigues – a mina de Fábrica Nova<sup>28</sup> desde 2005 (VALE, 2005), e nas cavas da mina de Alegria, onde compartilha a exploração

---

<sup>28</sup> Mesmo território da antiga fazenda de ferraduras dos ingleses no século XIX.



com a Samarco. A figura 3 mostra a localização das duas mineradoras e de Bento Rodrigues.



Legenda: As minas Fábrica Nova e Alegria correspondem aos locais de extração mineral (Vale e Samarco). A Cava Sul, outro local de extração da Samarco, não apareceu na imagem.

Fonte: adaptado de PoEMAS, 2015, p. 54.

Além da extração mineral, havia outros modos de produção econômica que geravam renda aos habitantes de Bento Rodrigues, como: o turismo histórico (Estrada Real e acervo do período colonial), o turismo religioso<sup>29</sup> e o ecoturismo, que atraía turistas nas cachoeiras e trilhas (PREFEITURA DE MARIANA, s/d<sup>30</sup>); havia opções de comércio no núcleo central do povoado. Alguns desses estabelecimentos eram registrados na Junta Comercial de Minas Gerais (CASTRIOTA *et al.*, 2019); os serviços público municipal (na escola e no posto de saúde) também empregavam moradores locais; além disso, eram desenvolvidas no subdistrito atividades ligadas à agropecuária familiar de pequeno porte. Sobre a diversidade de atividades econômicas no subdistrito, o dossiê cita:

Bento Rodrigues é um pequeno povoado que possuía aproximadamente 600 habitantes, [...] que trabalhavam em pequenos comércios, como bares e armazéns, fabricação de geleias, queijos, vinhos e na agricultura de pequena escala e criação de animais. Ressalta-se que nas últimas décadas a maioria de seus moradores não dependia diretamente das atividades minerárias. (CASTRIOTA *et al.* 2019, p. 172)

<sup>29</sup> “A localidade atraía inúmeros visitantes para suas festas, dentre as quais destacam-se as manifestações culturais e religiosas como a Festa de São Bento [...]; a Festa de Nossa Senhora das Mercês [...]; a Festa de São Sebastião, de São José, de Nossa Senhora das Dores, Maria Concebida, do Sagrado Coração de Jesus, de São Benedito e do Menino Jesus.” (CASTRIOTA, *et al.*, 2019, p. 88).

<sup>30</sup> Disponível em: < <http://www.mariana.mg.gov.br/distritos/santa-rita-durao> >

As atividades agropecuárias eram realizadas por sítiantes que tinham terrenos nas proximidades de Bento Rodrigues e também nos quintais, por meio de hortas, pomares. Muitos dos moradores que residiam no núcleo central do povoado cultivavam raízes, chás, e variados gêneros de alimentos (frutas, legumes e verduras), como especificam os estudos de Pólen (2017) e Castriota *et al.*, 2019. Alguns moradores também criavam galinhas, patos, e porcos em seus quintais, como afirmou a moradora de Bento Rodrigues (Lucimar Maria Silva) na entrevista concedida à Hunzicker (2017). A respeito das hortas e das práticas de agricultura familiar que eram realizadas em Bento Rodrigues, as pesquisas do relatório apontam:

[...] prevalecia na paisagem local “a ampla massa verde, correspondente aos quintais arborizados”. Esses espaços verdes eram responsáveis por boa parte da alimentação local, onde os moradores se serviam de “produtos retirados do próprio local, a partir de hortas e pomares. Desta forma, a produção familiar e comunitária, resultante do modo de vida local, contribuía para a conformação da ocupação do núcleo e a paisagem do lugar” [...]. (FERREIRA, 2017, p. 48 *apud* PÓLEN, 2017, p. 50)

Um líder comunitário de Bento Rodrigues entrevistado<sup>31</sup> em 2018 menciona alguns dos alimentos que os moradores do subdistrito cultivavam para subsistência familiar, e até mesmo para gerar renda, como por exemplo, a produção de queijo.

É eles plantavam [...] muita miudeza de hortaliças, bananeira, mexerica Ponkan, mexerica comum, laranja comum, laranja Bahia, banana de toda qualidade, [...]. **Então todo mundo plantava, criava porco, criava galinha, tinha as vacas, tirava leite.** Eu mesmo tirava leite lá [...] era eu que cuidava das vacas [...] Eram 8 vacas que eu tomava conta, aí eu tirava o leite, o que não vendia fazia o queijo, tinha uma freguesia boa. Eu trazia os queijos até aqui em Mariana [...]. (HUNZICKER, ANTUNES-ROCHA, RIBEIRO, 2019, p. 15)

Segundo dados obtidos em trabalho de campo à EMATER de Mariana, no território de Bento Rodrigues tinha pouca área destinada aos cultivos agrícolas, de modo que a EMATER prestava assistência técnica a poucos agricultores. Dentre os quais, destaca-se: produtores de leite e gado (produziam menos de 300 litros de leite por dia, destinados principalmente para produção de queijo); um prestador de serviços com trator; e a Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues (AHOBERO<sup>32</sup>), fundada em 2002 no subdistrito. De acordo com os dados da EMATER, a AHOBERO tem cadastro jurídico

<sup>31</sup> Este texto foi produzido como um dos resultados da pesquisa “Impactos do rompimento da Barragem de Fundão na identidade das escolas do campo: um estudo na perspectiva das representações sociais”, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo (NEPCampo), na UFMG, realizada entre 2017-2019.

<sup>32</sup> Há 12 pessoas associadas e trabalhadores(as) da AHOBERO, sendo oito mulheres e quatro homens. As informações sobre a associação foram levantadas em setembro de 2019, em trabalho de campo na EMATER de Mariana, e também diretamente com Keila Vardeli dos Santos, a presidente da AHOBERO.

e físico (de cada integrante da associação) de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) para beneficiamento do Crédito Rural ao amparo do PRONAF.

A associação é composta pela maioria de mulheres, que cultivavam variedades de hortaliças, legumes e pimenta biquinho em uma horta da associação, que era localizada no núcleo central da comunidade. As hortaliças e legumes eram destinados às escolas da rede pública de Mariana através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e a restaurantes de Mariana. Em 2006, por meio do apoio técnico da EMATER, o processamento da pimenta biquinho que era cultivada pela associação passou a ser matéria prima para produção de geleia com a marca: *Geleia de pimenta Biquinho de Bento Rodrigues*. Este produto passou a ser comercializado com a autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e selo da agricultura familiar. A sede da associação que produzia a geleia em Bento Rodrigues não foi atingida pela lama (pois se localizava em uma parte mais íngreme da comunidade). Nesse local, continha o estoque de pimentas que ainda não havia sido beneficiada, com isso, os integrantes da associação reivindicaram que a Samarco alugasse um local em Mariana para instalação provisória da sede da AHOBERO, que funciona desde março de 2016, no bairro Colina, enquanto aguardam o reassentamento ficar pronto.

Como podemos perceber neste capítulo, os modos de produção e reprodução da vida em Bento Rodrigues relacionavam-se às práticas agropecuárias na perspectiva camponesa. Contudo, essas práticas de trabalho dos sujeitos camponeses eram invisibilizadas devido aos interesses de usos do solo para extração de minério de ferro, como menciona a própria Samarco a respeito do trabalho e renda dos habitantes: “apesar de ser considerado um povoado rural, nota-se que as profissões apontadas não são predominantemente rurais. Isso ainda é reforçado pelo fato de a comunidade estar cercada pelas atividades minerárias” (SAMARCO, 2013, p. 9). Nesse sentido, compreendemos que as práticas agropecuárias desenvolvidas em Bento Rodrigues não eram desenvolvidas em grandes proporções por motivos distintos, tais como podemos destacar: a composição do solo e formas do relevo<sup>33</sup>; mas, principalmente, devido ao interesse capitalista nos recursos minerais presentes no subsolo do território. Empresas como a *Vale* e a *Samarco*,

---

<sup>33</sup> Sobre os aspectos geomorfológicos e pedológicos de Bento Rodrigues, o relatório cita: “[...] a região do subdistrito de Bento Rodrigues está situada na borda da Serra do Caraça, um dos braços mais imponentes da Serra do Espinhaço, apresentando escarpas rochosas e elevadas e um ambiente, como dito, típico dessa zona de transição de biomas. Neste setor da região recortada predominam os neossolos litólicos, neossolos quartzarenos e cambissolos háplicos perféricos, pouco apropriados para agricultura em grande escala.” (PÓLEN 2017, p. 27).

que ao atuar no entorno do subdistrito, tinham interesses nas terras para destiná-las à extração mineral ou à construção de barragens. A proximidade do subdistrito com o complexo minerador da Samarco e da Vale pode ser observado na figura 3.

Por meio de conversas com uma funcionária da escola de Bento Rodrigues (durante o trabalho de campo na instituição de ensino), quando perguntamos se os alunos vinham de propriedades e sítios próximos ao subdistrito, ela disse que a maioria dos alunos residiam no núcleo central do povoado e alguns em Camargos, pois grande parte das terras no entorno ou era da Igreja Católica ou das mineradoras. Por isso, a empresa Samarco fazia propostas para comprar as terras<sup>34</sup> dos poucos sitiantes do entorno do povoado. Segundo tal informante, os valores oferecidos pela empresa eram exorbitantes para a realidade econômica de venda de terras na região de Mariana, como relatou:

**A Samarco fazia essa proposta para comprar terreno grande de muita gente ...** depois que eles conseguiram comprar esse terreno do Müller, nós começamos a pensar: eles vão comprar esses maiores e vai cercar a gente [...] ai a gente vai ter que abrir mão e aceitar sair daqui. Eles queriam fazer uma barragem lá [em Bento], mas não era por medo das barragem que já existia, era pensando em uma que eles queriam construir, ampliar a mineração, isso vinha na nossa cabeça que eles estavam comprando o entorno e ai nós ficaríamos no núcleo, nós que tínhamos terrenos e casas pequeninhas [...] **nosso medo era de eles ficar pressionando agente para sair de Bento, porque eles queriam porque queriam construir outra barragem. Essa pressão sempre existiu para a gente sair,** mas não do jeito que saiu na mídia, que foi oferecido dinheiro pra gente sair porque estávamos correndo risco [...]. **Eles ofereciam muito dinheiro para esses terrenos grande** [...] igual ... [nome de um agricultor que tinha terras próximo a Bento] que eles ofereceram, e **ele não quis vender, pois aquilo ali não era só dinheiro, era o que ele gostava de fazer, como cuidar das vacas, tirar o leite, vender a carne do gado dele [...]**” (Fala de uma funcionária da escola que morava em Bento Rodrigues. Dados do diário de campo, 06/09/2019. *Grifos meus*).

Segundo o depoimento acima, muitos dos agricultores de Bento Rodrigues resistiam e se negavam a vender suas terras para a mineradora Samarco. Contudo, a título de exemplo foi citado o caso da fazenda Müller, na qual foi efetivada a negociação de compra da propriedade de 165 alqueires de terras pela Samarco ocorrida em 2010. Esta fazenda era localizada na entrada do povoado de Bento Rodrigues e antes da venda era um hotel fazenda, *Aconchego do Campo Hotel Fazenda*, segundo (PREFEITURA DE MARIANA, s/d), a fazenda era um dos atrativos turísticos de Bento Rodrigues. De acordo com informações concedidas pelo próprio proprietário que vendeu a fazenda, Wanderley

---

<sup>34</sup> Este mesmo assunto foi mencionado em uma fala pública no dia 12/09/2019, em uma assembleia com os atingidos de Bento Rodrigues e representantes do Poder Público (governo e judiciário) sobre o tombamento de Bento Rodrigues, em que um atingido do subdistrito afirmou: “[...] não é de hoje que a Samarco vinha ‘flertando’ com a comunidade de Bento, no intuito de [...] adquirir aquelas terras, [...] há um [...] dossiê na justiça Federal de Ponte Nova [...] no qual a Samarco já fazia um levantamento completo [...]”.

Müller, além de hospedagem turística, eram realizados diversos cultivos agropecuários nas terras, como milho, feijão, mandioca e criação de gado leiteiro. Contudo, após a compra da propriedade, a mineradora Samarco a usou como alojamento para empregados de empresas que atuavam na mineradora, e por último (antes do RBF) era um viveiro de mudas de árvores. Não sabemos ao certo quais eram os planos da mineradora em comprar esta fazenda e especular outras propriedades no entorno do núcleo central Bento Rodrigues. Seria apenas uma área de compensação ambiental ou uma estratégia para forçar um futuro acordo para a remoção de toda a população do povoado? A esse respeito Gazzinelli (2019, p. 260) ressalta: “[...] os relatos das testemunhas de ser plano da Samarco, antes do desastre, a remoção do povoado de Bento Rodrigues para ampliar a disposição de rejeitos no vale [...]”.

Na contemporaneidade, há crescente contingente de impactos socioambientais motivados por empresas mineradoras. Tais impactos afetam o meio ambiente e interferem, de maneira direta ou indireta, sobre populações pobres, indígenas e negros que residem em maior proporção em locais de grande vulnerabilidade nas mediações das áreas de extrativismo, como o caso mencionado dos moradores de Conceição de Mato Dentro, e também como era em Bento Rodrigues. Para Wanderly (2015), quando os habitantes próximos a uma área de extrativismo mineral pouco ou raramente usufruem das riquezas extraídas no subsolo do território, somente absorvem os impactos ambientais, há uma situação de “Racismo Ambiental”. A este respeito o autor cita os moradores da área atingida em Mariana e Barra Longa.

**[...] Bento Rodrigues com uma população 84,3% negra se encontrava a pouco mais de 6 km da barragem de rejeito rompida; Paracatu de Baixo com 80% se situava a pouco mais de 40 km a jusante da barragem (seguindo o curso do rio Gualaxo do Norte); o povoado de Gesteira afastado aproximadamente 62 km da barragem apresenta 70,4% da população negra, cidade de Barra Longa com 60,3% da população negra a cerca de 76 km da barragem aproximadamente. **Foram, sobretudo, estas comunidades negras as que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e psicológicos.** (WANDERLY, 2015, p. 4. *Grifos meus*)**

A má distribuição de renda dos habitantes de Bento Rodrigues foi constatada nos estudos de Viana (2012) em uma pesquisa intitulada *Avaliando Minas: Índice de sustentabilidade da mineração (ISM)*. O pesquisador entrevistou 50 moradores do subdistrito em dezembro de 2010, ou seja, antes do RBF. Alguns dos resultados desta pesquisa em relação aos moradores de Bento Rodrigues foram sintetizados nos quadros 2 e 3.

**Quadro 2 - Perfil dos moradores de Bento Rodrigues entrevistados em dezembro de 2010**

<b>60%</b>	residiam em Bento Rodrigues entre 20 a 40 anos
<b>Renda</b>	
<b>40%</b>	até 1 salário mínimo
<b>58%</b>	entre 1 e 5 salários mínimos
<b>2 %</b>	mais de 5 salários mínimos
<b>Emprego na mineração</b>	
<b>12%</b>	empregados ou subcontratados
<b>28%</b>	não tinha nem uma relação com a mineração
<b>Educação</b>	
<b>60%</b>	Ensino Fundamental incompleto
<b>0%</b>	cursaram o Ensino Superior
<b>14%</b>	cursaram o Ensino Médio

Fonte: Elaborado pela autora com informações de VIANA, 2012, p. 201-219.

**Quadro 3 - Avaliação dos moradores de Bento Rodrigues em relação aos impactos socioambientais da mineradora Samarco na comunidade**

<b>Incômodos provocados pela mineração na comunidade</b>	
<b>50%</b>	redução das águas
<b>68%</b>	rompimento barragem ou pilhas de minério
<b>94%</b>	poluição das águas
<b>64%</b>	temiam que seus imóveis poderiam ser desapropriados ou adquiridos pela mineradora
<b>66%</b>	alteração dos costumes
<b>Atuações positivas da mineradora na comunidade</b>	
<b>24%</b>	educação
<b>50%</b>	emprego
<b>32%</b>	meio ambiente
<b>Demanda por ações da mineradora na comunidade</b>	
<b>46%</b>	asfaltar a estrada entre Bento Rodrigues até Mariana
<b>38%</b>	gerar mais empregos
<b>Conhecimento dos moradores sobre a CFEM</b>	
<b>96%</b>	não conheciam
<b>4%</b>	Conheciam
<b>Opinião sobre atividade econômica substituta da mineração pós-exaustão</b>	
<b>78%</b>	não sabia/não responderam
<b>10%</b>	agropecuária/hortifrútiis

Fonte: Elaborado pela autora com informações de VIANA, 2012, p. 201-219.

Conforme esses dados, 40% dos entrevistados responderam que a renda correspondia até 1 salário mínimo, 58% informaram que correspondia entre 1 e 5 salários mínimos, e apenas 2% recebiam mais de 5 salários mínimos. Ou seja, havia significativo contingente de população entrevistada que apresentava renda inferior a um salário mínimo. Outro aspecto relevante desta pesquisa é que apenas 12% dos entrevistados eram empregados ou subcontratados da mineração, e 28% dos respondentes não exerciam qualquer atividade ou prestação de serviços para mineração. A mineradora Samarco também investigou a renda e trabalho dos moradores de Bento Rodrigues em um estudo realizado em 2013 (quadro 4) e averiguou que apenas 18% das 121 pessoas entrevistadas tinham carteira assinada, o percentual de desempregos naquele período era 9%.

**Quadro 4- Dados sobre trabalho e renda em Bento Rodrigues**

<b>20%</b>	aposentado/pensionista
<b>18%</b>	trabalho com carteira assinada
<b>18%</b>	trabalho sem carteira assinada
<b>17%</b>	Estudante
<b>13%</b>	donas de casa
<b>9%</b>	Desempregados
<b>3%</b>	contratados temporários
<b>1%</b>	funcionários públicos
<b>1%</b>	Não respondeu

Fonte: SAMARCO, 2013, p. 9.

Baseado nos dados apresentados na pesquisa de Viana (2012), compreendemos que a mineradora Samarco, que extraía milhões de toneladas de minério de ferro no entorno de Bento Rodrigues, não visava à ampliação de suas ações para fomentar o desenvolvimento econômico local do subdistrito. Ficou também evidenciado que, mesmo antes do RBF, a empresa já causava danos socioambientais na vida dos moradores da comunidade. A respeito da atuação de mineradoras como as que atuam em Bento Rodrigues, os autores afirmam:

A literatura aponta que as comunidades mais vulneráveis nunca foram adequadamente preparadas para tirar proveito de grandes projetos de investimento implantados no território que as abriga, o que engloba a atividade mineradora. Em consequência, perdem-se oportunidades para a promoção do desenvolvimento local inclusivo, democrático, sustentável. (CARNEIRO, CÉSAR, 2017, p. 224-225)

A parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) destinada ao município de Mariana, pouco ou raramente, era utilizada nas comunidades que sofriam os maiores impactos socioambientais da mineradora no município, a maioria dos moradores de Bento Rodrigues nem sabia do que se tratava (VIANA, 2012), conforme o quadro 3. Como exemplo, os recursos da CFEM nunca foram destinados a atender a uma das demandas de anos dos moradores de Bento Rodrigues, que era asfaltar a parte da estrada não pavimentada que interligava Bento Rodrigues a Mariana (correspondia a um trecho de aproximadamente 20 km sem pavimentação). As solicitações dos moradores para asfaltar a estrada não eram do desconhecimento de prefeitos que administraram o município nos últimos anos, e também, da mineradora, como demonstrado em (SAMARCO, 2013, p. 9), assim como foi uma das prioridades mencionada pelos entrevistados na pesquisa de Viana (2012). Será que a ausência deste asfalto funcionava como uma barganha política (para políticos ganharem votos) ou econômica (para expansão das atividades extrativistas)?

Outro questionamento de alguns moradores de Bento Rodrigues antes do RBF era a falta de abastecimento de água potável, fato citado nas pesquisas: da Samarco (2013, p. 9); de Coelho, Dias, Passos (2017); e de Viana (2012). Este último autor perguntou aos moradores de Bento Rodrigues sobre diversos incômodos provocados pela mineração na comunidade, e 50% dos respondentes afirmaram haver redução das águas, além disso, 94% dos entrevistados apontaram a questão relativa à poluição das águas provocadas pela mineradora. No Estudo de Impactos Ambientais da barragem de Fundão, mencionou-se a Área de Entorno (AE) considerando Bento Rodrigues (povoado a jusante) e apontou-se como único impacto negativo danos à qualidade da água (Brandt Meio Ambiente Ltda, 2005 *apud* MILANEZ; SANTOS, 2018, p. 133).

Não se sabe ao certo os motivos da escassez hídrica na comunidade<sup>35</sup> nos últimos anos, contudo, o dossiê produzido por Castriota *et al.* (2019) comprova que Bento Rodrigues era margeada por cursos hídricos. Estes rios e córregos eram utilizados pelos moradores para diversos fins, como o lazer, e também serviam para atender às demandas de produção das atividades econômicas e de subsistência, como agropecuária, irrigação de hortas, pesca e extração aurífera.

Metade dos moradores de Bento Rodrigues entrevistados nos estudos de Viana (2012) afirmam que a redução de água é um dos incômodos da mineração. Podemos refletir sobre duas situações ligadas às atividades minerárias que podem ter influenciado na escassez hídrica do subdistrito nos últimos anos: o fato de que o Gualaxo do Norte (em Bento Rodrigues) era um dos rios onde se captava água para transportar o minério de ferro nos minerodutos<sup>36</sup> da Samarco para o porto de Ubu, no Espírito Santo; e também os relatos de moradores do subdistrito ao afirmarem que uma das nascentes que abastecia as caixas de água do povoado era captada nas proximidades da antiga fazenda Fábrica Nova, atual área da mineradora Vale.

Além dos impactos socioambientais das atividades minerárias no território do subdistrito antes do RBF, é preciso refletir que não houve preocupação com a segurança dos habitantes de Bento Rodrigues, ao construir o complexo minerário e três barragens

---

<sup>35</sup> Uma das professoras entrevistadas nesta pesquisa, que também era moradora de Bento Rodrigues, mencionou a falta de água nos últimos anos. Segundo a docente, a Samarco estava construindo uma nova caixa de água na comunidade.

<sup>36</sup> As bombas de captação de água instaladas no rio Gualaxo do Norte próximo a saída de Bento Rodrigues para Santa Rita, enviavam a água para usina 2 no complexo industrial de Germano na Samarco, de onde saíam os minerodutos. Três minerodutos interligavam as usinas de Germano em Marian/MG a Ubu em Anchieta/ES ao longo de 400 km de extensão para transportar o minério de ferro, juntamente com milhões de m<sup>3</sup> de água.



tão próximo à comunidade (como se verifica no mapa da figura 3), em contra partida, a mineradora pouco amenizava os impactos socioambientais, na maioria das vezes, apenas promovia uma aproximação com a comunidade, com o intuito de buscar uma “licença social para operar”, sem que houvesse maiores questionamentos políticos contrários à presença da mineradora, o que poderia ocasionar em debates e enfrentamentos.

A contestação social ante a degradação promovida pelas mineradoras nos territórios vem sendo compreendida enquanto um risco para o mundo empresarial e, para gerenciar este risco, as empresas buscam realizar **uma série de ações nomeadas de sustentabilidade e responsabilidade social**. Acreditam que ao promover uma aproximação com as comunidades, através de ações filantrópicas, investimentos em projetos sociais, relacionamentos institucionais etc. poderiam fazer cessar ou mesmo antecipar-se aos conflitos socioambientais. (PoEMAS, 2015, p. 151. *Grifos meus.*)

Essa “licença social para operar” não era suficiente para amenizar os impactos ambientais, nem atender as demandas sociais dos moradores de Bento Rodrigues, como se pode comprovar que a empresa não ofertava postos de trabalho para grande contingente dos habitantes locais, visto que a maioria deles não atendiam as exigências de qualificação mínima solicitadas pela empresa. Os estudos de Viana (2012) comprovaram que a maioria dos moradores entrevistados tinham o Ensino Fundamental incompleto (60%), como se observa no Quadro 2, contudo, nesta mesma pesquisa, 24% dos entrevistados consideravam ações positivas da mineradora com em relação à Educação. Algumas das ações da empresa para obter a “licença social para operar” na comunidade eram a partir da inserção de projetos ambientais na escola de Bento Rodrigues e na comunidade, como demonstram os dados das entrevistas narrativas realizadas com os professores (discutimos este assunto no cap. 3). De fato, a “responsabilidade social” não se efetivava na prática, já que não foi suficiente para evitar que vidas fossem ceifadas e houvesse alterações bruscas do modo de vida, como discutimos no tópico a seguir, sobre a desterritorialização de toda a comunidade.

### **2.1.2 Reflexões sobre alguns dos danos acarretados com a chegada dos rejeitos em Bento Rodrigues**

Bento Rodrigues foi o povoado mais impactado pelo RBF, por se localizar a poucos km à jusante da barragem de Fundão, os estragos correspondem a: “[...] mais de 80% de suas edificações comprometidas. Os laudos da Defesa Civil apontam que a área original do distrito está completamente comprometida, de modo que não há possibilidade

de reconstrução no mesmo local.” (MPF, 2016b, p. 60). Do total de 251 edificações, 207 delas foram impactadas (IBAMA, 2015), como podemos destacar: os aparelhos públicos sociais (igreja, escola, posto de saúde, praça), casas (propriedade privadas), e comércios; outros bens materiais e imateriais dos habitantes (individuais e coletivos) também foram atingidos, como: ruas, cemitério de São Bento, campo de futebol, pontes (para o acesso das estradas para Santa Rita e Camargos), veículos, a horta da associação, sítios arqueológicos e edifícios históricos, dentre outros, como se observa na figura 4, o cenário da destruição.

**Figura 4 - Imagens de satélite de Bento Rodrigues, antes e depois do RBF**



Fonte: MPF, 2016b, p. 38.

Com a chegada da “avalanche de lama” na tarde do dia 05 de novembro, os habitantes de Bento Rodrigues tiveram que sair às pressas de suas casas, apenas com as roupas que estavam vestindo, segundo os professores entrevistados na pesquisa em tela, todos tiveram que correr para se salvar<sup>37</sup> em um local mais íngreme da comunidade, onde assistiram suas casas e bens serem destruídos, passaram a noite ao relento, pois o resgate só foi feito no dia seguinte. Consequentemente, foram desterritorializados de suas terras e casas, e fizeram uma migração forçada para a sede da cidade de Marina. Alguns dos atingidos passaram o primeiro dia em Mariana, abrigados na Arena Esportiva Municipal da cidade, onde receberam doações, ou em casas de parentes. Por determinação judicial as famílias ficaram instaladas por aproximadamente 30 dias em hotéis da cidade, até terem casas alugadas pela empresa, onde aguardam a reconstrução do reassentamento há quatro anos.

<sup>37</sup> Alguns moradores de Bento Rodrigues não conseguiram se salvar. A empresa não avisou a comunidade que a barragem havia rompido.

O processo de desterritorialização de 225 famílias de Bento Rodrigues acarretou em violação dos direitos humanos e impactos identitários. Além das perdas materiais de suas propriedades, a migração forçada para uma área urbana acarretou em mudanças abruptas em seus modos de vida, como interrupção das atividades econômicas que eram realizadas na comunidade, e até mesmo, as novas relações sociais que lhes foram impostas, em que esses sujeitos passaram por conflitos com alguns moradores de Mariana, que os acusavam de “proveitadores da empresa Samarco”, fato evidenciado nos dados das entrevistas narrativas desta pesquisa (capítulo 3).

Há um grupo de moradores de Bento Rodrigues, denominados por eles como “Loucos pelo Bento”, que constantemente se reúnem com os antigos vizinhos para pernoitar nas casas que não foram destruídas pelos rejeitos por se localizarem no local mais íngreme da comunidade. Alguns atingidos também voltam à comunidade para celebrar festas religiosas nas ruínas, como exemplo a Festa de Nossa Senhora das Mercês, que ocorreu nos dias 22 e 23 de setembro de 2019 (Figura 5).

**Figura 5 - Procissão nas ruínas de Bento Rodrigues (2019)**



Legenda: Procissão passando próximo à escola. Festa Nossa Senhora das Mercês em 23/09/2019.

Fonte: SOUZA, 2019.

Segundo relatos de moradores de Bento Rodrigues, na edição online do Jornal *A Sirene* (2019b), regressar ao povoado destruído é um ato de resistência, de religiosidade e de resgate das memórias, como menciona a atingida:

Para nós é difícil voltar, mas é uma forma de **manter a nossa fé aqui. Até porque é muito difícil conviver em outra comunidade** e participar de festividades, como a da Semana Santa, em outros lugares. **Fora daqui somos meros espectadores.** [...] Bento não vai ser uma página virada e nunca vai ser substituído. **Temos o objetivo de manter as atividades aqui, principalmente as religiosas. É em Bento Rodrigues que estão as nossas memórias.** Eu, por exemplo, **nasci aqui. Os meus pais e os pais deles também nasceram nesse lugar.** [...]. (A SIRENE, 2019b. *Grifos meus*)

Os rejeitos vazados da barragem de Fundão ainda estão espalhados na área onde era o núcleo central de Bento Rodrigues e, atualmente, parte da comunidade ainda está inundada com água, após a construção dos Diques S3 e S4. A estrutura provisória foi construída pela Samarco em 2016 e deveria ser retirada<sup>38</sup> em julho de 2019 (BRANDÃO, 2019). Segundo a empresa, o objetivo da obra era reter rejeitos que ainda continuaram vazando da barragem, com isso, a Samarco foi autorizada a construir o Dique S4 através do Decreto Estadual nº 500 do Governo de Minas Gerais (SAMARCO, 2016), porém os atingidos de Bento Rodrigues foram desfavoráveis à decisão (CASTRIOTA *et al.*, 2019), pois essa obra inundou cerca de 55 propriedades, e um sítio arqueológico, o muro de rochas “fincadas” no solo na posição vertical (SAMARCO, 2016).

As discussões sobre tornar as ruínas de Bento Rodrigues um Museu do Território tramitam no MPF, e no âmbito da academia, por meio de um dossiê elaborado por Castriota *et al.* (2019), professor da UFMG, junto ao Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL). Seria uma espécie de memorial sensível da comunidade para “Preservar ‘lugares de memória sensível’ pressupõe trabalhar com memórias traumáticas e violentas, resignificando-as.” (CASTRIOTA *et al.*, 2019, p. 209). Para que as marcas da destruição do RBF não sejam apagadas, a proposta para Bento Rodrigues seria um Sítio da Consciência, como destacam os autores: “A proposta de tombamento [...] para reflexões que permitam a consciência nacional sobre atividades minerárias que tanto trazem benefícios econômicos como tem o potencial de causar destruições inimagináveis, incluindo perdas humanas, sociais, ambientais irrecuperáveis. (CASTRIOTA *et al.*, 2019, p. 212)

Para além de expor as marcas de um crime, esse memorial seria uma forma de preservar as memórias históricas, arqueológicas e culturais dos antepassados daquela

---

<sup>38</sup> Renato Brandão, presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), afirmou na assembleia realizada em 12/09/2019 com os atingidos de Bento Rodrigues que o órgão não vai renovar ou estender o prazo para permanência do Dique S4 nas terras de Bento Rodrigues, porém não se sabe ainda quando a empresa irá remover a estrutura.

sociedade que habitou Bento Rodrigues por 318 anos (1697-2015). A esse respeito, aconteceu em Mariana, no dia 12/09/2019, uma assembleia de esclarecimento sobre este Tombamento de Bento Rodrigues. Entre os presentes estavam representantes de órgãos do Governo (federal, estadual e municipal), poder Judiciário e atingidos de Bento Rodrigues. Nessa assembleia, algumas pessoas demonstraram ser favoráveis e outras contrárias ao tombamento. A reivindicação de alguns dos atingidos de Bento Rodrigues, da Cáritas (Assessoria técnica dos atingidos de Mariana), e de representantes de Movimentos Sociais, é que o tombamento seja feito de forma coletiva, com a participação dos atingidos, que são os proprietários das terras e vítimas do RBF. Contudo, alguns atingidos demonstraram na assembleia que não querem ser desapropriados de suas terras, já que querem manter os vínculos com o local. Já o coordenador da Força Tarefa Rio Doce, Adércio Sampaio, afirmou nesse evento que é importante fazer este memorial como um registro histórico, porém, antes de dar sequência, é preciso ser discutidos vários fatores, como a questão da segurança das duas barragens da Samarco (Germano e Santarém), localizadas à montante de Bento Rodrigues. O fator segurança também foi mencionado por Bernardo Machado, advogado do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (Compat), que reiterou a questão da reparação civil de indenização dos atingidos, a qual ainda não foi feita pela mineradora; o advogado também defendeu a continuidade do uso do território pelos atingidos.

### **2.1.3 Reterritorialização de Bento Rodrigues: à espera do reassentamento**

Os habitantes de Bento Rodrigues que foram desterritorializados após o RBF aguardam há quatro anos pelo reassentamento onde serão reterritorializados. De acordo com a cláusula 78 do TTAC (2016, p. 49), a finalização das obras do reassentamento de Bento Rodrigues estava prevista para ser concluída em junho de 2019. Acreditamos que a demora para construção desse reassentamento interpassa por questões burocráticas do âmbito judicial e governamental (como licenciamentos urbanísticos e ambiental, e alvarás necessários para a construção), mas especialmente por questões de ordem administrativa de competência da Fundação Renova, como exemplo a deliberação nº 96, de 04 de agosto de 2017, do CIF (IBAMA), que determinou à Renova fazer readequação do desenho do reassentamento de Bento Rodrigues com a participação dos atingidos em todos os processos do planejamento e construção.

A Fundação Renova apresentou três opções de terrenos para a construção do reassentamento de Bento Rodrigues (*Lavoura, Bicas e Carabina*). Em 07/05/2016, representantes das 236 famílias votaram, e o terreno Lavoura foi o local escolhido pela maioria (223 votos). Algumas das famílias atingidas optaram por não voltar para o reassentamento coletivo. Dessa forma, tiveram o direito de escolher as propriedades na cidade de Mariana, para assim serem adquiridas pela Fundação Renova. O terreno Lavoura era de propriedade da ArcelorMittal e foi adquirido pela Fundação Renova, com isso, em janeiro de 2017 o projeto urbanístico foi apresentado aos atingidos de Bento Rodrigues, e somente no dia 29/07/2019 foram instalados os primeiros tijolos de uma das residências dos atingidos. A fundação da escola (objeto da pesquisa em tela) foi iniciada em julho de 2019 (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019). De acordo com o relatório do CIF (IBAMA, 2018), a nova previsão de entrega do reassentamento é julho de 2020, todavia, não se sabe ao certo se a Fundação Renova cumprirá o prazo.

Segundo dados da Fundação Renova que comparam as condições do “Bento original”, ou seja, antes do RBF, com a proposta do projeto de reassentamento, o subdistrito apresentava características rurais, já o projeto urbanístico do reassentamento será construído nos moldes de um condomínio planejado, ou seja, uma “comunidade urbana” aprovado no plano diretor municipal de Mariana. Além disso, deixará de ser um subdistrito, desvinculando-se de Santa Rita e passará a ser distrito de Mariana. A área territorial do reassentamento será de 66 hectares, um pouco maior do que aquela que existia no território que foi inundado (FUNDAÇÃO RENOVA, 2019), porém há o inconveniente de ser um terreno com inclinações que correspondem a 85% da área (SAMARCO, 2017, p. 32). Outro inconveniente é que o reassentamento está sendo construído a aproximadamente 2 km do aterro sanitário da cidade de Mariana. De acordo com informações disponíveis no site da Fundação Renova, estão sendo feitas obras no aterro sanitário para a devida adequação ambiental, já que a principal preocupação dos atingidos é com a qualidade da água do lençol freático. A distância para a cidade encurtou, o reassentamento será a 8 km da sede de Mariana.

Por fim, acrescentamos que o processo de reterritorialização dos moradores de Bento Rodrigues no reassentamento será o momento da retomada das relações sociais com os antigos vizinhos, e a oportunidade de ter de volta suas propriedades. A esse respeito a atingida do subdistrito narrou: “[...] eu acho que já tá demorando fazer essas casas, [...] para derrubar a nossa lá, foi cinco minutos. [...] eu quero a minha vida de volta



né, sossego, tranquilidade, poder falar que eu estou morando na minha casa e não na casa dos outros.” (HUNZICKER, ANTUNES-ROCHA, RIBEIRO, 2019, p. 16).

Porém, possivelmente estes sujeitos irão vivenciar desafios<sup>39</sup> para retomar algumas práticas de trabalho que existiam no “antigo Bento”, como exemplos o garimpo de ouro e as práticas agrícolas que os(as) camponeses (as) trabalhavam de maneira autônoma em terrenos vizinhos ao povoado, como em Camargos, que em relação ao reassentamento ficará mais distante, 12,57 km, assim como Santa Rita, que estará a 18 km. Faz-se necessário, portanto, que a Fundação Renova, de modo coletivo com os atingidos, e em parceria com outras instituições, delinear estratégias econômicas, para esses sujeitos tentarem retomar seus modos de produção e reprodução da vida. É importante ressaltar que, estes projetos para retomada das práticas de trabalho da população atingida, sejam realizados, contrapondo ao modelo capitalista de uso do solo, como a atividade neoextrativista mineral. Podendo ser por meio de cursos de capacitação/formação que promovam reflexões e conhecimentos acerca de práticas agroecológicas, o que parecem-nos pertinentes para contribuir com o processo de reinserção dos habitantes no novo território. Refletimos no tópico 2.2.4 deste capítulo o papel da escola no processo de reterritorialização dos moradores de Bento Rodrigues no reassentamento.

## 2.2 Cartografia da instituição de ensino de Bento Rodrigues



(Foto: PRADO, 2015)

---

<sup>39</sup> A atingida de Bento Rodrigues expressou sobre a arquitetura urbana do reassentamento: “A vida que nós tínhamos em Bento nunca vamos ter de volta. Bento agora vai ser igual cidade grande, as casas de dois andares, com portão eletrônico e câmera de segurança. Onde já se viu isso? Nosso negócio era porteira, chão de cimento queimado [...] era entrar dentro de casa com a botina suja de terra.” (CAMPOS, 2019)

Neste subcapítulo, fazemos uma cartografia da Escola Municipal Bento Rodrigues com dados obtidos no Censo Escolar/INEP e nos trabalhos de campo na instituição em análise. A análise documental possibilitou-nos um resgate da memória da escola. Demonstramos a atual situação de instalação provisória da escola na cidade de Mariana e, por fim, levantamos algumas discussões sobre o papel desta instituição de ensino na futura reterritorialização da comunidade no reassentamento.

### 2.2.1 “*Aqui tinha uma escola*”: a escola de Bento Rodrigues antes do RBF

A foto de abertura deste tópico (2.2) mostra a Escola Municipal Bento Rodrigues completamente destruída após RBF. A frase ‘*Aqui tinha uma escola*’ foi escrita por mim<sup>40</sup> com a lama dos rejeitos minerários em dezembro de 2015, no quadro da sala do 9º ano, onde eu ensinava Geopolítica, Geografia Física, Impactos Ambientais, e tantos outros conteúdos da disciplina que lecionava naquela escola. Naquele momento em que escrevi a frase, o que estava tentando expressar é que aquela escola não era mais a mesma, estava irreconhecível.

Não se sabe ao certo quantos anos tem a escola de Bento Rodrigues, mesmo tendo buscado informações sobre a história da instalação da instituição no povoado. Por meio dos trabalhos de campo, em que conversamos com profissionais da rede pública municipal, como diretora, professores (que trabalham a mais anos na escola) e secretária de educação, e também analisamos documentos, notícias e produções bibliográficas elaborados sobre Bento Rodrigues, chegamos às seguintes conclusões sintetizadas no Quadro 5.

**Quadro 5 - Histórico da Escola de Bento Rodrigues**

<b>Data</b>	<b>Informação sobre a Escola de Bento Rodrigues</b>	<b>Fonte</b>
1897	Fechamento de uma escola em Bento Rodrigues	Castriota <i>et al.</i> (2019)
Antes de 1950	“A Escola foi fundada mesmo antes de o subdistrito ser reconhecido em 1950 pelo Cônego Cota [...]”	Jornal O Liberal (2012)
1950	O terreno onde se localizava a escola antes do RBF foi comprado para a construção “do prédio escolar rural”	Certidão de compra do terreno
1982	Reforma de ampliação da escola e mudança no nome da instituição que era “Escola Estadual Bento Rodrigues”	Jornal O Liberal (2012)
1997	Resolução para municipalização da Escola Estadual Bento Rodrigues	Foto de documentos da escola (trabalho de campo)

<sup>40</sup> Retornei à escola do subdistrito menos de uma mês após o RBF para gravar um depoimento como professora daquela instituição à época a convite do cineasta Tadeu Jungle.



1998	A escola passou a denominar-se “Escola Municipal Bento Rodrigues”	Foto de documentos da escola (trabalho de campo)
2010/2012	Reforma e reinauguração da Escola M. Bento Rodrigues	Jornal O Liberal (2012)
05/11/2015	Destruição da estrutura da escola com os rejeitos do RBF	Dados relatórios MPF (2016)
16/11/2015 até maio de 2017	A Escola M. Bento Rodrigues coabita a Escola M. Dom Luciano (no bairro Rosário, em Mariana)	Dados do trabalho de campo
08/05/2017	Estrutura provisória da Escola M. Bento Rodrigues em uma residência na Avenida Nossa Senhora do Carmo	Dados do trabalho de campo
22/07/2019	Início da construção da fundação da estrutura da escola no Reassentamento de Bento Rodrigues	Fundação Renova

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

As pesquisas de Castriota *et al.* (2019) apontam que uma escola localizada em Bento Rodrigues foi fechada no século XIX, “Houve um êxodo rural e o conseqüente crescimento das cidades, além de um surto de febre tifoide. Esta talvez seja a conjuntura que explique o fechamento da escola de Bento Rodrigues, em 1897.” (CASTRIOTA *et al.*, 2019, p. 67). Não podemos constatar que se trata da mesma escola que existia em 2015, mas a informação mencionada acima indica que há mais de 100 anos existia uma forma de escolarização no povoado de Bento Rodrigues, como também reafirma a notícia: “A Escola foi fundada mesmo antes de o subdistrito ser reconhecido em 1950 pelo Cônego Cota, e ampliada pelo então Prefeito Jadir Macedo, em 1982, quando recebeu o nome de Escola Estadual Bento Rodrigues.” (O LIBERAL, 2012). Com isso, constatamos que há certo desconhecimento sobre toda a história da instituição em análise, o que nos instiga a aprofundar nas investigações e análise documental.

Os documentos nos anexos 2, 3 e 4 comprovam que, em 1950, o prefeito de Mariana, Cônego José Cota, comprou um terreno de 10.000 m<sup>2</sup> para construção de um “grupo escolar rural” no endereço onde a escola se localizava antes do RBF, em 2015. O anexo 2 especifica que em 11/11/1950, o prefeito comprou o terreno de dois proprietários que eram moradores de Bento Rodrigues; o anexo 3 é um projeto de lei municipal lavrado no livro nº 44, folha 41, que declara no artigo 1º um convênio assinado entre município e o governo do Estado de Minas Gerais que seria construído naquele terreno de 10.000 m<sup>2</sup> um “grupo escolar rural”; já o anexo 4 é uma certidão de 2009 do cartório de imóveis de Mariana, que assevera dados da certidão de compra do terreno doado para construção da escola rural em 1950. Ou seja, ficou comprovado com estes três documentos que a escola existiu por aproximadamente 65 anos no endereço Rua São Bento, S/N, subdistrito Bento Rodrigues.

No trabalho de campo, a diretora da escola (Eliene Geralda dos Santos), que morava no subdistrito desde a sua infância e estudou na instituição, confirmou que a escola era compartilhada pelas duas redes de ensino, Municipal (atendia de 1ª a 4ª série) e Estadual (de 5ª a 8ª série) até 1997, como comprovado pelas informações do anexo 5, que cita a Resolução Nº 8133/97, que autorizou a Municipalização da Escola Estadual Bento Rodrigues que passaria a ser administrada somente pela rede municipal de Ensino de Mariana, como também comprova o anexo 6 sobre a Portaria nº 1214/98 da 25ª Superintendência Regional de Ensino (S.R.E) de Ouro Preto, que autorizou a extensão da oferta de 5ª a 8ª série pela escola municipal. Assim, em 1º de janeiro, a instituição de ensino passa a se denominar “Escola Municipal Bento Rodrigues” e ofertar o Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série (atual 6º a 9º ano).

No segundo semestre de 2010, a prefeitura Municipal de Mariana iniciou a reforma da escola municipal na comunidade, que foi inaugurada em 14 de dezembro de 2012. Durante o período da obra, as aulas aconteceram em um espaço provisório no subdistrito. Após ampla reforma, a escola passou a ter mais de 20 cômodos, entre salas de aula, sala de informática com vários computadores novos, sala de vídeo, brinquedoteca, biblioteca, almoxarifados de materiais pedagógicos e de limpeza, amplo salão de eventos, refeitório, secretaria, diretoria, cozinha e despensa, sala dos professores, *hall* de entrada onde os alunos rezavam e cantavam o hino nacional todos os dias antes das aulas, parquinho com brinquedos, pátios gramados e banheiros. Depois dessa ampla reforma, a escola só foi usada por três anos, antes de ser completamente destruída pelos rejeitos do RBF. Nas imagens abaixo (figuras 6, 7, 8 e 9) observamos os três estágios da escola, antes e depois da reforma e após o RBF.

**Figura 6 - Escola Municipal de Bento Rodrigues antes da reforma de 2010**



Fonte: arquivo virtual da escola, s/d (Trabalho de campo, 2019).

**Figura 7 - Inauguração da escola reformada em 2012, e após o RBF em 2015**

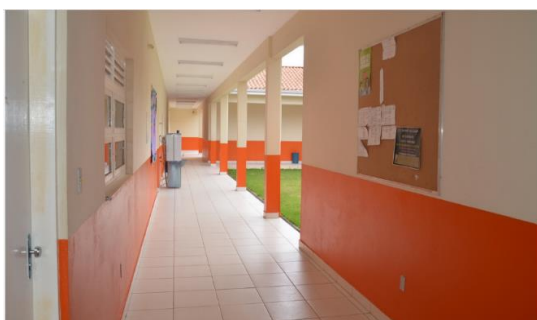


Fonte: arquivo virtual da escola, s/d (Trabalho de campo, 2019).



Fonte: JUSTIÇA GLOBAL, 2015.

**Figura 8 - Corredor da escola de Bento Rodrigues antes e depois do RBF**



Fonte: O LIBERAL, 2012.



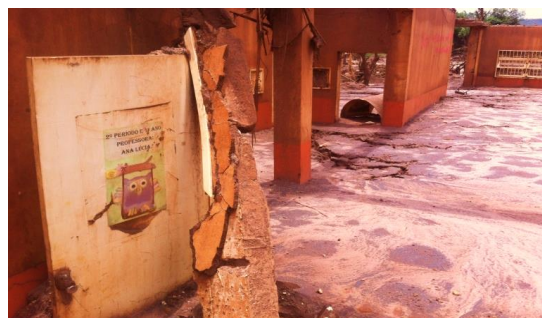
Fonte: HUNZICKER, 2015.

**Figura 9 - Escola Municipal Bento Rodrigues, em 2012 e 2015**



Legenda: Salas de aula e pátio gramado.

Fonte: O LIBERAL, 2012.



Legenda: Sala de aula.

Fonte: HUNZICKER, 2015.

A Escola Municipal Bento Rodrigues, em 2015, tinha 102 alunos (Quadro 6), todos da educação básica, em três segmentos – Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano) e finais (6º ao 9º ano) –, também ofertava oficinas na Educação em Tempo Integral para alunos de 1º ao 5º ano, que estudavam o ensino regular na parte da manhã e à tarde participavam das oficinas do Tempo Integral. Já os alunos do 6º ao 9º anos estudavam à tarde, e os alunos da Educação Infantil na parte da manhã. Segundo a diretora, a maioria dos discentes residiam próximo ao núcleo central do povoado, porém

alguns moravam a aproximadamente 6 km, no distrito de Camargos, e usavam o transporte escolar contratado pela Prefeitura de Mariana. A maioria dos professores não moravam em Bento Rodrigues, vinham de várias localidades em um transporte que saía de Mariana duas vezes ao dia para atender aos turnos matutino e vespertino. As funcionárias dos serviços gerais (cozinheiras e limpeza) e a diretora moravam no subdistrito.

### **2.2.2 A escola de Bento Rodrigues em instalações provisórias após o RBF**

Com o RBF, que destruiu a estrutura da escola no dia 05 de Novembro, houve a interrupção das atividades pedagógicas, e as aulas foram retomadas no dia 16 de novembro, na Escola Municipal Dom Luciano Mendes de Almeida, no bairro Rosário, localizada na sede do município de Mariana, para finalizar o ano letivo de 2015. Toda a comunidade escolar (alunos, professores e funcionários da escola) tiveram que ser realocados para este espaço provisório, e as 11 turmas da escola de Bento Rodrigues passaram a funcionar no turno da tarde, onde compartilharam a estrutura com os alunos da Escola Dom Luciano e também com a Escola Municipal de Paracatu de Baixo (escola que também foi destruída com o RBF). As salas de aulas foram mantidas separadas com os alunos de cada instituição de ensino, com seus respectivos professores.

A rotina escolar dos discentes e professores da escola de Bento Rodrigues foi alterada com a inserção repentina da estrutura de uma escola da cidade, fato que nos permite destacar alguns dos desafios vivenciados: o fato da comunidade escolar de Bento Rodrigues estar em luto naquele momento, pois dois alunos<sup>41</sup> da escola vieram a óbito com a ruptura da barragem. Alguns alunos e professores tiveram danos psicológicos diante da situação que vivenciaram, com isso, havia a presença de uma equipe de psicólogos contratada pela Samarco até Dezembro de 2015) que a todo momento tirava alguns alunos da sala de aula e fazia atendimentos em um espaço dentro da escola. Há também o fato de a Escola Dom Luciano ter uma infraestrutura grande e uma rotina diferente da escola que existia no povoado campesino em Bento Rodrigues; apareceram novas relações sociais por meio da convivência forçada com sujeitos desconhecidos que passaram a compartilhar alguns espaços da escola (como exemplo os banheiros, a quadra, e o refeitório); distanciamento dos vizinhos dispersos em vários bairros de Mariana

---

<sup>41</sup> Emanuele Vitória Fernandes (5 anos) e Tiago Damasceno Santos (7 anos).

localizados distante da escola, o que comprometeu a convivência e relações família/escola; e além disso, ocorreram mudanças na rotina familiar, já que houve interrupção dos modos de produção e reprodução da vida, sobretudo porque alguns dos atingidos(as) trabalhavam em atividades ligadas à agropecuária familiar.

No final do ano letivo de 2015, diversos atores externos ao território se inseriram na escola para visitar os alunos das instituições de ensino de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, por exemplo equipe de psicólogos e algumas pessoas/instituições, como repórteres, representantes de instituições religiosas, professores universitários da UFOP, artistas (atores, músicos e dançarinos), dentre outras pessoas que foram à escola de maneira voluntária para realizar atividades e práticas artísticas para os discentes atingidos, como mostra a Figura 10. Nesse período, houve visitas de pessoas que levavam presentes e doações aos alunos atingidos, fato retratado nas entrevistas narrativas pelos professores participantes (capítulo 3) como uma das motivações da discriminação ocorrida com os discentes atingidos.

**Figura 10 - Apresentações artísticas para os alunos atingidos** <sup>42</sup>



Fonte: HUNZICKER, 2015

A escola de Bento Rodrigues funcionou na infraestrutura da Escola Dom Luciano até maio de 2017 e, após essa data, foi transferida para a estrutura de uma residência na Avenida Nossa Senhora do Carmo, bairro Vila do Carmo, próximo ao centro da cidade de Mariana (Figura 11), onde está instalada até a presente data. Os motivos da

---

<sup>42</sup> A figura 10 retrata os alunos das escolas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo assistindo a uma apresentação artística do Grupo de dança *Rosários* (projeto de extensão da UFOP), na escola Dom Luciano em 2015.



transferência da escola serão apresentados no capítulo 3, nas entrevistas narrativas dos professores (sujeitos entrevistados).

**Figura 11 - Atual estrutura da Escola Bento Rodrigues em Mariana**



Fonte: HUNZICKER, 2019. (Trabalho de campo, 2019).

O TTAC (IBAMA, 2016) explicita na seção 111 as obrigações legais que a Fundação Renova/Samarco deverá incumbir-se diante dos reparos no âmbito educacional. A subseção 111.1 traz à luz que, além da recuperação das estruturas físicas das instituições de ensino destruídas,<sup>43</sup> e da reconstrução de escolas na mesma comunidade (quando possível), ou nos novos reassentamentos das comunidades foram completamente destruídas (como em Bento Rodrigues), a Fundação Renova deverá providenciar escolas provisórias. Como mencionam as cláusulas 89, 90 e 91 do documento.

**CLÁUSULA 89: A FUNDAÇÃO** deverá providenciar a reconstrução, observada a SITUAÇÃO ANTERIOR e conforme padrão e parâmetros da política pública, **aquisição de mobiliário, equipamentos e materiais necessários às escolas impactadas** de Fundão até Candonga, **providenciando os meios para reintegração de seus respectivos alunos e profissionais envolvidos às rotinas escolares.** **CLÁUSULA 90: Nos casos de reassentamento, as estruturas escolares serão construídas nas novas comunidades.** [...] **CLÁUSULA 91: Enquanto não estiverem disponibilizadas as estruturas definitivas, deverá a FUNDAÇÃO providenciar a oferta de condições de acessibilidade dos alunos às escolas temporárias.** (IBAMA, 2016, p.52. *Grifos meus*)

<sup>43</sup> Com o RBF, além da destruição da escola de Bento Rodrigues foram impactadas as estruturas físicas de mais quatro escolas: duas delas na sede do município de Barra Longa (Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves e Escola Municipal José de Vasconcelos Lanna), as instituições foram destruídas parcialmente e foram reformadas pela Fundação Renova/Samarco em 2016; em Gesteira a Escola Municipal Gustavo Capanema foi completamente danificada, teve que ser reconstruída em um local mais íngreme do povoado, foi entregue à comunidade em dezembro de 2016; a Escola Municipal Paracatu de Baixo também foi completamente destruída e está funcionando provisoriamente no centro da cidade de Mariana enquanto aguarda o reassentamento.

Como foi especificado no TTAC (2016), até que a escola de Bento Rodrigues fique pronta no reassentamento, os alunos e professores permanecem nas condições provisórias da estrutura de uma residência que foi adaptada e alugada pela Fundação Renova, onde quartos que eram dormitórios viraram salas de aula, como foi observado no trabalho de campo (Figura 12). Nessa estrutura, foram improvisadas 11 pequenas salas de aula, cozinha, biblioteca (construída na antiga garagem da casa, que começou a funcionar em setembro de 2019), seis banheiros, um pátio que foi cercado com telas para as aulas de educação física (Figura 12), secretaria, sala dos professores e sala da diretora. Segundo dados do trabalho de campo, todas as adaptações e reformas necessárias para o funcionamento da escola são requisitadas para custeio da Fundação Renova, mas dependem também da aprovação da proprietária do imóvel, que nem sempre é favorável às mudanças. Os alunos que atualmente moram em bairros de Mariana e na Vila Samarco, são transportados até a escola em vans e micro-ônibus (custeados pela Renova), já os alunos do distrito de Camargos continuam estudando na escola de Bento Rodrigues e são transportados de Kombi da Prefeitura de Mariana, no total são oito alunos, em 2019.

Figura 12 - Atual estrutura da Escola Bento Rodrigues em Mariana, 2019



Legenda: Foto à esquerda corresponde à sala de aula da Educação Infantil e à da direita ao pátio para práticas esportivas.

Fonte: HUNZICKER, 2019.

### 2.2.3 Dados sobre a escola em análise

A escola de Bento Rodrigues é considerada pelo INEP como uma escola rural, e o cadastro da instituição no Censo Escolar é 31106241. Pesquisamos os dados cadastrados anualmente por esta escola no Censo Escolar/INEP que foram divulgados pelo site do QEdu, com isso, comparamos as informações de 2015 (antes do RBF), e de

2018 (último Censo Escolar), com os dados levantados no trabalho de campo com a diretora e pedagoga da escola de Bento Rodrigues.

O Quadro 6 apresenta os resultados do Censo Escolar de 2015 e 2018, os Quadros 7 e 8 referem-se aos dados que foram obtidos no Trabalho de Campo. A partir deles, percebemos que: o número de alunos continua quase o mesmo, em 2019 são 104 discentes; quanto a quantidade de turmas constatamos que até setembro de 2019 eram 10, sendo uma das turmas multisseriada que atende seis alunos do 4º e 5º ano, porém em setembro aumentou mais uma turma com 12 alunos,<sup>44</sup> após o início das aulas da Educação em Tempo Integral no dia 05/09/2019; já a quantidade de funcionários passou de 31 em 2015, para 21 em 2018 (Quadro 6), até o início de agosto de 2019 a escola tinha 22 funcionários, segundo informações fornecidas no trabalho de campo – a diminuição dos funcionários foi uma medida de contenção de gastos da Prefeitura de Mariana, assim como aconteceu em outras escolas do município. A situação foi alterada com o início das aulas da Educação em Tempo Integral, quando foram contratados sete monitores para atuar nas oficinas de Artesanato, Teatro, Música, Esporte/Lazer, Educação Patrimonial, e Estudos Orientados, totalizando 29 funcionários, em 2019 (Quadro 7).

**Quadro 6 - Dados sobre a escola de Bento Rodrigues: Censo Escolar 2015 e 2018**

<b>Escola M. Bento Rodrigues</b>	<b>2015</b>	<b>2018</b>
<b>Total de funcionários</b>	31	21
<b>Número de alunos matriculados</b>	102	103
<b>Número de turmas</b>	11	11

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do QEDu, Censo Escolar/INEP/MEC,2015/ 2018.

**Quadro 7 - Escola Bento Rodrigues, dados sobre os funcionários (2019)**

<b>Número de professores contratados</b>	3
<b>Número de professores efetivos</b>	12
<b>Número de monitores contratados Tempo Integral</b>	7
<b>Número de funcionários serviços gerais</b>	4 (duas delas trabalham meio período no projeto de renda mínima)
<b>Número de funcionários administrativos</b>	3 (pedagoga, diretora e secretária)
<b>Total de profissionais</b>	<b>29</b>

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados obtidos no trabalho de campo, 2019.

<sup>44</sup> De acordo com anotações da caderneta de campo, a atual estrutura da escola só comportou uma turma de 12 alunos na Educação em Tempo Integral, contudo estão sendo estudadas possibilidades para ampliação de um espaço em um anexo que será alugado pela Fundação Renova para fornecer vaga a todos os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental que tiverem interesse em participar das oficinas em 2020.



**Quadro 8 - Escola Bento Rodrigues, dados sobre os alunos (2019)**

	Número de alunos	Número de turmas
<b>Educação Infantil (pré escola)</b>	22	2
<b>Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º)</b>	43	4
<b>Ensino Fundamental Anos Finais (6º ano 9º)</b>	39	4
<b>Tempo Integral</b>	12	1
<b>Número total de alunos Educação Básica</b>	104	11

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados obtidos no trabalho de campo, 2019.

**Quadro 9- Equipamentos e infraestrutura da Escola M. Bento Rodrigues (2015 e 2019)**

	2015	2019
<b>Infraestrutura</b>		
Sala de informática	Sim	Não
Sala de leitura/biblioteca	Sim	Não <sup>45</sup>
Quadra esportiva	Não <sup>46</sup>	Sim
Laboratório de ciências	Não	Não
Sala para atendimento especial	Não	Não
Sala dos professores	Sim	Sim
<b>Equipamentos</b>		
Retroprojektor	Não	Não
Aparelho de DVD	Sim	Sim
Televisão	Sim	Sim
Copiadora para reprografia	Sim	Não
Computadores para uso dos alunos	Sim	Não
Computadores para uso administrativo	Sim	Sim
Internet Banda Larga	Não	Sim

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados obtidos em: QEdu, Censo Escolar/INEP/MEC, 2015. Já as informações de 2019 correspondem aos dados do trabalho de campo, em setembro de 2019.

O Quadro 9 expõe alguns dados do Censo Escolar/INEP referentes a infraestrutura e equipamentos da Escola M. Bento Rodrigues quando era localizada no subdistrito em 2015, e na atual instalação na Avenida Nossa Senhora do Carmo, em Mariana. Percebemos que a instituição continua tendo a maioria dos equipamentos de antes do RBF, entretanto nos chamam a atenção alguns equipamentos tecnológicos – como computadores e a sala de informática – que existiam na antiga escola, mas que a instituição ainda não obteve a reposição.

A Matriz Curricular de Ensino utilizada na Escola de Bento Rodrigues (um exemplo no anexo 7) é baseada na Proposta do Currículo Básico Comum (BCB) do Estado de Minas Gerais. Esta Matriz Curricular é organizada em quatro bimestres, de modo que em cada um destes bimestres são estabelecidos os Conteúdos, os Tópicos e as Habilidades que os professores deverão trabalhar com seus alunos. Dessa forma, os docentes precisam ensinar e seguir criteriosamente os conteúdos propostos pela Matriz,

<sup>45</sup> A sala de leitura foi inaugurada em setembro de 2019 (dados do trabalho de campo).

<sup>46</sup> A quadra utilizada para as aulas de Educação Física era externa à escola, de uso coletivo com a comunidade.

pois as avaliações bimestrais de cada disciplina são elaboradas por um(a) professor(a) pertencente ao quadro da rede municipal de ensino, e enviadas para todas as escolas municipais de Mariana (zona rural e urbana). Com isso, se o(a) professor(a) não ensinar o conteúdo programado, os alunos poderão receber uma questão nesta avaliação padronizada que contemplará determinado conteúdo que não foi ensinado. Refletimos que esta avaliação padronizada baseada na Matriz Curricular pode contribuir para o professor ter pouco tempo para inserir temas em suas aulas que correspondem ao contexto em que a escola está inserida, como exemplo a temática mineração, que fazia parte do entorno da escola em análise. As anotações de campo apresentam relatos de alguns professores mostrando-se favoráveis às avaliações unificadas, pois os alunos estão desenvolvendo competências e habilidades que os preparam para avaliações externas, como exemplo aprovações nos processos seletivos do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), que tem um polo no município de Ouro Preto.

Os livros didáticos são escolhidos pelos professores da rede municipal de ensino de Mariana a cada quatro anos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e MEC. Todas as escolas da rede municipal de Mariana adotam o mesmo livro para cada série/disciplina (editora e autor), para facilitar possíveis transferências dos alunos para outras escolas, mas também para a elaboração da avaliação padronizada. De acordo com informações do trabalho de campo, as turmas da Educação Infantil não têm livros, as próprias professoras elaboram o material didático para serem reproduzidas cópias para os discentes; cada aluno das turmas do 1º ao 5º ano recebe anualmente um livro didático consumível no qual os alunos podem escrever); já para as turmas de 6º ao 9º anos, os livros de cada disciplina são emprestados para os alunos do início ao final do ano letivo.

Segundo as informações do trabalho de campo, com o RBF, os livros dos discentes e professores foram perdidos nos rejeitos, fazendo com que no final do ano letivo de 2015 e ao longo de 2016 não fosse possível repor o material para todos os alunos. Dessa forma, na maioria das vezes ao longo desse período, os conteúdos propostos na Matriz Curricular tiveram que ser selecionados pelos professores para ser reproduzidas cópias para cada aluno, o que, de certa forma, comprometeu o trabalho pedagógico. Em 2016, foram feitas as escolhas dos novos livros que começaram a ser usados em 2017 e permanecem até 2019, a título de exemplo, citamos o livro didático da disciplina Ciências do 6º ao 9º ano da autora Sônia Lopes, *Investigar e Conhecer*. Em 2020, os alunos receberão novos livros escolhidos pelos professores no PNLD.

Iniciou-se em 2013 a proposta de reelaborar o PPP da escola de Bento Rodrigues e de toda rede municipal de Educação de Mariana, com a intervenção e proposta elaborada por João Batista Mares Guia (contratado pela prefeitura do município na época). Segundo a diretora, esse PPP ficou muito extenso e está sendo reformulado em 2019 pela equipe pedagógica da instituição, juntamente com a intervenção da Empresa *Compreender Consultoria*, que a princípio foi contratada pela Fundação Renova para dar apoio psicopedagógico para as escolas atingidas pelo RBF, todavia também foi solicitado pela Prefeitura do município um suporte pedagógico dessa empresa em todas as escolas da rede municipal de Educação de Mariana.

A *Compreender Consultoria* passou, então, a auxiliar na reelaboração do PPP e na Formação de Professores de toda rede municipal. Já o auxílio psicopedagógico nas escolas atingidas funciona apenas como um acompanhamento com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Na escola de Bento Rodrigues são acompanhados oito alunos, que na maioria das vezes são atendidos em uma sala de uma profissional da equipe que funciona em um espaço externo à escola. Vale ressaltar que estes atendimentos não estão diretamente relacionados ao tratamento pós-traumático (anotações do diário de campo).

Após o RBF, uma equipe de psicólogos contratada pela Samarco atuou dentro das dependências da escola entre novembro e dezembro de 2015. Posteriormente, foram contratados profissionais da área de psicologia para atuar na equipe de Saúde Mental da Secretaria de Saúde Municipal de Mariana, os quais fizeram atendimentos e intervenções com os professores e alunos das duas escolas diretamente atingidas em Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo) entre 2016, 2017 e 2018, como foi estabelecido na cláusula 93 do TTAC (2016). Segundo as informações obtidas no trabalho de campo, esses atendimentos e intervenções ocorreram na escola de Bento Rodrigues regularmente entre 2016 e 2017, já em 2018, tornou-se escassa a presença destes profissionais na instituição de ensino, assim como ocorreu em 2019. O fato da Fundação Renova não ter dado sequência aos atendimentos, e ter descumprido a cláusula 93 do TTAC (2016), o CIF n° 238, de 30 de novembro de 2018, multou a Fundação em R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) pela falta de acompanhamento psicopedagógico nas instituições impactadas (IBAMA, 2018). Contudo, os dados apresentados nas entrevistas narrativas mostram que ainda existem alunos da escola de Bento Rodrigues que fazem acompanhamento e atendimentos na saúde mental.

## 2.2.4 O local em que a escola será reconstruída no reassentamento de Bento Rodrigues

A figura 13 refere-se ao projeto do reassentamento elaborado pela Fundação Renova, e entre alguns aparelhos sociais que serão reconstruídos, está a localização da Escola M. Bento Rodrigues pelo número 2, próximo à rua principal, São Bento.

No dia 28/06/2017, acompanhei os docentes e discentes da escola de Bento Rodrigues na primeira visita ao terreno Lavoura (Figuras 14), para conhecer o local onde será construído o reassentamento. Por meio de placas fixadas no terreno e de um mapa, funcionários da Fundação Renova e Synergia Socioambiental<sup>47</sup> apresentaram o projeto e os locais onde serão construídos edifícios de uso coletivo, como a escola, igrejas, praça e algumas ruas. Posteriormente a esta data, esse projeto apresentado sofreu algumas alterações, sendo substituído pelo que foi apresentado na figura 13.

**Figura 13 - Localização da escola no projeto do reassentamento de Bento Rodrigues**



Fonte: Adaptado pela autora de FUNDAÇÃO RENOVA, 2019.

<sup>47</sup> Um dia anterior, 27/06/2017, funcionários da Synergia Socioambiental e da Fundação Renova estiveram na escola de Bento Rodrigues para apresentar aos alunos e aos professores os passos necessários para a construção do reassentamento (segundo as empresas supracitadas, a data de previsão era 2019). Os alunos se mostraram muito interessados e fizeram diversas perguntas pertinentes, como a aluna Ketlin, de 10 anos, que questionou: “Quem receber a casa poderá vendê-la?”.

**Figura 14 - Alunos e professores da escola conhecendo o terreno do reassentamento, em 2017**



Fonte: HUNZICKER, 2017.

A comunidade escolar (professores, alunos, pais e funcionários) de Bento Rodrigues voltou ao terreno Lavoura na festa da família organizada pela escola em maio de 2019. Nesse dia, os alunos fizeram apresentações e mostra de trabalhos em uma estrutura do restaurante dos funcionários que trabalham nas obras do reassentamento (anotações do diário de campo).

As referidas visitas que os alunos e professores realizaram no terreno onde futuramente irão estudar, morar e/ou trabalhar (no caso dos docentes), fazem parte do processo de construção da identidade com aquele território que é desconhecido para eles. A escola poderá contribuir com esse processo de reinserção dos sujeitos atingidos na retomada da vida familiar/individual e coletiva/comunitária. A esse respeito, afirma-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais: “Exercer o convívio social no âmbito escolar favorece a construção de uma identidade pessoal, pois a socialização se caracteriza por um lado pela diferenciação individual e por outro pela construção de padrões de identidade coletiva.” (PCNs, 1998, p.43).

Nessa perspectiva, a escola poderá desenvolver ações para retomada dos laços família/escola, por exemplo: práticas pedagógicas dos professores contextualizadas com as práticas de trabalho das famílias; retomada de aspectos culturais e sociais que fizeram parte do povoado ao longo dos três séculos de história; promoção de eventos que resultem em maior interação entre escola/famílias (festa da família, festa junina, reuniões pedagógicas, feiras culturais, teatros, dentre outros); o Projeto Político Pedagógico (PPP) que poderá ser construído inserindo o contexto geográfico e econômico do reassentamento nas práticas pedagógicas dos professores; contudo, essa instituição de ensino terá, além de suas atribuições cognitivas do aprendizado, um papel de acolher a comunidade, como trazem à luz os PCNs: “A realização do acolhimento e da socialização dos alunos pressupõe o enraizamento da escola na comunidade.” (PCNs, 1998, p.43).

Os apontamentos feitos pelos PCNs (1998) nos remetem aos estudos de Antunes-Rocha e Martins (2009) quando consideram as especificidades das escolas do campo que ocupam um lugar de centralidade nas comunidades onde estão inseridas. Com isso, o processo de reconstrução da escola de Bento Rodrigues no futuro reassentamento está para além de refazer a estrutura física, mas resgatar a identidade dos alunos e familiares relacionada ao modo de produção e reprodução da vida camponesa, podendo ser uma escola vinculada ao projeto social, na qual os sujeitos são protagonistas do processo, como se estabelece como um dos princípios da Educação do Campo (ANTUNES-ROCHA, 2014).

### **CAPÍTULO 3. RSM: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS NARRATIVAS DOS PROFESSORES DA ESCOLA DE BENTO RODRIGUES**



(Sala dos professores da Escola M. Bento Rodrigues. Foto: HUNZICKER, 2015)

À luz da TRS buscamos compreender como os sujeitos desta pesquisa, os professores da Escola Municipal Bento Rodrigues, estão reformulando suas formas de pensar, sentir e agir diante do caos após o rompimento da barragem de Fundão (RBF). Por meio de entrevistas narrativas concedidas por esses docentes, analisamos as falas para proceder às análises dos dados, com o intuito de compreender como suas representações sociais sobre o objeto colocam-se em movimento. Investigamos também como os docentes ancoram suas RS, ou seja, como nomeiam o RBF.

#### **3.1 Perfil e trajetórias dos professores entrevistados para chegar à escola de Bento Rodrigues**

Foram entrevistados seis professores da Escola Municipal Bento Rodrigues em setembro de 2019. Optamos por entrevistar três docentes que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental que estavam em horário de trabalho no momento do RBF, e três que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que naquele dia 05 de novembro de 2015 já haviam encerrado o turno de aulas, pois lecionam na parte da manhã. Deste total de seis entrevistados, quatro são do sexo feminino e dois do masculino. Para manter o anonimato dos professores entrevistados, os identificamos pelas letras *A*, *B*, *C*, *D*, *E*, e *F*. Por questões éticas, não revelamos as disciplinas em que os professores atuam e,

no caso dos professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), também não informamos as áreas específicas de formação (graduação e pós-graduação).

### **Entrevistada A**

A professora entrevistada A tem 34 anos, atua como docente há 11 anos. Coursou graduação e pós-graduação em universidades federais (UFOP e UFF). Leciona na escola de Bento Rodrigues desde 2011, quando passou no concurso público, onde tem 12 aulas de uma disciplina dos Anos Finais do Ensino Fundamental. O restante do cargo como professora na rede municipal de ensino de Mariana é completado em outra escola localizada no campo, onde tem mais nove aulas. A docente A narra como iniciou sua carreira docente na escola de Bento Rodrigues: “Eu sou formada pela UFOP, né? E formei em 2008, comecei a trabalhar na Rede Municipal de Ouro Preto e quando teve o concurso de Mariana fui aprovada e comecei a trabalhar pelo município de Mariana, já na escola de Bento Rodrigues.”

A docente reside na cidade de Ouro Preto, antes do RBF se locomovia aproximadamente 40 km para lecionar na instituição do subdistrito Bento Rodrigues. Após o rompimento, esse trajeto diminuiu 24 km, já que a escola está atualmente instalada na sede de Mariana.

### **Entrevistado B**

O sujeito entrevistado B é um homem, tem 42 anos, há 22 anos trabalha no magistério, e tem graduação e pós-graduação na área que atua. É concursado na rede municipal de Mariana e trabalhou na escola de Bento Rodrigues entre 2006 e 2008, quando foi transferido para a escola de Santa Rita Durão por se localizar mais próxima à sua residência no município de Santa Bárbara, porém por motivos de encerramento de turmas na escola do distrito de Santa Rita, foi realocado para completar suas aulas na escola de Bento Rodrigues, em 2013. Assim, permanece nas duas escolas até os dias atuais, onde leciona nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Além destas duas instituições de ensino também é professor na rede estadual da cidade em que reside.

[...] trabalhava no distrito de Bento Rodrigues de 2006 a 2008, [...] fui transferido para rede de Santa Rita Durão [...] até o fechamento do ensino médio noturno em 2013, sendo fechado o ensino médio, e por estar mais perto de Santa Rita Durão, eu fui deslocado para estar trabalhando no distrito de Bento Rodrigues, no qual eu trabalhei em 2013, 2014, 2015 e venho trabalhando até os dias atuais por eu ser de Santa Bárbara e morar mais perto de Santa Rita Durão. Então, é uma escola que me atenderia mais próximo tirando Santa Rita Durão [...]. (Entrevistado B, 2019)



O informante *B* relatou que após o RBF enfrenta dificuldades para locomoção do trajeto de casa à escola de Bento Rodrigues, como afirma:

[...] a readaptação ela é muito difícil, igual eu, por exemplo, que moro em Santa Bárbara, de lá a Santa Rita são 30 km, e de Santa Rita a Bento eram 10 km, então, **com quarenta minutos eu estava na minha casa, né? Hoje, por estar Mariana, eu desloco uma hora e trinta de vinda e uma hora e trinta de volta** [...]. Não dá tempo às vezes de alimentar, não tem como almoçar e antes quando eu trabalhava na escola do Bento, eu chegava lá por volta de meio dia, almoçava, tinha um tempo pra bater um papo com os colegas que já tinham chegado na escola e hoje a gente não tem mais esse tempo, então **a gente passa grande parte do tempo em transporte, correndo risco na estrada pra chegar até a nova escola do Bento** [em Mariana]. E isso aí acaba que dá um certo incômodo na gente, **então o deslocamento é maior**. Eu mesmo, para eu vir pra Mariana, não dá tempo de chegar até o distrito de Santa Rita, eu tenho que vir de carro próprio, então eu **tenho um gasto com combustível, que agora sai do meu bolso, que não é mais igual eu tinha quando eu deslocava de Santa Rita para Bento, que era a prefeitura**. Nos dias que nós de Santa Bárbara viemos de ônibus de carona, [...] não tem preocupação com a hora de sair, com a hora de chegar, então isso aí acaba que deu uma certa perturbação no conforto que a gente tinha de deslocamento de um local para o outro. (Entrevistado *B*, 2019. *Grifos meus*)

### Entrevistado *C*

O respondente *C* é do sexo masculino, tem 43 anos, e atua como professor há 19 anos, sua formação contempla graduação e pós-graduação. Trabalha na instituição em análise com nove aulas em duas disciplinas nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Ele é concursado na rede municipal de Educação de Mariana e atua na escola de Bento Rodrigues há cinco anos, quando passou a completar sua carga horária de aulas, pois também leciona na escola do distrito Santa Rita Durão. Tem mais um cargo em uma escola Estadual no município onde mora.

Assim como o professor *B*, também mora em Santa Bárbara e do mesmo modo relatou problemas de locomoção devido ter aumentado a distância da escola:

Bento Rodrigues foi transferido para a cidade de Mariana. [...] antes era mais rápido pra chegar em casa e tudo. [...] agora estou correndo risco na BR. É um corre corre porque eu venho trabalhar e volto correndo para eu pegar outro serviço. [...] a rotina da gente mudou totalmente, né. A gente não tem tempo pra almoçar, tem dia que eu chego atrasado devido o trânsito. [...] ficou muito cansativo [...]. (Entrevistado *C*, 2019)

### Entrevistada *D*

A docente entrevistada *D* é uma mulher e tem 53 anos. É graduada no curso de Magistério Superior e possui pós-graduação em Psicopedagogia. Sua trajetória profissional foi em várias escolas localizadas nas áreas urbana e rural de Mariana. Leciona há 30 anos como professora de alfabetização (nos Anos Iniciais do Ensino

Fundamental), é aposentada no cargo que atuou como professora na rede estadual de ensino. Efetivou-se na rede municipal de ensino de Mariana em 2008, e trabalhou por dois anos em uma escola do campo que fechou. Em 2010, a docente foi transferida para a escola de Bento Rodrigues, como narra: “No Estado, eu fui logo efetivando, né? Quando eu tinha 18 anos. E na prefeitura eu ficava pegando contrato e trabalhei em vários distritos. Efetivei em 2008, aí por fim eles mandaram [...] para Magalhães, e lá em Magalhães fechou, aí eu fui pro Bento [...]”

Após a ruptura da barragem, a entrevistada passou a trabalhar na sede do município onde reside, o que de certa forma, trouxe melhorias na mobilidade que fazia diariamente para o subdistrito.

### **Entrevistada E**

A professora *E* é uma mulher e tem 51 anos. Foi efetivada na rede municipal de educação de Mariana em 2008, quando foi trabalhar em uma escola localizada no campo que fechou dois anos depois de seu ingresso na instituição, por este motivo ao ser transferida em 2010, ela escolheu ir para a escola de Bento Rodrigues, onde a irmã já trabalhava. Ao todo, a entrevistada tem 22 anos de serviço na profissão docente. Sua formação é em Pedagogia e possui pós-graduação em Educação Infantil, no entanto atua em outro segmento de ensino, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Segundo a docente, ela gosta de lecionar em turmas de alunos maiores, do 3º ao 5º ano.

Eu entrei junto com a [professora], no mesmo concurso de 2008 [...]. Aí a gente foi para uma escola, Magalhães, escola pequenininha perto de Barro Branco. Então, quando essa escola fechou, tinha Águas Claras, Santa Rita, Bento, [...] aí eu acabei indo pra Bento... e a minha irmã [...] já trabalhava lá, né? Eu já tinha referência da escola aí eu fui pra lá, então a gente está lá [...] desde 2010... que eu fui pra Bento, né? Então, o rompimento da barragem foi em 2015, tinha cinco anos que eu estava lá. (Entrevistada *E*, 2019)

Por ser moradora da cidade de Mariana, a partir do final do ano de 2015, ela também teve a redução do percurso que fazia diariamente até a escola do subdistrito.

### **Entrevistada F**

A entrevistada *F* tem 57 anos, é do sexo feminino. É formada em Pedagogia, e efetiva como professora na rede municipal de educação há 22 anos. Ao longo dos anos trabalhou em várias escolas da rede estadual e municipal de Mariana, e dentre elas, já havia trabalhado na escola do subdistrito de Bento Rodrigues há muitos anos, na época que a escola era estadual e ela morava em Mariana. Sua trajetória para lecionar na escola

de Bento Rodrigues relaciona-se a sua vida pessoal, pois segundo a informante, seu companheiro tinha parentes que residiam no subdistrito, portanto o casal também fixou residência. Assim, morou e passou a trabalhar na escola Municipal Bento Rodrigues.

Eu trabalhei lá antes e passei muito mal por causa da poeira, foi quando eu trabalhei no Estado [na escola] durante dois anos. Eu tinha crise de Asma lá, então eu cisme com o lugar, mas eu tive que ir pra lá porque meu marido foi, né. A irmã dele já morava lá por 14 anos, e depois foi juntando os irmãos dele, e todos foram pra lá. Primeiro eu fiquei emprestada na escola de lá, aí depois que eu fiquei na vaga como efetiva. (Entrevistada *F*, 2019)

A professora *F*, além de ter sido afetada no âmbito profissional, também é uma atingida direta em relação a sua vida pessoal, pois sua casa foi atingida pelo RBF.

Ao analisar o perfil dos docentes entrevistados que atuam na escola de Bento Rodrigues, constatamos que cinco deles têm idade superior a 40 anos, a maioria é composta por mulheres e atua no magistério há mais de 20 anos, porém, todos os entrevistados lecionam na escola em análise há menos de 10 anos. Todos são concursados na rede municipal de Ensino de Mariana, e dois deles também exercem um cargo como professor na rede estadual. Somente uma entrevistada não possui pós-graduação.

Ao analisar a trajetória dos docentes podemos perceber que no primeiro momento a maioria não escolheu trabalhar na escola de Bento Rodrigues por vontade própria, já que se trata de uma escola localizada em uma comunidade campesina a 24 km da sede da cidade. Como exemplos citamos os sujeitos *B* e *C* que completaram o cargo por fechamento de turmas em outra escola. Já as entrevistadas *D* e *E* foi porque a escola onde trabalhavam fechou. A docente *F* que morava em Bento Rodrigues, relatou que não queria ir para o subdistrito por causa da poeira que fazia mal para sua saúde. Já a entrevistada *A* aceitou a condição de trabalhar na escola localizada no campo, situação já especificada no edital do concurso.

### **3.2 Pistas para apreender os movimentos das representações sociais dos participantes e o processo que os levaram à “pressão à inferência”**

Partimos do pressuposto que a ruptura da barragem de Fundão, que destruiu as estruturas físicas da escola e provocou a desterritorialização de todo o subdistrito de Bento Rodrigues, foi um fenômeno não familiar que de maneira abrupta tencionou os professores investigados ao processo de “pressão à inferência”. Este conceito foi

concebido por Moscovi (2012), aprofundado nos estudos do GERES/FaE/UFMG e resultou em pesquisas como a de Amorim-Silva (2016) sobre o contexto da educação em prisões. A respeito desta pesquisa, a autora alega: “Os entrevistados se encontraram em uma situação da qual não puderam escapar [...] eles foram pressionados pelas circunstâncias de necessidades [...]” (ANTUNES-ROCHA, 2018, p. 30-31). Isso também ocorreu com os professores de Bento Rodrigues, que não tiveram escolha, foram forçados a se instalar em um novo contexto em Mariana. Assim, alguns sujeitos alteraram seus saberes sobre a mineração, e ainda, mobilizaram-se de tal modo que foram impelidos a modificar aspectos dos sentimentos e atitudes em relação a si mesmos, à escola e suas práticas pedagógicas.

O contexto do RBF desafiou os professores investigados em relação à mudança das RS sobre o objeto, mas que também trouxe alterações nos âmbitos pessoal e profissional de suas vidas, circunstâncias que ainda estão em curso, ou seja, um fato novo e “não familiar” que ainda se encontra em processo de mudanças. Esse contexto movimenta-se, especialmente diante dos desdobramentos e afetações que ainda estão acontecendo, como exemplos: a escola que não é mais a mesma, esses sujeitos aguardam a nova estrutura que ainda não está pronta; novas redes de relacionamentos sociais impostas aos alunos e professores; as subjetividades destes sujeitos foram alteradas; a mudança de localização geográfica da escola que acarretou em distanciamento das famílias na escola e problemas de locomoção para alguns professores. A esse respeito, Antunes-Rocha (2018, p. 20) diz que: “[...] uma representação social pode ser compreendida como um conhecimento em movimento, dado que é produzida em um contexto também em movimento e que, por isso, pressiona exigindo mudanças.”

O RBF foi abrupto de tal modo que provocou estranhamentos em vários âmbitos da vida pessoal e profissional dos docentes entrevistados, e com isso, muitas representações sociais já constituídas e consolidadas foram abaladas e colocadas em movimento.

Para analisar as representações sociais em movimento, levamos em consideração quatro categorias para buscar pistas a fim de apreender os posicionamentos representacionais dos sujeitos investigados: no tópico 3.2.1, como os professores pensam, sentem e agem diante do RBF; no tópico 3.2.2, a instalação da escola de Bento Rodrigues em Mariana, o que é não familiar para os professores?; no tópico 3.2.3, narrativas sobre as formas de pensar, sentir e agir dos professores sobre a mineração; e,

por fim, no tópico 3.2.4, como a temática mineração incide nas práticas pedagógicas dos professores, antes e depois do RBF.

### 3.2.1 Narrativas de como os professores pensam, sentem e agem diante do RBF

Foi perguntado aos docentes: como foi o RBF para você? Este tópico é relevante para compreensão da situação que os colocou no processo de “pressão à inferência”, que diante da materialização da chegada inesperada da lama na escola, esses sujeitos foram tensionados às mudanças no âmbito de suas vidas pessoal e profissional, tanto na rotina escolar quanto nos casos de comprometimento à saúde psicológica.

Os dados apresentados nas entrevistas narrativas evidenciam que há três grupos distintos sobre a localização dos sujeitos participantes desta pesquisa no dia do RBF, o que acarretou em diferentes formas de pensar, sentir e agir. Em vista disso, denominamos os grupos como Dia do Rompimento (DR), como apresentamos a seguir:

- **Primeiro grupo (DR1): entrevistados (A, B, C)** vivenciaram a destruição da escola, estavam dando aula no momento em que os rejeitos chegaram ao subdistrito, assim tiveram que evacuar a escola e sair às pressas com seus alunos para fazer o autossalvamento, e ainda passar a noite no cenário que foi devastado;
- **Segundo grupo (DR2): entrevistadas (D, E)** que não estavam no horário de trabalho, encontravam-se na cidade de Mariana, onde residem;
- **Terceiro grupo (DR3): entrevistada (F)** que também não estava em horário de trabalho, mas do mesmo modo que os entrevistados (A, B, C) teve que correr para fazer o autossalvamento, pois morava no subdistrito Bento Rodrigues. Assim, além de ter perdido seu local de trabalho (a escola), também assistiu à lama destruindo sua residência e pertences pessoais.

#### Narrativas do primeiro grupo: DR1

Para a **entrevistada A**, a ruptura da barragem repercutiu em aspectos da sua vida pessoal e profissional, especialmente pelo fato dela estar na escola no dia do RBF, já que teve que agir e fazer o autossalvamento. A professora também relata que vivenciou

o sofrimento dos seus alunos. Nesse cenário de destruição, emergiram sentimentos como medo, insegurança e tristeza.

Pra mim, os impactos foram vários, né? **Pessoal, teve impacto pessoal pelo fato de estar lá e ter que vivenciar, ter que passar por toda aquela situação, pelo medo, pela insegurança, tristeza de ver aquela tragédia acontecer**, então teve essa questão pessoal. **Profissional, de ver tudo aquilo se perdendo e os alunos preocupados com a sua família, com o lugar, com sua identidade, com a cultura também foi difícil e é difícil ainda.** E ambiental, pelo fato de ser professora de [...], acho que o impacto é para qualquer um uma questão do meio ambiente, **mas pra mim, acho que tem um peso muito grande também saber que é a maior tragédia ambiental do Brasil e que está aqui do nosso lado**, tem um peso muito grande também. (Entrevistada A, 2019. *Grifos meus*).

A participante A narra: “*foi difícil e é difícil ainda*”. A professora expressa as dificuldades vivenciadas pelos seus alunos que são as vítimas diretamente atingidas pelo RBF. Esta fala comprova que as afetações ainda estão em curso, e não há expectativas de quando o sofrimento e danos irão findar, isso porque os atingidos ainda não foram contemplados com um reparo justo, e ainda anseiam pela tentativa da retomada de suas vidas. Com isso, podemos compreender que os efeitos não se limitaram apenas aos dias posteriores à ruptura da barragem, pelo contrário, há um processo duradouro que se perpetua no sofrimento social, já que desmedidas violações são constantemente acirradas no campo de disputas entre vítimas e empresas responsáveis (ZHOURI 2018).

“A” também menciona que aspectos cognitivos de sua formação foram relevantes para compreender a dimensão ambiental do RBF, “é a maior tragédia ambiental do Brasil”.

O sujeito **entrevistado B** também estava na escola no momento do RBF e narrou como agiu no momento do autossalvamento. O professor relata que foi exposto a produtos químicos no ar, o que causou ainda mais preocupações com possíveis comprometimentos à saúde física.

[...] **no dia, o primeiro momento foi correr pra não ser soterrado** e depois a noite veio a entardecer, subiu aquela fumaça amarela com cheiro de podre que **a gente não sabia se isso iria afetar a saúde, se eu ia conseguir sair dali intoxicado** por causa da poluição dos danos que foram, que desceram justamente com a barragem, do cheiro de enxofre, os produtos químicos que foram usados durante a lavagem do minério que estava ali acumulado [...]. (Entrevistado B, 2019. *Grifos meus*)

“B” relata o que sentiu no dia da ruptura da barragem, detalha também como foi a noite que teve que passar ao relento à espera do resgate.

[...] depois do rompimento da barragem, de ter passado a noite lá no distrito no dia do rompimento, a madrugada toda [...] causando na gente uma certa **frustração, horas de desespero** pelo que a gente passou, pelos **problemas angustiantes que nós passamos naquela noite, o medo de não conseguir**

**sair de lá com vida**, então isso tudo marca a vida da gente [...]. (Entrevistado B, 2019. *Grifos meus*)

Diante da situação pós-traumática vivenciada pelo professor B, o RBF trouxe impactos a sua saúde emocional. O educador afirma que teve que ser afastado por meio de licença médica porque não conseguiu retomar suas aulas nos dias que sucederam ao rompimento, como foi solicitado pela Prefeitura de Mariana.

Eu, particularmente, **passei por um processo de um tratamento de saúde, porque aquilo me afetou, me abalou psicologicamente**. [...] nesse período com o que eu vivenciei, eu **não consegui voltar a trabalhar [...] como foi proposto pela prefeitura**, que a gente teria que voltar a trabalhar, **isso em momento nenhum foi respeitado, esse momento nosso de dor**, não teve nenhuma preocupação com nós professores da escola. **Porque apesar da gente não morar no local, a gente trabalhava lá**, [...] sair de lá na maneira que nós saímos, **isso afetou emocionalmente todas as pessoas que estavam lá**, que vivenciou aquele momento, aquele dia e isso não foi levado em conta. [...] **eu visualizei que a preocupação [da prefeitura], era simplesmente voltar a trabalhar como se nada tivesse acontecido, como se tivesse tido um dia normal**; isso afeta o seu psicológico das pessoas, igual **eu me sinto afetado**. E foram passando-se alguns dias, eu **só consegui retornar ao trabalho depois de 30 dias**, porque eu tive que tirar uma licença durante 30 dias, que eu não consegui voltar a trabalhar, **apesar que a comunidade contava com meu apoio pra estar ali presente junto com eles, mas emocionalmente eu não consegui ir**. (Entrevistado B, 2019 *Grifos meus*).

O respondente B relata ter se sentido impotente diante de não ter podido voltar ao trabalho e contribuído para ajudar os alunos e toda comunidade que acabava de ser desterritorializada. Os vínculos afetivos de professores que atuam em comunidades com condição identitária do campo interpassam por questões de pertencimento com a escola, com as relações afetivas entre alunos e familiares, fato que se materializa também com a identidade socioterritorial, ou seja, o pertencimento com a escola e o seu entorno. Para Kolling e Molina (1999), a relação entre as práticas pedagógicas dos docentes podem reverberar em ações que promovem a intervenção social na comunidade onde a escola do campo está inserida. O professor B descreve essa relação que tinha com a comunidade de Bento Rodrigues. Para ele, o RBF também incidiu sobre a destruição de uma paisagem que considerava bonita, assim ele destaca sobre as “imagens” do cenário de antes e depois.

O rompimento pra mim foi assim, o fim e o início de uma nova história, que eu **por estar trabalhando no distrito já há vários anos, eu já me identificava com a comunidade**, chegava lá, e via aquela **paisagem natural bonita** [...] e ter saído de lá vendo que tudo aquilo que você visualizou antes na sua chegada, **no outro dia não tinha mais nada, tudo destruído né?** Assim, foi algo que marca muita questão da vida da gente, porque **entra com uma imagem, e sai com outra imagem do local**. (Entrevistado B, 2019. *Grifos meus*).

Os professores *B* e *C* descrevem de maneira detalhada como foi o RBF, recordam, até mesmo como se sentiram e como agiram naquele dia.

Nesse sentido, “*C*” descreve os primeiros minutos em que a lama se aproxima da escola:

[...] naquele primeiro momento, [...] eu estava já na porta da escola e aproximou um moço e ele gritava assim comigo: “Professor, nós temos que correr”. Eu falei assim: “Moço, mas por quê? É briga?”. Ele falou assim: “Não, moço, é a barragem que...” Ele não falava nem que rompeu, ele falava que estourou a barragem. Aí eu custei a entender o que era, **minha ficha caiu assim já tinha uns cinco minutos que realmente foi aproximando um barulho muito grande e aí que eu percebi que realmente tinha acontecido um acidente grave**. Nesse momento, né, aproximou o ônibus que passa por volta de cinco da tarde, que trazia a linha de Mariana/Bento Rodrigues, foi ele [o motorista do ônibus] que **deu a gente uma carona porque se não fosse esse ônibus acho que nós não estávamos aqui hoje, contando a história**. Ele andou com a gente, acho que uns 100 metros, mais ou menos, não tinha mais como prosseguir, porque a lama já estava vindo nos encontrar. Então, onde que nós já tínhamos saído de frente da escola já existia lama e onde que o ônibus também teve que parar a 100 metros já tinha lama. Onde que **descemos, subimos por cima ... em torno do cemitério** onde que conseguimos ter a noção, né, do perigo. **Quando já tinha dez minutos isso [...] tive coragem de olhar para trás e ver a direção da escola, a lama já batia em cima do telhado da escola**. E aí, quando eu olhei no relógio, tinha exatamente dez minutos. (Entrevistado *C*, 2019. *Grifos meus*).

O professor continua falando sobre o autossalvamento que fez junto com dois professores, alunos e pessoas do subdistrito.

**Então, naquele primeiro momento, eu não sabia nem se todo os meus colegas e todos alunos tinha saído dali daquele local**. Porque tinha gente gritando, desmaiando, senhores de idade pedindo socorro “**Me ajuda, professor, não deixa eu pá trás!**”. E aí, **corríamos eu e dois professores, juntos, [...] foi assim, uma loucura, até chegarmos no topo da montanha que onde a lama circulou a gente**, porque não tinha como ir nem pra frente nem pra trás. Porque era duas, uma entrada e uma saída, né, que o distrito tinha, e a entrada e a saída do distrito, elas foram entupidas primeiro. **Então ficamos ilhados**. (Entrevistado *C*, 2019. *Grifos meus*).

Depois do pânico para sobreviver, vem a notícia que só seriam resgatados no dia seguinte:

[...] por volta de meia hora que já tinha acontecido o rompimento, já estávamos já no topo da montanha em estado de choque, aproximou o primeiro helicóptero, que aí chegamos até a conversar com o comandante, e eu perguntei: “**Moço, comandante, resgata nós, professores, tá todo mundo em estado de choque**.” Ele falou: “**Professor, eu não tenho autorização nenhuma agora nesse momento. Mas eu tenho que socorrer primeiro os que estão fraturados**”. Tinha uma senhora próxima a mim que estava com a clavícula, clavícula fraturada e ele falou assim: “Olha ali aquela senhora, tá sangrando”. Teve que ser levada. E ele virou e falou assim pra mim: “**Permanece com esses jovens no topo mais alto e agradece a Deus que vocês estão vivos**, porque na hora que o piloto desceu um pouco a aeronave que eu vi a dimensão do acidente, eu não imaginava que você



estariam vivos aqui embaixo não. E permanece aí no topo mais alto, por termo de segurança, porque **eu já estou sabendo que a próxima barragem tá rompe que não rompe e ela é três vezes maior do que isso. Então, permanece no topo mais alto por termo de segurança e vocês não tem como ser resgatado hoje, somente a partir de amanhã**". (Entrevistado C, 2019. *Grifos meus*).

Além do medo da ruptura de mais uma das três barragens da Samarco, a barragem Germano (que comporta 129.590.000,00 m<sup>3</sup> de rejeitos de minério de ferro), os professores, alunos e moradores de Bento Rodrigues passaram a noite ao relento no local mais íngreme do subdistrito, como descreve o entrevistado C (2019): “permanecemos lá com as crianças, idosos, né, que também correram junto com a gente [...]. Deu a noite, tivemos, lá por volta de duas horas da manhã, um professor começou ter hipotermia, tivemos que acender um fogo [...]”. Após as dificuldades vivenciadas à noite, o professor C narra como foi o cenário no dia seguinte:

[...] quando o dia clareou, começou todo processo de novo: as **pessoas começaram a desmaiar**, [...] e falavam assim com a gente: “**Professor, eu não tô vendo onde que era a minha casa**”. **Perderam o rumo, porque a lama igualou**, né, lá embaixo, então perdeu o rumo de ruas, de tudo. [...] começou o resgate por volta de oito, oito e meia, e foi quando tivemos o maior sufoco de novo. **Pessoas chorando, desmaiando, né, que aí já começou a desidratar, porque tinha muito tempo sem alimentação**, e aí aos poucos, fomos sendo resgatados, né. Mas foi um dia assim, [...] **muito triste**. (Entrevistado C, 2019. *Grifos meus*).

A narrativa de C retrata o quão difícil deve ter sido presenciar aquele amanhecer repleto de sofrimento, quando os alunos e moradores de Bento Rodrigues já não reconheciam suas casas, e sua comunidade.

## **Narrativas do segundo grupo: DR2**

A **professora D** não estava no subdistrito, mas descreve seus sentimentos em relação às companheiras de trabalho que moravam em Bento Rodrigues, e ao aluno que veio a óbito. A informante conta como agiu para ajudar os atingidos:

[...] eu lembro que passou no rádio e eu estava de licença porque eu tinha feito uma cirurgia. Eu falei: “gente é onde eu dou aula, vamos lá”, falei com meu marido “vamos que eu quero ver o pessoal, os meus alunos”, aí nós fomos, o meu marido me levou lá [no ginásio poliesportivo de Mariana], só que eles não deixaram a gente entrar, [...] aí depois eu fiquei tentando ligar pra Carminha [a professora que morava em Bento] pra saber onde ela estava, falar com ela, mas aí quando eu consegui falar com ela era outro dia. Ela estava em Marina, aí eu juntei mais roupas e dei para Carminha e **fiquei visitando o pessoal, mas eles estavam muito assustados mesmo, muito triste de estarem longe do lugar deles. Até hoje eu sinto isso, principalmente em gente mais idosa**. A Cristina [funcionária da escola]

**fala que chora todo dia lembrando disso.** Estou falando uma coisa muito triste, **eu perdi um aluno, na época eu fiquei muito triste**, mas aí eu ia visitar eles no hotel perto da minha casa, juntei umas roupas minhas, **doei roupas pra eles e quando voltou a escola, só falavam isso.** (Entrevistada *D*, 2019. *Grifos meus*).

Com lágrimas e a repetição da palavra “terrível”, a professora *E* narra o RBF.

[...] foi terrível! Assim, você vê o mundo desabando, o mundo, o lugar das pessoas, né? [...] mas a gente fica emocionado, tá vendo? [choro]. **Com uma coisa assim, tão grande, tão terrível, tão destruidor e a gente sem poder fazer nada. Me senti, assim, de mãos atadas, vendo esse povo.** E, nossa, foi um desespero total [...] a gente trabalhava de manhã [...] Então, a gente estava em casa, então a Alcione [pedagoga da época] ligou chorando dizendo que havia acontecido uma coisa terrível, aí eu falei “o quê?” Nunca, nunca que eu ia imaginar que ia chegar nesse ponto, a barragem estourou, a barragem [...] tinha acontecido naquele momento e ela também não sabia e foi terrível, foi terrível, mas... Daí **foi aquele desespero, né? Acabou que a gente tinha perdido aluno, né, mas assim, felizmente foi bom demais da conta, pelo tamanho do desastre, esse pessoal ter se salvado** [...] foi muito bom, foi terrível mas foi muito bom que as pessoas se salvaram, mas foi terrível, né? **Foi destruição total** [...]. (Entrevistada *E*, 2019. *Grifos meus*).

A informante *E* acrescenta em sua narrativa sobre a dimensão do RBF a preocupação com a escola, e como agiu com seus alunos ao retornar às aulas nos primeiros dias.

[...] e aí veio a preocupação, depois que passou aquele período de alojar as pessoas, de acolher todo mundo, [...] aí veio a preocupação da volta à escola, né? **Como voltar? Como receber esses meninos?** Aí eu comprei caderno, aí eu fiquei pensando assim: “meu Deus, o que eu vou fazer?”, e **toda hora que eu pensava, até hoje eu choro, aí eu ficava pensando “como que eu vou receber esses meninos? O que eu vou fazer? O que eu vou falar? Como que vai ser isso? Como eles estão?”** Aí eu comprei um caderninho, fui a papelaria, comprei uns caderninhos de capa dura e escrevi um texto pra eles, foi o que me veio na hora, sabe? Eu tinha oito alunos. [...] as turmas eram pequenininhas, né? [...] **não tirei xerox, [...] eu escrevi em cada um, nos oito cadernos, escrevi um texto pra eles, de apoio, falando que eles podiam contar comigo pra tudo.** (Entrevistada *E*, 2019. *Grifos meus*).

### Narrativas do terceiro grupo: DR3

A entrevistada *F* morava em Bento Rodrigues, estava em sua casa quando ouviu o barulho e saiu correndo para se salvar. Sua casa<sup>48</sup> foi completamente destruída pelos rejeitos, e atualmente a propriedade está inundada pelas águas do Dique S4 da Samarco. A respondente menciona que ela e os moradores não tinham conhecimento do tamanho

<sup>48</sup> A professora *F* contou que esta não foi a primeira vez que perdeu todos os seus pertences, pois na sua juventude quando morava próximo a um rio em Mariana, ela teve sua casa completamente inundada por uma enchente (anotações do diário de campo).

da barragem, nem informações de como fazer o autossalvamento, e por este motivo alguns subiram no sofá pensando em pequenos danos. Dessa forma, as narrativas de *F* evidenciam que a mineradora Samarco não tocou a sirene e não informou aos moradores do subdistrito que habitavam a ZAS sobre o plano de contingenciamento.

Para mim foi muito ruim, foi péssimo, porque eu não achava que essa barragem iria prejudicar tanto assim. **Eu achei que era uma barragemzinha lá..., eu nunca tinha ido lá, se eu já tivesse conhecido, eu poderia até esperar a proporção do que iria acontecer** com a gente. Então, para mim, era uma coisinha à toa, era uma barragemzinha simples. **Teve gente lá que subiu em cima do sofá achando que a água iria passar**, eu não sei se não tinha conhecimento [...] por isso que tem pessoas que quase morreram. Tem um rapaz que subiu em cima do sofá com as crianças. Para mim foi muito prejudicial, por que não foi fácil, foi muito triste. Eu penso assim... **eu morava lá, mas tinha só três anos, e agora e quem teve uma vida lá, pessoas idosas que nasceu ali, que foi criado ali, para eles foi pior ainda, né? E também para quem perdeu um ente querido, né?** Ainda bem que aconteceu isso durante o dia, porque se fosse à noite ninguém estaria aqui para contar a história. (Entrevistada *F*, 2019. *Grifos meus*).

A docente *F* narra como foi o autossalvamento:

[...] Eu estava em casa com uma menina especial [foi aluna da professora a muitos anos] que ficava muito lá em casa, ela que ouviu o barulho, eu não ouvi nada, estava distraída no computador [...]. Soninha escutou o barulho e falou [...], e eu fui na hora ver [...], quando eu cheguei na porta já vi a poeira [...] achei que tinha caído avião, na hora, eu pensei tanta coisa, então pápápápá [o barulho]. E eu comecei a correr [...] passei pela escola ainda, [...] fiquei toda perdida, [...] entrei em uma caminhonete e o moço falou que não poderia me levar porque ele tinha que buscar a família dele. **Entre no ônibus e vi os meninos desesperados, coitados, eles estavam na escola e começaram a falar “cadê minha mãe, meu pai, meu irmão”**, aí eles começaram a pular e sair do ônibus e não deixavam o ônibus andar [...]. Descemos do ônibus porque a lama já estava chegando [...]. **Saiu todo mundo correndo para o alto do morro**. Chegou lá eu arrumei uma correria de um lado pro outro, eu fiquei muito desesperada [...] **eu achava que a lama iria chegar lá em cima**, aí comecei a passar mal, até Márcia me deitou no chão e disseram que eu estava até sem cor. [...] **Passei a noite inteira sentada [...] eu não podia por o pé no chão, meu pé soltou a pele todinha [...]**, mas eu ficava testando minha dor porque se eu precisasse sair correndo [...]. Eu fui umas das primeiras a ser socorrida, umas 5 horas da manhã [...] porque eu estava com o pé machucado. [...] **Minha casa sumiu toda [...]**. (Entrevistada *F*, 2019. *Grifos meus*)

“*F*” relata que teve comprometimento na saúde física e mental diante da situação pós-traumática.

[...] eu **achei que eu ia morrer, eu perdi 10 quilos, e todo dia que eu olhava no espelho eu me enxergava amarela e me enxergava morta**. Sabe, você se enxerga morta? Eu deitava na cama e não dormia, tomava remédio, aqueles remédios forte tarja preta e dava efeito contrário e eu não dormia, **a noite toda eu ficava acordada, tive dor no estômago, queimação no estômago [...]**. Mas eu **fiz tratamento com psiquiatra e psicólogo que me atendeu no PSF do Bento**. Aí foi muito bom pra mim, **depois eu fui melhorando. Eu pensei que não iria sair dessa**. [...] esse tempo foi quando eu pedi arrego, quando eu não aguentei mesmo, que eu fui para médico e ele

me afastou. Eu estava afastada, todo dia não comia, **eu achava que não ia passar dessa**, todo mundo que ia lá em casa achava que estava despedindo de mim [...] Agora já sei lidar com isso melhor, aprendi a lidar, né? (Entrevistada *F*, 2019. *Grifos meus*).

Concluimos que a circunstância da localização geográfica não foi suficiente para evitar o processo de “mobilização das emoções” (ANTUNES-ROCHA, 2012)<sup>49</sup> em todos os sujeitos entrevistados, de modo que todos os três grupos descritos acima expressaram nas entrevistas narrativas o sentimento “tristeza”; os componentes dos grupos DR1 e DR3 (todos quatro professores que estavam em Bento Rodrigues na escola ou em casa/comunidade) relataram ter sentido medo, como afirmou *B*: “o medo de não conseguir sair de lá com vida”, outros sentimentos como “choque”, “pânico”, “assustados”, “terrível”, “insegurança” também foram mencionados. Percebemos que as questões afetivas envolveram todos os entrevistados, até mesmo os que não estavam lá no subdistrito, mas que tinham vínculos com os alunos e os moradores da comunidade.

Quando analisamos o “agir” nas entrevistas narrativas, percebemos que a primeira atitude dos sujeitos que fizeram o autossalvamento (grupos DR1 e DR3) foi correr: “correr pra não ser soterrado” (Entrevistado *B*, 2019). O informante *C* relata que os 100 metros percorridos no ônibus que os deu carona, também foi primordial para sobrevivência dos alunos e professores que estavam na escola no momento, entretanto, duas crianças que eram alunos da escola que estavam em casa vieram a óbito.

Diante das proporções do cenário devastado pelos rejeitos, até mesmo o comandante do corpo de Bombeiros disse ao professor *C* não acreditar que haveria pessoas vivas. A entrevistada *E* (2019) expressou dois sentimentos a esse respeito: “pelo tamanho do desastre, esse pessoal ter se salvado [...] **foi terrível, mas foi muito bom** que as pessoas se salvaram”.

As duas professoras do grupo DR2 que não estavam no subdistrito no momento do RBF relatam que fizeram um acolhimento com seus alunos em Mariana, assim doaram roupas e materiais escolar, e, sobretudo, os ampararam afetivamente, como demonstrou a atitude da professora *E* que mesmo afirmando que se sentia “de mãos

---

<sup>49</sup> A magnitude dos danos causados pelo RBF mobilizou as emoções de sujeitos externos ao *lôcus* da pesquisa e até mesmo ao território de Mariana, especialmente devido à repercussão do ocorrido, que por ter sido amplamente televisionado e publicitado pela mídia quase em tempo real, causou comoção em pessoas de diversos lugares do Brasil. Foram feitas doações de roupas, produtos de higiene e limpeza, alimentos (tem um caso de um empresário externo ao território que enviou uma carreta de arroz), dinheiro, trabalho voluntário para procurar vítimas e para acolher afetivamente os atingidos que sobreviveram.

atadas” sem saber como ajudar e o que falar para seus alunos quando os reencontrasse, escreveu à mão um texto para cada aluno com o intuito de apoiá-los.

A ruptura da barragem trouxe reflexos para a saúde mental de alguns dos professores, principalmente para aqueles que vivenciaram a chegada da “lama mineral” (professores dos grupos DR1 e DR3), e também para alguns alunos (crianças e jovens) que estavam no subdistrito no dia, como narra a professora *F*: “Uns ficaram com depressão, ficaram muito nervosos”.

Os professores *B* e *F* mencionam no decorrer das narrativas que o rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, (ocorrido em janeiro de 2019) trouxe de volta o sofrimento e lembranças do que vivenciaram em Bento Rodrigues.

Eu acredito, assim, que com tempo a gente vai eliminando isso da memória da gente, mas até o ano passado mesmo, eu estava praticamente, como eu vou dizer, tranquilo, **aí eu vi aquele novo rompimento da barragem de Brumadinho, a história volta toda a mente da gente**, porque quem vivenciou aquilo sabe o que que é a questão do desespero, **de você sair dali com vida**, se você vai sair, se não vai sair, **aquilo ali marcou muito a vida da gente**. Então, esse é um momento que você vai e volta ao mesmo tempo [...] (Entrevistado *B*, 2019. *Grifos meus*).

O professor conta que depois de um tempo voltou ao cenário destruído em Bento Rodrigues para tentar minimizar os danos psicológicos do RBF.

[...] a minha diretora da outra escola, ela me aconselhou que eu voltasse ao Bento Rodrigues e colocar um ponto final naquela história, e depois que eu voltei em Bento Rodrigues, que eu andei tudo lá, **que eu visitei a escola, que eu fui onde eu trabalhava, onde todos os materiais foram perdidos, eu consegui dar uma amenizada**, uma paz espiritual dentro de mim, porque isso foi uma história que eu não desejo isso pra ninguém. (Entrevistado *B*, 2019. *Grifos meus*.)

O entrevistado *B* menciona as marcas deixadas pelo dia 05 de novembro de 2015 em sua vida, do mesmo modo que a entrevistada *F* que também afirma reviver constantemente o sofrimento.

E eu não podia ouvir qualquer barulho. Teve um dia que eu ouvi um poste que começou a sair fogo, eu comecei a gritar [...] então às vezes eu fico com **medo de barulho, qualquer barulho** [...]. Teve um dia que eu estava dentro de casa, de repente um barulho assim “pápápápápápá”, mas é alto. Igual **quando eu escutei de Brumadinho, nossa mas eu chorei tanto com esse negócio. Eu estava assistindo televisão e eu vi aquele negócio arrebentando**, [...] depois que eu fui tomar ciência do que estava acontecendo [...] até chorei, **porque veio o barulho a mesma coisa de tudo que aconteceu, o barulho da lama**, o barulho lá de... [...] **aí eu vi tudo de novo**, mas ainda bem que eu estava mais forte, **chorei mas estava mais forte**. (Entrevistada *F*, 2019. *Grifos meus*).

As entrevistadas *D* e *E* também mencionam Brumadinho em relação à recorrente ruptura de mais uma barragem de rejeitos de minério.

➤ **Como os participantes da pesquisa ancoram o RBF?**

De acordo com Moscovici (2003), ancorar significa nomear, classificar ou rotular aquilo que é infamiliar, que é estranho. Dessa maneira, analisamos as entrevistas narrativas dos participantes e constatamos que a maioria dos sujeitos participantes ancoram/denominam o RBF como “o rompimento”, “rompimento” ou “rompimento da barragem”; o termo “tragédia” foi utilizado quatro vezes, sendo a maioria das vezes pela professora A; “desastre” foi utilizado duas vezes, pelos docentes E e C; “acidente” foi mencionado pelos sujeitos B e C (Quadro 10). Chama-nos a atenção que a entrevistada D parece evitar nomear o RBF (Quadro 10), refletimos que pode ser uma forma de refutar ou tentar minimizar o acontecido. Outra observação é que nem um dos seis professores entrevistados se referiu ao RBF como “crime”. É importante ressaltarmos que todos os entrevistados utilizaram várias nomenclaturas para fazer referência ao RBF, talvez por ser um fato recente, ainda não ter havido tempo suficiente para cristalizar as representações sociais no âmbito coletivo, ou mesmo por falta de uma formação política capaz de trazer reflexão sobre as questões ideológicas do RBF. Alguns sujeitos do território diretamente atingidos (em Mariana e Barra Longa) que se alinharam aos movimentos sociais ou coletivos que trazem reflexões e discutem os direitos dos atingidos pelo RBF chamam de “crime”, como é o caso de uma atingida e moradora de Gesteira, Simone Silva, que se tornou militante do MAB, e mencionou no dia 06/11/2018 no Seminário *Balanço de 3 anos do rompimento da barragem de Fundão*: “Nós atingidos não falamos acidente, nem desastre, e sim crime!”.

**Quadro 10- Como os participantes ancoram/nomeiam o RBF**

<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>E</i>	<i>F</i>
“tragédia” (3), “depois da barragem” (1).	“rompimento da barragem” (1), “o rompimento” (3). “novo acidente” (referência à Brumadinho) (1).	“rompimento da barragem” (1), “o rompimento” (4), “acidente” (1), “desastre” (1).	“por causa disso” (1), “no assunto” (1).	“desastre” (1), “rompimento da barragem” (3). “rompimento” (2)	“rompiment o” (1), “tragédia” (1).

Fonte: Elaborado pela autora, (2019)

Percebemos que a terminologia utilizada para nomear o rompimento da barragem de Fundão é difusa e gera contestação e indignação por parte de algumas

peessoas desde o ocorrido, em 05 de novembro de 2015, pois a maneira como se nomeia relaciona-se aos interesses ideológicos, políticos e econômicos. Assim, muitos dos atingidos diretos (que tiveram suas casas soterradas) denominam como “crime”, principalmente aqueles sujeitos que se alinham às reflexões feitas no território por coletivos e movimentos sociais (MAB e MAM) e as assessorias técnicas de Mariana e Barra Longa (Cáritas e Aédas); alguns meios de comunicação mencionam “desastre”; já alguns moradores de Mariana de classe média que não tiveram suas casas afetadas pelos rejeitos, mas que são ligados às empresas mineradoras Samarco/Vale/BHP denominam como “acidente”; em documentos oficiais, como no TTAC que foi assinado em 2016, o termo recorrente na redação do texto é “evento”, escrito dez vezes somente nas páginas 3 e 4.

Nesse sentido, percebemos logo após o RBF um processo de “vitimização” da empresa Samarco, visto que se disseminou na mídia e no território de Mariana a ideia de um desastre provocado pela natureza, motivado por abalos sísmicos<sup>50</sup>. Losekann (2018) lembra que essa tentativa de naturalizar o ocorrido com a barragem gerou repercussões nas redes sociais e causou um processo de indignação entre atingidos e ativistas da causa, sendo compartilhada e publicada a *hashtag* “#NãoFoiAcidente”. A autora ainda faz referência à postura tendenciosa dos governantes da época de se vincular em defesa das empresas (Samarco/Vale/BHP), que são responsáveis, em vez de se alinhar às vítimas. Fica claro que, muitas vezes, os interesses do Estado se restringem às demandas econômicas, geradoras de tributos e impostos decorrentes das atividades extrativistas minerais.

Na perspectiva de nomear o ocorrido no território de Mariana, percebemos uma “arena” no campo da linguagem. Bakhtin (2003) alega que o sujeito é constituído de linguagens no ambiente dialógico, e que nem sempre esse processo de comunicação ocorre harmonicamente, podendo acontecer no âmbito da linguagem uma “arena” de disputas das ideias expressadas na forma escrita ou oral. Essa “arena” de disputa na linguagem não se trata apenas de como denominar o ocorrido, já que, além disso, há diversas circunstâncias que acarretam em negação e violações de direitos por parte das empresas responsáveis pelo RBF.

---

<sup>50</sup> Abalos sísmicos de menor intensidade existem constantemente na dinâmica dos movimentos das placas tectônicas do planeta Terra. Ressaltamos que há locais no planeta com maior instabilidade tectônica por se localizar em regiões de convergências, divergências ou transcorrência de placas, o que não é o caso da localização da barragem de Fundão, em Mariana/MG.

### 3.2.2 A instalação da escola de Bento Rodrigues em Mariana, o que é não familiar para os professores?

A respeito dos desafios enfrentados pelos docentes após o subsequente deslocamento da Escola M. Bento Rodrigues para a sede do município de Mariana, os professores entrevistados citaram algumas alterações na rotina escolar e em suas práticas educativas ao longo destes quatro anos que a instituição funcionou em dois endereços. Nesse novo ambiente, os sujeitos se deparam com o estranhamento e não familiaridade em relação à rotina escolar, como por exemplo, a respeito dos seguintes aspectos: **a)** a escola em estruturas provisórias; **b)** situações de vulnerabilidade enfrentadas pelos alunos e pelos próprios docentes no novo convívio social e escolar.

#### **a) A escola em estruturas provisórias:**

O professor *C* narra as dificuldades da adaptação de toda a comunidade escolar em Mariana:

**[...] o retorno após o rompimento, a gente retornou dez dias pós o rompimento, então foi uma tristeza enorme, né, encerramos aquele ano letivo. [...] foi uma finalização de ano mais de consolo mesmo, porque, era só tristeza quando nós chegávamos. Encerramos aquele ano, né, que aconteceu o rompimento, logo após tivemos férias. Iniciamos o outro ano de novo. Com muita tristeza ainda, não saberíamos se íamos ficar ali, se não íamos, alunos chorando, aquela confusão nas famílias também, muito tristes e fomos vencendo ali, as barreiras, né. Mas não foi fácil. Até que... hoje, o que que acontece, melhorou um pouco, logo após que nós tivemos o nosso cantinho. Viemos para uma casa adaptada, é na cidade de Mariana, no centro de Mariana, praticamente, é onde que os alunos se identificaram melhor, eles tiveram uma identidade novamente da escola de Bento Rodrigues. Então, com isso, as coisas foram fluindo e a gente também foi se adaptando melhor, então o trabalho ficou mais leve, né. Até hoje, lembramos [do RBF]. Tá aproximando de novo, ficou uma data marcante pra todo mundo. As meninas, que são colegas de trabalho do Bento, “ó, está aproximando cinco de novembro de novo.” Então, gera aquela tristeza. Nós estamos aí fortes aí, né, é um corpo docente muito unido e a gente vai dando força um pro outro para as coisas fluírem. Graças a Deus estamos levando aí. (Entrevistado *C*, 2019. *Grifos meus*).**

O entrevistado *C* cita os desafios enfrentados em relação às estruturas provisórias e a maior distância da escola em relação a sua casa.

**[...] foi assim, uma mudança... principalmente pra mim, professor, foi uma mudança... radicalmente, né. Mudou radicalmente minha vida. [...] no início foi muito mais difícil, porque ficamos sem escola, tivemos que aglomerar em uma escola do bairro Rosário (Dom Luciano), recebeu a gente muito bem. Ficamos lá quase um ano e meio, quase dois anos até batalharmos depois um cantinho que hoje é da gente. É montou-se uma**



**escola mais no centro** onde que funciona a escola de Bento Rodrigues, mas **tá dando pra trabalhar**, tudo direitinho, mas **virou aquele transtorno para todos nós**. Principalmente da distância, né, a distância é um corre corre pra todo mundo, pra gente pior ainda. A gente já não morava em Mariana, ficou muito mais longe pra gente trabalhar. **É muito mais cansativo**. (Entrevistado C, 2019. *Grifos meus*).

Segundo o respondente C, o novo contexto escolar trouxe para ele problemas em relação ao deslocamento, incertezas de onde a escola ficaria e, depois de quase dois anos na escola Dom Luciano, a instituição de ensino foi instalada em uma casa adaptada, na qual as condições de trabalho dos docentes melhoraram: “o trabalho ficou mais leve”.

A entrevistada F também narra sobre a instalação da escola nos dois endereços em Mariana, e afirma que atualmente está melhor na casa adaptada:

[...] a gente foi pra outra escola, juntos, né? Uma escola pra duas escolas funcionar lá não foi fácil não, porque, né? **Foi difícil demais, mas deu pra aguentar** [...] depois eles arrumaram [...] outro espaço pra gente, **esse espaço aqui está muito bom, apesar de ser pequenininho, é aconchegante**. (Entrevistado F, 2019. *Grifos meus*).

A entrevistada E relata que no início os alunos e professores foram muito bem recebidos na escola Dom Luciano, mas que com o tempo os problemas vieram, principalmente relacionados à convivência com novos sujeitos que foram obrigados a compartilhar a mesma estrutura da escola.

[...] **decidiu pra onde que a gente ia**, nós iríamos para o Rosário e teve aquela recepção toda lá na chegada [...] eu acho que eles [os alunos] se sentiram, assim, muito bem acolhidos num dia desses, na hora de fazer as doações. Então, assim, eu acho que **quando a gente chegou na escola, desde quando eles vieram, as pessoas foram muito solidárias**. Eu acho que eles se sentiram muito bem recebidos, não é? Mas, aí o tempo foi passando, vieram os problemas, na escola, já começou a incomodar, né? **Dois escolas funcionando no mesmo prédio, isso já começou a incomodar, vieram os problemas, a gente teve problema lá, teve problema... [...] teve que procurar por um prédio, para poder trazer a escola pra outro lugar porque não estava dando certo, né?** (Entrevistado E, 2019. *Grifos meus*).

A professora D narra como foi a adaptação na escola Dom Luciano:

[...] **no começo foi muito ruim mesmo, a gente ficava emprestado na escola, e todo mundo achando que estávamos incomodando eles**, né? Porque incomoda mesmo. E aí Eliene [a diretora], conseguiu essa escola pra nós. Nós estamos muito felizes aqui [na casa adaptada], **pois lá a gente era meio discriminado sim**. [...] **quebrou a rotina deles toda. No começo, tratavam até com um pouco de carinho**, mas depois a gente via que estava amolando eles [...]. O horário da entrada ficava aquela bagunça, **eles achavam ruim da gente ficar fazendo fila**. Também para as meninas da cozinha, a merenda tinha que ficar, toda hora, fazendo merenda pra um, [...] ficavam só reclamando. Não tinha lugar nem pra elas fazerem comida direito. [...] **nós ficamos totalmente deslocados, e os meninos em uma escola que não era nem aconchegante pra eles**. Entendeu? **Era muito grande e as salas que sobraram, que as professoras outras não quiseram, ficaram**

**pra gente**, mais ou menos assim. [...] a gente via que tirava a rotina deles, né, era fazendo um favor mesmo, **mas foi muito bom a gente ter vindo pra cá** [a casa adaptada]. (Entrevistado *D*, 2019. *Grifos meus*).

A professora *D*, ao narrar que foi bom terem ido para o atual espaço onde a escola está instalada em uma casa adaptada, demonstra que está “tornando familiar o não familiar” (MOSCOVICI, 2010, p. 59).

#### **b) situações de vulnerabilidade enfrentadas pelos discentes e docentes no novo convívio social e escolar.**

A situação de vulnerabilidade enfrentada pelos alunos e também pelos docentes vítimas do RBF reverberou no ambiente escolar, diante do estranhamento em relação à estrutura física da escola, das novas relações sociais, do novo contexto econômico e cultural. Há também uma “não familiaridade” em relação a alguns alunos que mudaram o comportamento e o rendimento escolar, ou seja, de certa forma não parecem ser mais aqueles discentes da escola do campo que existia em Bento Rodrigues, como narra a professora *A* sobre seus alunos.

Depois da Barragem, a gente passou por uma fase bem turbulenta dessa aceitação. **Eu acho que eles** [os alunos] **ficaram mais agressivos, até entender o que estava acontecendo, o que tinha sido tirado deles, que eles não iam ter de volta, eles ficaram muito agressivos, com a gente também, eles não aceitavam o que tinha acontecido e de alguma forma eles tinham que colocar aquilo pra fora.** Então, no começo, foi muito difícil, porque **o interesse pelo estudo diminuiu**, o valor das coisas meio que se perdeu, “**eu não preciso cuidar da escola, porque não cuidaram das minhas coisas, tiraram a minha casa, porque eu tenho que eu tenho que ter cuidado com as minhas coisas?**” Então, isso foi bem difícil no começo. (Entrevistada *A*, 2019. *Grifos meus*).

“*D*” afirma que por muito tempo o assunto do RBF fez parte das aulas, até que chegou ao ponto de se negar a falar disso.

[...] **eles só ficavam falando o assunto**, toda hora tocavam no assunto, e aí a gente acabava falando sobre. E eles estavam muito chateados, muito tristes. **Agora a gente vê que apareceu alguns com problema psicológicos**, mas eles são muito bonzinho e a gente trabalha, assim, pra agradecer a vida em vez de ficar lamentando, que eles devem agradecer porque ficaram vivos enquanto tanta gente morreu. E às vezes **quando começa o assunto também, a gente dá uma... eu paro de um pouquinho de falar disso. Não gosto de ficar falando muito mais não**, mas eles falam pouco agora. (Entrevistada *D*, 2019. *Grifos meus*).

A respondente explica que os alunos queriam falar de suas perdas, contudo, “D” conduz de uma forma mais otimista, afirmando que eles serão muito felizes morando em Mariana.

As perdas e casas, aí tinha que ficar escutando, a gente ouvia muito, até chegar um ponto que eu falei “gente, agora nós vamos começar agradecer, agradecer as coisas que nós temos e que ainda vamos ter e **vocês vão ser muito felizes aqui em Mariana, vocês podem ser felizes na casa de vocês também, vai ser outra vida**, vida que segue”. (Entrevistada D, 2019. *Grifos meus*).

A professora narra que alguns alunos ainda são encaminhados à equipe psicológica, contudo fala que os alunos estão esperançosos em relação ao reassentamento para reterritorialização das famílias.

[...] alguns vão [ao psicólogo]. Quando a gente vê que precisa a gente encaminha, sabe? Igual a um menino lá, esqueci o nome dele, ele estava tendo muita dor de barriga, a gente fica achando que **pode ser emocional, muita coisa, que é por causa disso ainda, entendeu?** Mas, **na maioria, eles estão muito esperançosos**, assim, e não falam muito mais no assunto não, muito pouco, **agora é só casa nova**, acho que tem entrado dinheiro também, né? [...] **eles estão vendo muita coisa bonita**, então o que fala é mais lá, lá no grupo que reúne, no sindicato, eles falam muito pouco, na minha turma principalmente. Outro dia Caíque falou porque surgiu um assunto, aí falou “agora não tem barragem mais”, só assim, muito pouco. [...] eles são muito pequenos os meus alunos. (Entrevistada D, 2019. *Grifos meus*).

A entrevistada F ressalta o sofrimento enfrentado pelos alunos e as dificuldades em continuar suas práticas educativas no pós-rompimento.

[...] todo dia tinha comentário, **os alunos não falavam sobre outra coisa a não ser o rompimento**. Ficaram muito tempo, né? **Uns ficaram com depressão, ficaram muito nervosos**, assim, lembrando, choravam, tudo... **até eu chorava com eles, foi muito tempo**. Aí tive depressão e afastei um tempo de dar aula, mas depois eu achei melhor voltar, sabe? **O convívio com eles não foi fácil não, mas, os comentários era todo dia, isso aí, todo dia eu tinha que parar a aula pra conversar, coitados** [...] Aí veio um grupo de psicólogos que cuidou um tempo, aí foi estabilizando, mas eu acho que até hoje, assim, amenizou bastante em relação a como estava antes. Eu acho que esse grupo de psicólogos que veio aqui, que veio à escola para ajudar a cuidar deles, da gente, foi muito bom, ajudou bastante. (Entrevistada F, 2019. *Grifos meus*).

“D” narra sobre a discriminação sofrida pelos alunos na escola Dom Luciano e o que ela fez em suas aulas para tentar adaptar-se ao novo espaço.

Tinham boa vontade, mas depois [...] **a gente sentia a discriminação. Os meninos achavam que na hora de brincar, que não queriam os meninos do Bento**. Tinha muito disso, mas foram os meninos maiores que reclamavam mais. [...] não gostavam que eles jogassem bola, tinha umas coisas assim e a gente sempre saía com eles. **Eu gostava muito de levá-los pra passear naqueles matos. Porque eles ficavam com saudade do lugar onde eles moravam**, aí eu levava muito eles ali. **Tem uma trilha ali, aí**

**quando viam cavalo eles ficavam doidos, [...] bichos.** Eles gostavam, eles gostam disso. (Entrevistado D, 2019. *Grifos meus*).

Ao analisar os dados das entrevistas narrativas, observamos que 100 % dos professores participantes relataram ao longo das narrativas que eles ou os alunos da escola de Bento Rodrigues enfrentaram situações de discriminação e dificuldades nas novas relações sociais na cidade de Mariana, especialmente no período que coabitaram a escola Dom Luciano.

[...] a gente foi pra outro ambiente, que não era a escola só do Bento, então era dividida, então **eles se sentiam também excluídos, eles falam muito. Eu nunca presenciei, mas muitos falam dessa questão do preconceito de serem chamados por nomes “da lama”,** de fazerem comentários mesmo até **como se eles fossem culpados pelos problemas da cidade, pelo desemprego, pela crise do município,** então eles relatam muito isso, desse preconceito, tanto dos alunos, quanto outros moradores também falam que é real. (Entrevistada A, 2019. *Grifos meus*).

O cordel escrito por uma aluna de 11 anos da escola de Bento Rodrigues(,) em 2018, relata o estranhamento e conflitualidades vividas por grupos identitários distintos (os atingidos pelo RBF e os moradores de Mariana) no atual território provisório, a cidade de Mariana.

[...]  
**Numa cidade grande,**  
 ficamos distantes,  
 sem querer, infelizmente,  
 com um povo diferente.

E nessa correria,  
**todo mundo queria**  
**roubar nossa vida**  
**com várias mentiras.**  
 (SILVA, 2018, p.17. *Grifos meus*.)

A informante A fala que o preconceito vivenciado pelos alunos e moradores de Bento Rodrigues relaciona-se ao dinheiro da empresa Samarco e da Fundação Renova.

Isso **aconteceu na escola** [Dom Luciano], isso **aconteceu na cidade.** Algumas pessoas **falam que acontece em supermercado,** quando vai fazer compra, quando vão pagar alguma coisa, sempre tem algum comentário de dizer que é dinheiro né..., **que deram sorte, porque eles têm dinheiro agora da Renova, da Samarco.** (Entrevistada A, 2019. *Grifos meus*).

O professor B também relata situações de segregação sofrida pelos atingidos, e até ele se sentiu discriminado quando trabalhou na escola Dom Luciano:

E a gente também passou por momentos de readaptação em Mariana, **aonde nós fomos vistos como intrusos, como as pessoas responsáveis pelo caos da cidade de Mariana** e os culpados por estar ali no momento que houve o rompimento da barragem. [...] **Eu acredito que até hoje grande parte dos**

**moradores de Bento Rodrigues, eu acredito que eles ainda sofram, né? Essa questão dessa, dessa discriminação,** porque querendo ou não, isso acabou afetando a **economia do município de Mariana**, então, tudo é motivo, porque Bento é... porque isso... porque aquilo, em caos do rompimento, **como se a gente fosse o culpado de ter acontecido isso, que eu não vejo que seria nós os causadores do problema.** (Entrevistado *B*, 2019. *Grifos meus*).

Este professor justifica a situação de vulnerabilidade social enfrentada no entorno da escola Dom Luciano, o que pode ter causado ciúmes e gerado o desconforto enfrentado pela comunidade escolar de Bento Rodrigues.

Chegou duas escolas para funcionar no mesmo espaço onde funcionava uma. Então, assim, quando nós chegamos houve muita preocupação em estar trazendo oficinas, [...] **ofertando aos alunos da escola algo para tentar superar a dor do desespero que foi passado. A gente está chegando numa escola que também é um bairro carente, é um bairro que não tem, assim, muita assistência, então, aquilo ali causou um certo ciúme, porque as duas escolas que estão funcionando na escola do bairro do Rosário estão tendo mais privilégios que os alunos que moram no próprio bairro?** Então, isso aí foi o que eu acredito que causou esse certo incomodo, tanto pelas pessoas do bairro e também pelas pessoas de Mariana. (Entrevistado *B*, 2019. *Grifos meus*).

Conforme o professor *B*, a situação de *bullying* no ambiente escolar também foi vivenciada pelos alunos que concluíram o Ensino Fundamental na Escola Municipal Bento Rodrigues e passavam a estudar no Ensino Médio em outras escolas da cidade de Mariana, onde também receberam apelidos, como afirma: “Os alunos [...] que estudavam com a gente e que foi pra escola estadual aqui [em Mariana], eram chamados de “pé-de-lama”, eles passaram por esse processo [...]”.

A professora *F* também menciona a motivação da situação dos conflitos quando compartilharam a escola Dom Luciano.

[...] não foi fácil não, tudo que a gente fazia era difícil, porque tem as crianças de lá e as crianças daqui. Talvez alguém ia lá pra ajudar, pra dar um presente, eles reclamavam, **ai falaram de fazer abaixo-assinado pra tirar a gente de lá, teve essa conversa, [...]** Sendo que a gente não tinha culpa, chegavam lá assim: “eu trouxe um presente pra os meninos”, mas não trouxe para os outros, aí teve essa confusão lá. A gente fica chateada, né? Apesar que coitados, [...] Fizeram uma recepção boa quando a gente chegou lá, depois com a, com essa, **os pais reclamavam... [...] os pais de lá, por causa desse negócio de dar presente pra um, dar umas coisas e não dar pra eles. A gente estava lá emprestada, né?** (Entrevistada *F*, 2019. *Grifos meus*).

A professora *F* fala sobre um abaixo-assinado para tirar a escola Bento Rodrigues das estruturas da escola Dom Luciano. Tal situação foi denunciada e averiguada pelo promotor do MPMG da Comarca de Mariana, Guilherme de Sá Meneghin, como noticiou a reportagem: “De acordo com o promotor foi feito um abaixo-assinado para

que as crianças de Bento Rodrigues e Paracatu não estudem na escola do Rosário.” (O LIBERAL, 2016, p. 1, ed. 1208).

Nas novas relações sociais urbanas esses sujeitos foram denominados de várias formas após o RBF, tais como: “pés-de-lama”, “da-lama”, “atingidos”, “vítimas”, “exploradores”, “aproveitadores”. Esses episódios de discriminação têm se tornado presentes no cotidiano social e até mesmo no ambiente escolar como foi narrado nas entrevistas dos professores investigados de Bento Rodrigues. Diante da situação de segregação, os atingidos do RBF vivenciam novamente os traumas. Reviver um sofrimento é um processo de “retraumatização”.

[...] retraumatização, ao ter sua origem no social, se expressa numa agressão constante e cotidiana [...]. O indivíduo afetado re-experimenta os sintomas quase com a mesma intensidade do evento traumático original, o que se expressa num devir de afetos, emoções e pensamentos derivados da experiência traumática do passado. (ESPINOZA; RODRÍGUES, 2006, p. 165 *apud* PASTRANA; VEIGA, 2001).

Essas pessoas, já fragilizadas pela sua própria condição, têm que resistir diante dos episódios de discriminação, e ainda, lutar por direitos básicos desde o momento que os rejeitos impactaram suas bases preexistentes.

Entendemos que essas alcunhas relacionam-se a questões político-identitárias vinculadas à condição econômica, especialmente no contexto do município de Mariana que é dependente das atividades minerárias para geração de renda e empregos. Com isso, instaurou-se em Mariana uma polaridade entre os “pró-Samarco” e os atingidos diretos lutando pelos direitos.

Por decisões judiciais, a mineradora Samarco teve suas atividades paralisadas e, muitos moradores de Mariana, que trabalhavam direta ou indiretamente na mineradora, ficaram desempregados. Assim, em 2015, menos de 30 dias após o RBF, iniciaram passeatas e campanhas entre moradores e comerciantes de Mariana, com dizeres: “Somos todos atingidos”, “Não podemos perder nossos empregos”, “Volta Samarco”.

Já os atingidos, desterritorializados dos povoados inundados conquistaram direitos (como um cartão alimentação e o aluguel de residência) e, dessa maneira, alguns moradores marianenses passaram a se referir a eles como “aproveitadores da Samarco”. Fato que motivou uma ação civil pública ajuizada na 2ª Vara da Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana contra um morador da cidade, que publicou um texto no jornal Ponto Final, em 2016, caluniando os atingidos, chamando-os de “aproveitadores” (MPMG, 2016, p.13). Os estudos de Antunes-Rocha (2012) comprovam que o processo

de desqualificação de sujeitos pobres, principalmente oriundos do campo que são oprimidos e discriminados historicamente no nosso país, relaciona-se principalmente à condição econômica, étnica, e à sua origem do meio rural.

Arruda (2019) mencionou na JIRS que o atual cenário político e econômico é propício para circular representações sociais que polarizam grupos sociais, fazendo com que uns se tornem intolerantes com os outros, como afirma: “A polarização social é um processo pelo qual a composição radical entre dois polos se estenda em toda sociedade [...] ‘nós os bons e eles os maus’ [...]” (ARRUDA, 2019). Jodelet (2001) reafirma essas polaridades entre distintos grupos sociais, como demonstrou nos escritos sobre as representações sociais dos moradores de uma cidade fictícia em que loucos passaram a habitar o território. Segundo a autora, o grupo dos moradores locais discrimina os novos sujeitos.

Diante desse cenário polarizado instaurado em Mariana, os moradores da sede da cidade também são atingidos indiretos pelo RBF, e as riquezas produzidas na atividade minerária não são distribuídas de maneira justa para sanar os problemas sociais enfrentados por parte dos habitantes em condição de vulnerabilidade, como menciona o entrevistado *B* sobre a situação de moradores do bairro Rosário. Alguns professores de Bento Rodrigues citaram nas entrevistas narrativas que não culpam a comunidade escolar da instituição Dom Luciano, porque nem uma das três escolas foram consultadas sobre compartilhar aquele espaço, como afirma a entrevistada *E*: “decidiu pra onde que a gente ia, nós iríamos para o Rosário”. A professora *F* também se solidariza com a situação que foi imposta à escola Dom Luciano, no bairro Rosário: “Coitados! Pra eles também não foi bom estar lá, estar junto, a escola é deles lá, o espaço é deles, e a gente de outra escola tomando espaço. Não foi fácil pra eles também não. Nem pra gente nem pra eles.”. As professoras *D* e *E* afirmam que elas sentiam que incomodavam a comunidade escolar da instituição municipal Dom Luciano.

Logo no início de 2016, a comunidade escolar de Paracatu de Baixo reivindicou um espaço só para ela e se instalou na estrutura de uma escola desativada no bairro Morro Santana (também conhecido como Gogô), em Mariana. Já a escola de Bento Rodrigues continuou compartilhando aquele espaço com a escola Dom Luciano até maio de 2017, como afirma *C*: “Ficamos lá [...] quase dois anos até batalharmos depois um cantinho que hoje é da gente.”, ou seja, os professores de Bento Rodrigues tiveram que “batalhar” e “correr atrás” de um espaço só para eles, para assim, tentar resgatar a rotina que existia no subdistrito, como menciona o professor *C*: “os alunos se

identificaram melhor, eles tiveram uma identidade novamente da escola de Bento Rodrigues.”

➤ **Narrativas que transitaram entre o passado, o presente e o futuro da escola**

A professora *D* compara a escola que existia em Bento Rodrigues com a escola que coabitaram em Mariana: “foi um improviso, mas, assim, eles [os alunos] **estavam acostumados com aquela escola boa, gostosa, né?**” A docente representa Bento Rodrigues como um lugar tranquilo e indica como era trabalhar na escola do campo: “Era muito gostoso trabalhar lá e todo mundo conhecia todo mundo, né? Era um lugarzinho tranquilo, muito gostoso.”

A entrevistada *F* também relembra e enaltece a infraestrutura da escola que existia no subdistrito: “E lá na nossa escola [...] era muito boa, né? Muito boa a escola, muito confortável, assim, tinha auditório, tinha tudo, era muito arrumadinho.”

Já a professora *A* afirma que no povoado de Bento Rodrigues as relações entre escola e famílias eram mais próximas:

Trabalhar lá no Bento, tinha suas dificuldades, lógico, como toda sala de aula tem, toda escola tem, mas era uma escola tranquila, eram alunos tranquilos, tínhamos uma relação muito próxima de respeito e nós conseguíamos contornar os problemas que aparecia no dia a dia. A relação dos alunos com a escola era uma relação de confiança, eles **acreditavam mesmo no que a escola falava, e quando precisávamos da família, era só chamar, eu acho que era uma relação mais próxima.** (Entrevistada *A*, 2019. *Grifos meus*).

Quando “*A*” narra que existia maior proximidade entre família e alunos com a escola no subdistrito, compreendemos que a instituição ocupava um lugar de centralidade naquela comunidade campesina: “A relação dos alunos com a escola era uma relação de confiança”. Já no atual contexto urbano, há um distanciamento geográfico (das residências das famílias e a escola) que dificulta na continuidade dessas relações, e ainda outros fatores, como os atrativos que a cidade oferece, que de certa forma, interferem no comportamento dos discentes.

Já as perspectivas para a futura escola do reassentamento parecem distantes e até duvidosas para a professora *F*: “[...] **se a gente realmente for embora**, eu vou ficar um ano lá e só. Vou aposentar, mas eu estava sonhando tanto com aquela sala, com a escola, nossa senhora, maravilhosa.”



### 3.2.3 Narrativas sobre as formas de pensar, sentir e agir dos professores sobre a mineração.

Para analisar sobre as formas de pensar, sentir e agir dos professores sobre a mineração, perguntamos a eles: “como é esse assunto de mineração para você?”

#### Entrevistada A:

“A” narra sobre a importância da mineração como matéria-prima para produção de bens, mas sinaliza que o modelo capitalista de produção que vem sendo utilizado por empresas neoeextrativistas visam apenas o lucro e não oferecem segurança às pessoas e meio ambiente.

A mineração eu entendo ela como necessária, ela é importante de acordo com o que a gente vive hoje, de acordo com o modo que a gente tem hoje, ela é base de muitos bens que a gente precisa, que a gente quer ter, então eu vejo a mineração como algo importante, como algo indispensável para nós. Mas existem formas de se fazer mineração, **então tem opções mais baratas que vão visar o lucro**, produzir de uma forma onde o lucro seja maior **e existem formas já mais avançadas, mas também que são mais cara**, que provavelmente tenha um impacto reduzido, que vão ter uma **preocupação com o meio ambiente, com a localidade, com as pessoas, mas que tem um custo e talvez esse custo que é uma grande questão, se querem pagar esse custo ou se querem produzir da forma que gerem um lucro maior**. Então, eu vejo a mineração como algo essencial, mas também vejo possibilidades de se fazer mineração de outra forma. (Entrevistada A, 2019. *Grifos meus*).

A professora A demonstra ter conhecimentos sobre outras maneiras de armazenar os rejeitos minerários, desse modo, aponta sobre a possibilidade de técnicas que permitem maior segurança do que as que são utilizadas no nosso Estado: “[...] eu acho que a tecnologia que são usadas atualmente [na construção de barragens] existem formas mais novas, existem formas mais atuais do que essa que se vê aqui em Minas Gerais.”

As narrativas de “A” nos remetem aos dados da ANM (2019b) que expõem o número de barragens de mineração existentes no Brasil. Segundo o órgão, foram cadastradas 424 barragens na ANM de acordo com a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB<sup>51</sup>), 84 dessas foram construídas com a técnica alteamento a

---

<sup>51</sup> Lei nº 12.334/2010, instituída em 2010 pela ANM. Há de se ressaltar que existem tantas outras barragens de rejeitos de minério que não estão cadastradas no PNSB, segundo a ANA (2018), por falta de fiscalização ou documentos. Além das barragens de rejeitos de mineração há tantas outras com diversos usos, como afirma: “O Brasil possui um cadastro com 24.092 barragens para diferentes finalidades, como acúmulo de água, de rejeitos de minérios ou industriais e para geração de energia [...]” (BRASIL, 2018).

montante<sup>52</sup>, considerada menos segura, além de outras que foram construídas com outras técnicas, como: 107 delas com alteamento à jusante, considerada a técnica mais segura e mais cara; 29 com alteamento por linha de centro; e a maioria delas (204) com a técnica etapa única de construção (BRASIL, ANM, 2019b). Especialistas afirmam que nem uma dessas técnicas é 100% segura. Segundo a resolução nº 4 do dia 15/02/2019 da ANM (2019c), existem 218 barragens no Brasil que foram classificadas como *alto dano potencial associado*, ou seja, caso ocorra rompimento, ocasionarão mortes e danos socioambientais.

Lembramos que a barragem de Fundão foi construída, em 2008, e desde abril de 2009 apresentou sucessivos problemas de ordem técnica em sua estrutura, até o seu rompimento em novembro de 2015, como demonstram os estudos de Botelho e Faria (2019), como também o relatório do MPF 2016b, que evidencia as provas com as sucessivas falhas existentes na barragem, bem como o fato da realização das obras de restauração seguirem a passos lentos e com pouca eficiência.

### **Entrevistado B:**

O professor *B* evidencia em sua fala a temporalidade de antes e depois do RBF que o levou a movimentar a representação que ele tinha sobre mineração. Para “*B*” as empresas mineradoras não se preocupam com a segurança das pessoas, somente visam à lucratividade.

A primeiro momento, eu tinha uma ideia de que era algo assim, que hoje a sociedade de forma geral precisa da mineração para os bens que vão ser os adquiridos em consequência dele. **Eu tinha uma visão de mineração, e hoje depois do rompimento, a questão do conceito pra gente, tem que repensar muitas vezes**, porque é algo que vai trazer certo patrimônio para um município, **certa renda para o município**, certa renda para uma sociedade, **mas que a preocupação em questão de vidas, em contrapartida, não se tem**. Então, pelo que a gente percebe, **sei que em grande parte dessas mineradoras, a preocupação delas seria a questão de adquirir produção, independente se você vai afetar uma vida humana, se você vai afetar o meio ambiente**, a preocupação que eu vejo hoje é essa. **O meu conceito de mineração até então era um, hoje, depois de tudo isso que nós passamos e até hoje nada se foi resolvido, nada se foi concluído. Eu acho que, assim, as empresas mineradoras elas preocupam com capital, vida humana vocês está ali simplesmente pra prestar serviço, então se você perder ou não uma vida ali pra eles não tem diferença nenhuma**. É o meu ponto de vista. (Entrevistado *B*, 2019. *Grifos meus*).

---

<sup>52</sup> A resolução nº 13 de 08 de agosto de 2019 determina o descomissionamento de barragens construídas com a técnica a montante, no artigo 8º, III, iii: “Até 15 de setembro de 2027, para barragens com volume  $\geq 30$  milhões de metros cúbicos” (BRASIL, 2019). Este é o caso das barragens Germano da Samarco e Doutor da Vale, que foram mencionadas na pesquisa em tela.

### Entrevistado C:

O entrevistado C destaca aleatoriamente em sua narrativa a importância econômica dos recursos minerais presentes no território do Quadrilátero Ferrífero onde ele habita/trabalha, mas ressalta em seguida sobre os danos ambientais provocados pelas atividades minerárias.

[...] eu sou de Itabira, a minha região também a economia tá presa na mineração, nós estamos no Quadrilátero Ferrífero, e nossa economia, todas essas cidades, desde de Itabira, até Congonhas, Itabirito são cidades mineradoras. Então, estamos aí com a **economia desenvolvida através da mineração**, né. Mais, assim, eles usufruem da matéria prima, do recurso natural, né, que é o minério, de grande valor, é uma rica região, nossa riquíssima, mas, **por outro lado, eu acho que as mineradoras, elas têm que olhar para o impacto que isso tá causando, porque são impactos muito grandes, né?** [...] a gente que é professor, eu não sou da área de ciências/biologia, mas eu entendo um pouquinho. Sou da área de exatas, mas eu fico imaginando as nossas nascentes acabando, né, a poluição cada dia mais. Então, **eu acho que tem que ter um olhar especial.** (Entrevistado C, 2019. *Grifos meus*).

O professor continua narrando os impactos ambientais causados pela mineração, mesmo em circunstâncias que antecedem o RBF.

[...] eu trabalho em Santa Rita Durão [segundo cargo do professor neste distrito], eu fico vendo lá **a nascente do Rio Piracicaba, que é importantíssimo pra Minas Gerais, toda destruída porque um grande impacto de rejeito [minerários] que soltam no rio [...]** Agora, há pouco tempo, eu já trabalhava em Santa Rita, e **teve uma mortandade de peixes que uma vez deu uma descarga e aí foi detectado, que foi realmente, a baixa oxigenação da água que causou essa mortandade de peixes e algumas espécies já não existem mais na região**, por ser um rio tão importante né, com grande biodiversidade ali se acabando. **A gente tá vendo que tá se acabando aos poucos. [...]. Devido ao impacto que tá sendo muito rápido no nosso meio.** (Entrevistado C, 2019. *Grifos meus*).

O professor C, que também leciona em Santa Rita Durão, comenta sobre os danos ambientais provocados por atividades minerárias no Rio Piracicaba. Esse rio passa pelo complexo minerário da Vale.

Continuando suas percepções sobre o que pensa em relação à mineração, o entrevistado fala dos danos ambientais causados pela ruptura da barragem da Samarco; e menciona a falta de água em Itabira<sup>53</sup> que, de acordo com o entrevistado, é decorrente das atividades minerárias que acontecem no município.

**É o caso da Samarco também, que era uma empresa importantíssima para o município, mas [...] também a destruição, o impacto que tá**

---

<sup>53</sup> A narrativa do professor em relação às atividades minerárias em Itabira remete-nos ao poeta Carlos Drummond de Andrade que há décadas criticou as práticas de extrativismo mineral em sua terra natal. Como demonstra o poema *Lira Itabirana*, em 1984: *O Rio? É doce. / A Vale? Amarga. / Ai, antes fosse/ Mais leve a carga. / [...]/ Quantas toneladas exportamos/ De ferro? / Quantas lágrimas disfarçamos/ Sem berro? [...]*

**causando ao meio ambiente e acabando com a nossa região.** Porque eu vejo Itabira hoje, há falta de água [...] acabando com as nascentes de rios. Já há mais de cinquenta anos que existe a mineração em Itabira, e nessa região nossa não fica para trás também, **tem que ter mais responsabilidade, né. Eu acho que esse desastre que teve, serviu de exemplo pra toda região do Brasil que mexe com mineração.** É porque a cada dia tá se acabando com as belezas naturais, tanto de plantas, animais, [...] **os nossos rios se acabando aí devido esse impacto, que vem causando a mineração.** (Entrevistado C, 2019. *Grifos meus*).

### **Entrevistada D:**

Antes do RBF a professora D atuava no subdistrito há cinco anos e, mesmo assim, em sua narrativa menciona total desconhecimento do contexto minerário onde a escola estava inserida. Outro aspecto relevante é que “D” aponta que seu marido trabalhava na atividade minerária, ou seja, a mineração era apenas sinônimo de renda.

[...] quando eu trabalhava no Bento, eu nem sabia muito dessa barragem, eu não acreditava nunca que isso ia acontecer, mas eu lembro que um dia, na van, Geise [funcionária da escola] falou assim pra mim que se a barragem estourar lá em cima, vem em cima da gente. Eu não imaginava nunca que ia acontecer isso [...] tinha uns três anos que eu estava lá, e só esse dia que eu ouvi falando mais sobre isso, e aí **a mineração pra mim era só emprego pra Mariana, emprego pro meu marido que trabalhava,** lá tinha segurança em tudo. **Nunca tinha ouvido falar que essa empresa era perigosa, que tinha esse problema de mineração, eu não entendia muito do processo.** (Entrevistada D, 2019. *Grifos meus*).

A informante afirma que somente uma vez ouviu falar que existia barragem próxima ao subdistrito. É importante lembrarmos que a docente leciona para alunos do 1º ano do Ensino Fundamental (aproximadamente 6 anos), assim acreditamos que os discentes também não tinham compreensão da existência da barragem como os alunos maiores que mencionavam este assunto na sala de aula, como narra a professora E: “[...] todo dia eu escutava falar ‘se a barragem estourar’, os meninos da sala, todos falavam ‘professora, você sabe que se essa barragem estourar inunda isso aqui tudo, né?’”

### **Entrevistada E:**

Não podemos afirmar total desconhecimento dos professores sobre as atividades minerárias praticadas no entorno da escola no subdistrito, mas há um “silêncio pedagógico”, ou seja, a escola é um ambiente oportuno para empresas mineradoras desenvolverem projetos de responsabilidade social, desde que não se problematizem os danos socioambientais praticados por tais empresas. É nessa perspectiva que a professora E afirma que já ouvia falar da possibilidade de ruptura da barragem.

[...] desde antes de eu ir pra Bento, eu já ouvia [a irmã professora] falar assim: “lá tem uma barragem da Samarco que se estourar inunda Bento toda”. Aí,

assim, eu **entrei numa realidade assim, tão distante, que a gente acha “isso não vai acontecer? Como que isso vai acontecer?” Uma coisa, assim, tão distante da gente [...].** (Entrevistada E, 2019. *Grifos meus*).

Quando E afirma: “Uma coisa, assim, tão distante da gente”, essa narrativa não faz relação com a proximidade do complexo minerário com a comunidade de Bento Rodrigues, mas com a falta de informação e esclarecimentos sobre PNSB que a mineradora deveria ter apresentado para aquela comunidade que estava na ZAS. À vista disso, constatamos que havia um “silêncio pedagógico” na escola de Bento Rodrigues. Sobre este conceito e o contexto de escolas inseridas em territórios de produção capitalista, os autores Hunzicker *et al.* (2019) afirmam: “Temas como a questão agrária, a prática minerária, a monocultura para exportação, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a violência contra a população campesina, dentre outros, tem se constituído como um campo que denominamos “silêncio pedagógico” na prática escolar.” (HUNZICKER, *et al.*, 2019, p.15)

A participante E narra em ordem temporal. Antes do RBF ela representava a mineração como progresso, como descreveu o período do ciclo do ouro que Mariana viveu uma efervescência econômica e, posteriormente, o *boom* do minério de ferro. No pós-rompimento, a professora afirma aconselhar pessoas a não se qualificar para atuar na mineração. É importante ressaltarmos que mesmo com a mudança na RS sobre mineração, a professora se posiciona para refutar a responsabilidade e culpa da empresa que causou os danos.

[...] quando você vê a coisa acontecer perto da gente é diferente, né? E depois dessa [a barragem de Fundão] vieram outras, teve a de Brumadinho. **Antes, eu via mineração, assim, como progresso.** Mariana cresceu, então quando a gente conta a história de Mariana, que a cidade esteve no auge, aí depois não tinha nada, aí depois chegaram as mineradoras, Mariana voltou a crescer, né? Então, **eu via como progresso, agora quando falam em mineração, quando alguém fala que vai fazer o curso eu falo “não mexa com isso não, ninguém quer saber desse trem de mineração aqui não. Isso está dando tanto problema, ninguém quer isso mais não, faz outra coisa, faz outro curso”.** [...] **Não sei de quem é o problema, de quem é a culpa,** como é que está, mas eu **sei que está difícil.** (Entrevistada E, 2019. *Grifos meus*).

Logo em seguida, a professora conta o caso de uma autora que escreveu um livro com uma história que culpa o personagem “João de Barro” por construir sua casa próxima a uma barragem, ou seja, há um processo de transição de idas e vindas, em que a informante passa por um processo de negação da responsabilidade da empresa que causou o RBF, mas mostra-se indignada com final da história da autora do livro.

[...] teve um livrinho, [...] não sei se ela é professora, uma moça que trabalhou na Renova, fez o livrinho João de Barro [...] ela chamou, convidou a gente

para o lançamento do livro dela. E aí ela contou a história toda, [...] o livrinho conta a história do João de Barro que teve que ficar saindo com a família dele, que não sei o que, no final das contas eu só sei que fala assim: **que o João de Barro aprendeu que nunca mais, que a gente não deve construir perto de barragem. Então, quer dizer que a gente que está errado?** [...] Nós que estamos errados, então? [...] **então Bento que foi feito no lugar errado?** (Entrevistada E, 2019. *Grifos meus*).

### **Entrevistada F:**

A informante F representa a mineração na perspectiva econômica, tanto para produção de bens quanto geração de emprego.

Para mim é extração do minério de ferro para fabricação de objetos [...]. Agora está um pouquinho ruim [...] porque tudo aqui depende da mineração, né? Pois **a maioria das pessoas ganhavam a vida e cuidavam da família recebendo e trabalhando na mineração.** Então isso aí foi muito prejudicial, atrapalhou muito, **além de ter prejudicado o que a gente passou lá e perdeu tudo, ainda as pessoas perderam emprego,** muita gente **até da minha família mesmo que trabalhavam lá** [na empresa mineradora] perderam o emprego, não só da minha família mas a região toda. (Entrevistada F, 2019. *Grifos meus*).

Embora F lamente a condição da paralização da empresa mineradora que acarretou em desemprego no território de Mariana, ela também faz referência às perdas dos habitantes de Bento Rodrigues, pois também é uma atingida direta que perdeu seus pertences no subdistrito onde morava. Com isso, percebemos que a professora insere o contexto do RBF na representação de mineração.

### **3.2.4 Como a temática mineração incide nas práticas pedagógicas dos professores participantes antes e depois do RBF?**

Neste tópico, procuramos analisar se os docentes participantes inseriam/inserem a temática mineração de maneira contextualizada em suas práticas pedagógicas, assim, organizamos as narrativas na temporalidade antes e depois do RBF. Para buscar pistas se os sujeitos movimentam suas representações sociais, apresentamos e discutimos posteriormente as entrevistas narrativas de como os participantes inserem a temática mineração em suas práticas após o RBF. Durante as entrevistas, perguntamos aos professores se trabalhavam/trabalham o tema mineração em suas práticas pedagógicas. Os que responderam sim, buscamos entender como; os que responderam não, perguntamos se pretendem trabalhar e como trabalhar, e se não pretendem trabalhar, perguntamos o motivo.

No primeiro momento, organizamos os participantes em três grupos denominando-os como Tema Mineração (TM) para entender antes do RBF. Como indicamos a seguir:

- **Primeiro grupo (TM1)**, composto pelos docentes (*A, D, E*) que abordaram a temática mineração principalmente relacionada ao aspecto econômico;
- **Segundo grupo (TM2)**, relaciona-se aos professores (*B e C*) que narram que desenvolviam a temática mineração, apenas em projetos de Educação Ambiental implantados pelas mineradoras;
- **Terceiro grupo (TM3)**, a professora (*F*) que não discutia de maneira alguma questões relativas à mineração.

### **Entrevistas narrativas do primeiro grupo, TM1:**

#### **Entrevistada A**

A entrevistada *A* afirma que a temática mineração era pouco abordada em suas aulas antes do RBF, discutia-se em apenas duas perspectivas: quando apareciam conteúdos sobre rochas e minerais no livro didático; já o contexto da mineração (onde a escola era inserida) era abordado apenas do ponto de vista econômico, como possibilidade de emprego.

**Aparecia muito ocasionalmente**, não era um assunto focado nisso não. Apesar de Mariana ser uma cidade que tem a economia baseada na mineração, não era um tema trabalhado com frequência. [...] **Mas quando trabalhava um pouco, era quando falava de rochas e minerais, e aí acabava aparecendo a questão da mineração. Quando a gente falava relacionado a profissional, à formação dos jovens, a gente chegava abordar essa questão de como a economia de Mariana era baseada nesse recurso** e que eles poderiam estudar (quem se interessar pelo assunto), que teria oportunidade de trabalho, **então voltado para o mercado de trabalho.** (Entrevistada *A*, 2019. *Grifos meus*).

#### **Entrevistada D:**

Sobre a inserção da temática mineração nas práticas educacionais dos participantes, a professora *D* narra: “A gente falava, assim, da riqueza de Mariana, do trabalho dos pais que trabalhavam na mineração, essas coisas. Sobre a matéria, a gente sempre entrava em mineração assim.”. Percebemos, portanto, que “*D*” afirma que antes do RBF abordava a temática mineração relacionando apenas à oportunidade de

emprego. A riqueza era só de Mariana e dos pais que tinham emprego? Entendemos que a professora não problematizava que esta oportunidade de emprego não estava disponível para todos, por exemplo, para muitos habitantes de Bento Rodrigues que não tinham nem uma relação com a mineração, como demonstrara a pesquisa de Viana (2012). É importante ressaltarmos que *D* menciona que o companheiro trabalhava na mineração, ou seja, ela tem uma relação pessoal com o modo de produção mineral que gerava renda para sua família. A respondente também não demonstra em suas narrativas que contextualizava os danos socioambientais da mineração onde a escola estava inserida.

### **Entrevistada E:**

A docente *E* menciona que trabalhava pouco a temática mineração, apenas em dois aspectos: na perspectiva histórica da origem da cidade de Mariana, relacionando as riquezas minerais à economia ao longo dos anos; e discussões sobre a emissão de particulados de poeira de minério na atmosfera em determinada época do ano que acarretava adoecimento dos alunos.

Muito não, [...] porque no 4º ano a gente estuda história de Mariana, então assim, é onde eu trabalhava mineração. [...] como aspecto econômico [...]. Trouxe progresso, trouxe, né? Mas, esse outro lado, assim, às vezes a gente trabalhava poluição [...]. Em algumas épocas do ano, acho que nesse tempo seco dava aquela **nuvem de poeira e os meninos ficavam todos gripados**, [...] então tinha isso, **eu sempre falava isso para os meninos, né? Que a coisa da companhia, que a poeira toda vinha de lá, aquela nuvem de poeira que cobria tudo**, às vezes acontecia isso lá. (Entrevistada *E*, 2019. *Grifos meus*)

Contudo, percebemos que, de certa forma, a professora *E* insere o contexto da mineração a partir das percepções de um dos danos socioambientais provocados pelas mineradoras: a emissão de particulados.

### **Entrevistas narrativas do segundo grupo, TM2:**

#### **Entrevistado B**

O participante B narra que não trabalhava a temática mineração em suas aulas, mas que a mineradora Samarco atuava na escola com a inserção de projetos e que esta era uma responsabilidade social de contrapartida aos impactos causados na comunidade onde as mineradoras atuam.



Olha, **dentro do meu conteúdo da [disciplina], eu nunca cheguei a trabalhar diretamente** [...] durante as minhas aulas [...] eu não tinha muito foco na área de mineração não, **mas a própria Samarco desenvolvia, na escola, projetos que falavam sobre a questão de mineração** [...]. Trabalhavam-se temas voltados para mineração, **para o meio ambiente, que parece ser uma contrapartida que a empresa tem que prestar o serviço.** E era na época monitorado pela Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira (FUNCESI) [...]. (Entrevistado B, 2019. *Grifos meus*).

O professor B explica como a Fundação contratada pela Samarco abordava os projetos ambientais na escola de Bento Rodrigues antes do RBF:

[...] propunha trabalhar questão de plantio de árvores, [...] projetos voltados para questão do meio ambiente, sempre era algo que era ofertado na escola. Tinha oficinas com os alunos, plantações de árvores, isso tudo era desenvolvido na escola, lá no Bento Rodrigues, no período que eu trabalhei lá. (Entrevistado B, 2019)

### Entrevistado C:

Ao perguntar ao participante C sobre como trabalhava sobre mineração, ele associou esta temática à presença das mineradoras na escola, que estava sobretudo relacionada à projetos de Educação Ambiental.

Às vezes sim. **A Samarco e a Vale, sempre na região de Santa Rita e Bento, ela vinha dando muitas palestras sobre meio ambiente,** conscientização do meio ambiente. [...] eu sou um professor muito crítico e às vezes eu não conseguia ficar calado, e assim eu falava com eles assim “O que que vocês têm de melhoramento principalmente nessa parte de saneamento básico?” Porque eram dois distritos lindos, tem Santa Rita ainda com seus patrimônios, **Bento, que se acabou, mas tinha um grande valor como patrimônio, mas, assim, não tinha um tratamento de esgoto pra população, a água deles não é tratada até hoje, né?** Eu fico vendo Santa Rita, [...] tá tendo grande casos de epidemia de xistose devido ao grande volume de pessoas contaminadas com esgoto que o rio tá recebendo. Então, **o que que eles fazem? Eles vão, dão palestras sobre meio ambiente.** São importantíssimas os assuntos que eles trazem, tanto a Samarco como a Vale, mas só que... tá deixando a desejar. **Eu acho que para uma companhia explorar o grande recurso que tá ali em volta em torno daquela população, daquele distrito, eu acho que eles tinham que ter um olhar especial para aquela comunidade.** Principalmente para isso: **um tratamento de esgoto, um saneamento básico mesmo. Uma água tratada, [...] uma coleta seletiva de lixo, um aterro sanitário,** porque a população tá só aumentando, [...] a cada dia vem aparecendo mais doenças tanto em crianças como jovens e adultos. [...] Vai na policlínica, tratam, fica beleza. Radicaliza a doença. Com pouco eles voltam a ser contaminado de novo porque [...] poderia olhar por esse lado, **não se promoveu em nada em fazer uma melhoria para o local.** (Entrevistado C, 2019. *Grifos meus*)

O docente C narra que ao extrair os recursos minerais do entorno de Bento Rodrigues e de Santa Rita, as mineradoras não revertem as riquezas para as comunidades e habitantes do território. Neste momento, o docente mostra-se mais crítico quanto aos aspectos econômicos diante do modelo minerário neoextrativista.

Os professores participantes *A*, *B*, e *C* que lecionam nos Anos Finais do Ensino Fundamental mencionam nas entrevistas narrativas que já participaram de projetos implantados pelas mineradoras Vale e Samarco na escola de Bento Rodrigues, contudo o contexto dos danos socioambientais da mineração não era abordado nestes projetos.

Inserimos um trecho da narrativa da entrevistada *A* neste tópico, apenas para correlacionar com as discussões propostas neste grupo TM2 sobre projetos de Educação Ambiental que as mineradoras inseriam na escola de Bento Rodrigues. É importante ressaltarmos que esta professora faz parte do grupo TM1, mas apresentou um aspecto em comum, como narra:

**Aparece alguns projetos de educação ambiental**, tanto da secretaria de educação quanto muitos das próprias empresas mineradoras, **principalmente da Vale. Da Samarco** já chegou a aparecer também. Mas tinha o “Atitude Ambiental”, que era da Vale, **que eles eram muito presentes na escola, [...] de alguma forma sempre focado no professor.** (Entrevistada *A*, 2019. *Grifos meus*)

Além do *Programa Atitude Ambiental* da Vale, a mineradora Samarco também desenvolvia projetos relacionados à temática ambiental na escola de Bento Rodrigues, como mencionam os docentes *A*, *B*, e *C*. Desta forma, citamos o *Programa de Educação Ambiental (PEA)*, por meio do qual a Samarco deixava na escola de Bento Rodrigues o “Baú do EConhecimento” e os docentes tinham que utilizá-lo para desenvolver projetos. Porém, no acervo deste baú não se contemplavam recursos pedagógicos que de fato problematizavam os danos socioambientais provocados pelas atividades minerárias. A notícia do jornal *O Liberal* (2014) confirma a parceria entre a empresa privada e a secretaria de Educação (Figura 15).

**Figura 15 - Programa de Educação Ambiental da Samarco na escola de Bento Rodrigues. “Baú do EConhecimento”, em 2014**



Fonte: O LIBERAL, 2014.

A parceria público-privada se consolida por interesses de empresas privadas em inserir projetos que não problematizam o contexto de onde a escola está inserida. Muitas vezes essas parcerias acontecem nas secretarias de educação e, na maioria das vezes, esses projetos já chegam prontos na escola, com isso não contam com a participação dos professores na escolha do tema que será desenvolvido, como afirmam as autoras: “em 60 % dos casos as escolas não participam de sua elaboração” (LIMA, TREIN, 2015, p. 212).

Os estudos de Almeida (2016) investigam quais são as intenções de Fundações empresariais em escolas públicas. Se por um lado seriam ações de responsabilidade social da empresa no território que extrai recursos minerais, por outro lado as empresas encontram o ambiente oportuno para disseminar um discurso de alto *marketing*, com narrativas que a empresas atuam de forma ambientalmente correta. Para a autora: “Tal discurso, além de tentar encobrir os impactos socioambientais ocasionados pela atividade minerária, demonstra um deslocamento da lógica do Estado para a lógica do mercado e da sociedade civil, do público para o privado.” (ALMEIDA, 2016, p. 70). Sobre o contexto investigado em tela, disseminava-se no território de Mariana que a empresa Samarco era ótima, era uma “mãe” para os funcionários e para a economia local, e que atuava de forma segura. Segundo a pesquisadora, há ainda outras intenções de empresas privadas que investem recursos financeiros nos territórios onde atuam, como demonstra:

[...] investimentos sociais podem representar muito mais o próprio interesse da mineradora do que uma real preocupação com o bem estar coletivo. Sobre isso destacamos um trecho do Relatório de Atividades da Vale, no qual a empresa apresenta o seguinte fator risco para suas atividades: “desentendimentos com as comunidades locais onde operamos podem causar um impacto negativo em nossos negócios e reputação.” (VALE, 2014, p. 7 *apud* ALMEIDA, 2016, p. 68).

O trecho do relatório da Vale (2014) citado por Almeida (2016) evidencia que a principal preocupação da mineradora é com seus próprios negócios.

### **Entrevistas narrativas do terceiro grupo, TM3:**

#### **Entrevistada F:**

A entrevistada F não trabalhava a temática mineração em suas aulas:

Não era muito abordado não. [...] não via ninguém falando lá na escola não. Eu trabalhava no 2º ano, **no tempo que fiquei lá não era abordado esse tema mineração não, na minha sala comigo com meus alunos não**, pode

ser que os outros professores abordavam esse tema lá, mas eu não.  
(Entrevistada *F*, 2019. *Grifos meus*)

Notamos que *F* é a única professora que não inseria o tema mineração em suas práticas pedagógicas de maneira alguma, e ainda desconhecia qualquer outra circunstância na escola.

Dando continuidade à tentativa de apreender como o RBF ressignificou as práticas pedagógicas dos professores, organizamos nesse segundo momento os participantes em três grupos, denominando-os como Mineração Pós-rompimento (MP) para entender se os docentes passam a inserir a temática mineração em suas aulas depois do RBF:

- **Segundo grupo (MP2)**, relaciona-se ao professor *B* que afirmou que não trabalhava o contexto da mineração em suas aulas antes do RBF, e permanece não abordando esta temática em suas práticas educacionais;
- **Terceiro grupo (MP3)**, corresponde à professora *D* que afirmou que antes do RBF discutia a mineração na sala de aula, relacionando-a apenas ao aspecto econômico, e, atualmente, ainda permanece nessa perspectiva.

#### **Entrevistada A:**

A entrevistada *A* narra que atualmente aborda a temática mineração na perspectiva de discutir os danos do RBF, por exemplo, a professora conta que em 2018, ela e os alunos do 8º ano escreveram e publicaram um texto intitulado “O rompimento da barragem e seus impactos” em uma edição de um jornal informativo da escola Bento Rodrigues (anotações do diário de campo). Percebemos que a professora mudou suas práticas pedagógicas discutindo e produzindo trabalhos que abordam os danos socioambientais da mineração. Contudo, a professora enfatizou que não gosta de apontar os culpados, ou seja, falar que as mineradoras Samarco/Vale/BHP Billiton são as empresas responsáveis pela ruptura da barragem, como observamos na entrevista narrativa:

**Hoje eu não gosto muito de apontar culpados, isso não cabe a mim, mas a gente acaba trabalhando mais a questão do impacto:** o que aconteceu, o que está sendo feito, qual o tempo que essa recuperação vai levar, o que ele já sentem de mudanças, **então mais de observação e não de tentar ficar ligando a tragédia a algum culpado que causou. Eu não fico confortável com essa ligação, não sei se posso trabalhar**, porque eles têm uma ligação muito grande também com a empresa [Samarco], então acaba que para não gerar muito conflito [...]. A Renova acaba sendo a empresa que orienta muito

eles nesse sentido de representar a empresa, **de fazer toda essa questão da escola, de ter procurado lugar pra escola, de dar o transporte, de ter assumido as obrigações, mas eles sentem isso, então eles têm uma ligação forte com a empresa.** (Entrevistada A, 2019. *Grifos meus*).

Com relação ao novo fenômeno, o RBF, a professora A discute os danos socioambientais em suas aulas, mas refuta os culpados, assim como também fez a professora E.

Ao narrar que não fica confortável em abordar em suas aulas quem causou o RBF, a professora A justifica que seus alunos têm uma ligação com a Samarco e a Fundação Renova, que repara os danos e presta assistência aos atingidos. Mas refletimos que talvez a professora não tenha percepção que tanto ela quanto seus alunos são sujeitos de direitos, e que a Samarco/Renova não estão fazendo favor em reparar os danos que causaram à vida dessas pessoas. A empresa e a fundação são obrigadas judicialmente a prestar assistência aos atingidos e à escola como especificam as cláusulas do TTAC (2016). Talvez a professora não saiba que quando a Fundação Renova não cumpre tais determinações, o CIF delibera prazos e multas.

Assim, percebemos que a professora “A” ainda mantém a antiga representação social, e continua representando a empresa como boa, que cumpre as normas, como também narra a professora F.

Eles sempre fazem tudo direitinho, estão cumprindo direitinho, sempre vem na escola, né? **Às vezes, de vez em quando atrasa um pouquinho, mas acho que isso é normal porque não é fácil também olhar pra muita coisa não**, mas aí eles olham, tipo assim, **a reforma, tudo que sempre precisa de alguma coisa, eles têm sempre muita boa vontade de nos atender.** Então, na verdade, o relacionamento é muito bom da escola com a Renova. (Entrevistada F, 2019. *Grifos meus*).

A entrevistada F apresenta um tom ameno para fazer referência à mineradora e às relações estabelecidas entre escola e Samarco/Fundação Renova. Este tipo de representação social com uma imagem positiva da empresa também circula no cotidiano de alguns grupos sociais de habitantes da cidade de Mariana, fato também propagado no passado, quando a imprensa publicou matérias sobre a Samarco ter conquistado vários prêmios, como o *ranking* de melhor mineradora do Brasil em 2013. Como observamos na notícia:

Pela terceira vez consecutiva, a Samarco está presente no anuário Melhores Empresas para Você Trabalhar, publicado pelas revistas Exame e Você S/A, da Editora Abril. [...] **A empresa, que tem como um de seus valores o respeito às pessoas**, compreende que os principais fatores de retenção do bom profissional são o clima organizacional, a qualidade da liderança e a identificação que as pessoas possuem com a cultura e os valores da organização. [...] **foi eleita a Melhor Mineradora do Brasil** pelo anuário

Melhores e Maiores da revista Exame 2013, um dos mais tradicionais e respeitados do País. **Além do título de Melhor, a Samarco ficou com o segundo lugar no ranking das maiores mineradoras.** (PORTAL 27, 2013)

De acordo com Moscovici (2012), as representações sociais sobre determinado objeto circulavam na imprensa e no cotidiano das pessoas, assim como ainda circulam em determinados grupos sociais da cidade de Mariana que a Samarco é uma ótima empresa. As negligências e a omissão das mineradoras Samarco/Vale/BHP diante das sucessivas falhas técnicas ocorridas na barragem de Fundão, desde a sua construção,<sup>54</sup> fazem-nos refletir sobre como uma empresa conceituada ótima pode causar o maior desastre ambiental do Brasil (IBAMA,2015).

“B” explica que mesmo atualmente (após o RBF) ele não trabalha o tema mineração em suas aulas. O professor afirma evitar tal temática por não acreditar nas propostas das empresas mineradoras, desta forma mostrou-se crítico e até resistente em inserir esta temática em suas aulas.

Olha, dentro do meu conteúdo de [...], eu não sei se é um bloqueio, **eu não chego a trabalhar não. Eu até evito porque o propósito dessas empresas é um e na prática é outro.** Então, fala-se que não tem destruição do meio ambiente, na verdade tem. Falar que vai ser recuperado, não é recuperado. Então, no meu ponto de vista, eu não vejo vantagem. **Não sei se seria um bloqueio que eu tenho agora, não sei o que seria isso, mas eu não desenvolvo esse tema dentro do meu trabalho não,** pela minha disciplina não. (Entrevistado B, 2019. *Grifos meus*).

O docente B movimentava-se para permanecer como no passado, ou seja, não inserir a temática mineração em suas aulas. Esse esforço que B faz em negar o contexto da mineração após o RBF mostra-se até como um ato de resistência em relação às propostas das empresas mineradoras que inserem projetos sobre educação ambiental nas escolas. Com isso, este professor demonstra não acreditar nas mineradoras e as representa de forma diferente em relação a outros professores do seu grupo social que continuam a afirmar que a empresa é boa.

### **Entrevistado C:**

O sujeito entrevistado C narra que trabalha a temática mineração em alguns momentos de suas práticas pedagógicas, relacionando-a à questão ambiental, como

---

<sup>54</sup> A barragem de Fundão foi construída em 2008 e, desde abril de 2009, apresentou sucessivos problemas de ordem técnica em sua estrutura, até o seu rompimento em novembro de 2015, como demonstram os estudos de Botelho e Faria (2019), como também o relatório do MPF 2016b, que evidencia as provas com as sucessivas falhas existentes na barragem, bem como o fato de as obras de restauração virem sendo feitas a passos lentos e com pouca eficiência.

afirma: “[...] são temas transdisciplinares, né, então principalmente, por exemplo, na Semana Mundial do Meio Ambiente.”.

#### **Entrevistada D:**

“D” movimenta-se para permanecer no velho, quando narra: “Agora a gente fala, assim, do desemprego que está tendo também, mas que tem que ser mais seguro [...]”. Mesmo mencionando que agora a mineração tem que ser mais segura, a professora D ainda continua reforçando para os alunos que a mineração é necessária para geração de renda e emprego. “D” leva a discussão do desemprego para sala de aula na perspectiva da Samarco estar interditada judicialmente após o RBF, mas não relata que discute com seus alunos as mudanças abruptas dos modos de produção e reprodução da vida dos habitantes de Bento Rodrigues que não trabalhavam na mineração.

#### **Entrevistada E:**

A entrevistada E afirma que após o RBF ela trabalha a questão da conscientização e dos impactos da mineração, assim utiliza o exemplo do que aconteceu em Mariana para remeter ao rompimento em Brumadinho e ao risco de rompimento de outras barragens de rejeitos de minério, como foi veiculado pela imprensa o caso da barragem Vale, em Barão de Cocais.

Eu acho que agora a coisa ficou tão feia que... pra começar, quando a gente vai trabalhar alguma coisa ligada à mineração, é um trabalho mais, sabe o quê? Assim, conscientização, mais a parte [...] de conscientização das crianças [...]. Igual teve um negócio de geografia, **mais a parte de conscientização mesmo, das crianças, de saber que agora a gente tem exemplo perto, né? O que aconteceu aqui, aconteceu em Brumadinho depois, as notícias que a gente tem todo dia que está com risco de rompimento em não sei onde.** Mais o olhar deles pra essa questão de saber os riscos e que, **mais importante que progresso e tudo que a mineração trouxe, é a vida deles, a vida do povo da cidade, mas assim, eu acho que isso está tão claro pra eles que coitados, [...] eles vivenciaram isso.** (Entrevistada E, 2019. *Grifos meus*)

“E” menciona que, durante muito tempo, a rotina das aulas não foi mais a mesma, pois os alunos não paravam de contar histórias sobre o dia do RBF e também sobre as memórias da vida deles no subdistrito. Por isso, a professora resolveu incentivar seus alunos a escrever e ilustrar histórias sobre Bento Rodrigues para publicar uma coleção de livros.

[...] depois do rompimento da barragem, durante muito tempo, [...] durante dois, três anos, esse ano, esse ano eu não estou ouvindo os meninos falarem disso, mas também essa turma é menor, eles eram bem pequenininhos, então

talvez seja por isso, não sei. [...] mas oh, [...] eu estava com o quarto ano na época, [...] eles contavam histórias e a gente tinha que parar a aula o tempo inteiro pra esses meninos falarem de histórias, histórias de animais deles [...] “Nossa, eu vi um cavalo de fulano descendo na lama” aí o outro vai e diz “eu também vi”, aí, sabe? Você tinha que parar a aula porque o menino queria contar, queria falar o que ele viu, o que ele não viu. “Quem levou foi o meu avô que saiu me puxando pela mão, que não sei o que, aí fulano, e não sei o que”, sabe? E isso era direto, a gente tinha que parar pra escutar, pra ouvir, mas aí [...] era isso, toda aula... Toda hora eles paravam, era horrível e era muita coisa, sabe? Era muita história, era muita coisa, então **todo dia eu ouvia uma coisa que eu ainda não tinha ouvido, todo dia saía uma novidade** [...]. Eles falavam da vida deles o tempo inteiro, [...] do tempo que eles brincavam na rua, **eles falavam das aventuras deles lá também, mas eles falavam muito do rompimento, muito das coisas que aconteceu. Aí eu falei assim “gente, esses meninos podiam era escrever”**, e aí veio esse negócio do projeto e eu vi que o Arquidiocesano [escola] tinham feito um livrinho [...]. Aí, eu falei assim “os meninos podiam escrever, né? aí falei com Eliene [a diretora] e ela falou assim: “mas quem vai pagar esse livro? Quem vai pagar? A Renova? Aí ela chamou o pessoal na reunião e perguntou se eles faziam, né? Pagavam e tudo... e eles falaram que faziam e a gente começou a escrever. (Entrevistada E, 2019. *Grifos meus*)

Destarte, os alunos do 4º ano (2017) da Escola Municipal Bento Rodrigues se tornaram autores de cinco livros publicados na coleção intitulada “Bento: passado, presente e futuro”<sup>55</sup> (figuras 16 e 17).

Figura 16 - Foto da coleção de livros que a professora E publicou com os alunos do 4º ano (2017)



Fonte: Hunzicker, 2019. Trabalho de campo.

<sup>55</sup> Essa publicação foi dedicada à memória do aluno Thiago que estudava nesta turma e faleceu no RBF.



**Figura 17 - Foto dos livros sobre como os alunos representam a escola de Bento Rodrigues**



Legenda: Ilustração da aluna Cíntia Aparecida de Oliveira, 2017, p. 9 (à esquerda). Texto do aluno Allan Luciano da Silva, 2017, p. 48 (à direita)  
 Fonte: Hunzicker, 2019.

A entrevistada *E* muda suas práticas pedagógicas para além de inserir discussões sobre os danos do RBF e a insegurança que barragens de mineração trazem à vida humana, ela também transformou as histórias dos seus alunos na publicação de livros que servirá como um registro histórico feito por crianças que passaram por uma situação pós-traumática.

### **Entrevistada *F*:**

A professora *F* narrou que atualmente ela discute com os alunos aspectos dos danos ambientais provocados pelo RBF.

**Hoje aborda mais o tema lá da tragédia**, hoje é mais do que antes. Lógico que antes a gente falava também do meio ambiente, mas não tinha acontecido. [...] tem que trabalhar o meio ambiente na matéria de ciências, **mas só que agora, depois que aconteceu, a gente até compara, né?** (Entrevistada *F*, 2019. *Grifos meus*)

Os dados evidenciam que os discentes dessa escola também contribuíram para o processo de “Pressão à inferência”, especialmente quando os docentes eram impelidos pelos seus alunos a mudar seus planejamentos e trazer as discussões do rompimento da barragem para as aulas, como mencionou a professora *E*: “Você tinha que parar a aula porque o menino queria contar [...] eles falavam muito do rompimento”. As professoras *D* e *F* também mencionaram esta situação. Constatamos, assim, que o contexto pós-rompimento provocaram mudanças nas práticas pedagógicas, o que pode sinalizar que as representações sociais estão se movimentando.

O professor e pesquisador Francisco Soares (2019), mencionou no Fórum *O Quadrilátero Ferrífero e os ODS: visões do futuro*, a necessidade das escolas localizadas no território do Quadrilátero Ferrífero de inserir no currículo escolar assuntos que permeiam os rompimentos de barragens de mineração em MG.

Esse tópico foi significativo para entender que antes do RBF a maioria dos docentes entrevistados correlacionavam a mineração apenas ao aspecto econômico para gerar renda e emprego, portanto, raramente problematizavam e inseriam o contexto relativo aos assuntos, como os riscos de ruptura das barragens, os problemas socioambientais gerados pelas mineradoras, dentre outras questões, como por exemplo, se opor aos projetos que eram inseridos na escola pelas mineradoras ou fundações contratadas pelas empresas. A única professora que narrou que problematizava um dos danos socioambientais foi a respondente *E*, acerca da emissão de poeira de minério que causava doenças em seus alunos. O Quadro 11 sintetiza as informações discutidas nesse item.

**Quadro 11- Síntese dos dados: inserção da temática mineração nas práticas educacionais dos professores participantes**

Entrevistados (as):	Antes do RBF			Depois do RBF		
	Relacionado ao (s) aspecto (s):	Não	Em projetos sugeridos pelas mineradoras:	Danos socioambientais	Não	Econômico/desemprego
<i>A</i>	X (econômico e conteúdo do livro didático)		X	X		
<i>B</i>			X		X	
<i>C</i>	X (ambiental)		X	X		
<i>D</i>	X (econômico)					X
<i>E</i>	X (econômico e a questão da poeira de minério)			X		
<i>F</i>		X		X		

Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.3 Análise do posicionamento das RSM dos entrevistados.

Foram analisados os movimentos representacionais para apreender os posicionamentos das representações sociais dos professores participantes. Agrupamos os sujeitos entrevistados de acordo com as quatro categorias (Quadro 12).

Quadro 12 - Principais pistas para apreender as Representações Sociais em Movimento

Entre- vistado s (as):	Categorias:			
	1- Como pensam, sentem e agem diante do RBF:	2- Instalação da escola em Marina, o que é não familiar?	3- Mudanças das formas de pensar, sentir e agir sobre mineração:	4- Como inserem a temática mineração nas práticas pedagógicas após o RBF:
<b>A</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mudanças na vida pessoal e profissional.</li> <li>Sentimentos como medo e insegurança durante o autossalvamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Predominância de narrativas referentes às dificuldades enfrentadas com os alunos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Narra sobre a importância da mineração para produção de bens na sociedade atual.</li> <li>Tece críticas sobre o atual modelo de mineração, no qual utiliza técnicas baratas que não são seguras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Mudança:</b> passa a problematizar o contexto da mineração após o RBF.</li> <li><b>Permanece:</b> com a representação que a empresa mineradora é boa e refuta de quem é a culpa do RBF.</li> </ul>
<b>B</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Detalha o autossalvamento e os sentimentos de medo e insegurança no dia da ruptura da barragem, o que acarretou em depressão e afastamento do trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Narra dificuldades de adequação dos alunos às novas relações sociais no ambiente escolar e em Mariana.</li> <li>Dificuldades para locomoção para a escola que foi transferida para Mariana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Muda completamente a RS sobre mineração, antes do RBF era progresso e renda, agora representa as mineradoras como capitalistas que não se preocupam com questões socioambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Permanece:</b> continua não inserindo o contexto da mineração em suas aulas.</li> <li><b>Mudança:</b> Após o RBF, demonstra recusar-se a trabalhar com projetos propostos por empresas mineradoras.</li> </ul>
<b>C</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Narra a chegada da lama na escola e o que teve que fazer para sobreviver durante o autossalvamento.</li> <li>Conta como foi a espera pelo resgate e o medo da ruptura de outra barragem.</li> <li>Fala do subdistrito destruído, quando os alunos e moradores não reconheciam mais suas casas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Narra que as maiores dificuldades de adequação em Mariana relacionam-se à improvisação da escola; e ao sofrimento enfrentado por seus alunos e colegas de trabalho que foram desterritorializados.</li> <li>A mudança da escola acarretou em problemas para locomoção do trabalho para sua residência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Narra sobre a importância da mineração para a renda das cidades, contudo, tece críticas que as mineradoras não revertem os lucros para os habitantes que residem próximo às áreas de extração.</li> <li>Representa a mineração de maneira crítica com relação aos danos ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Mudança:</b> Passa a problematizar o contexto da mineração. Narra que a temática mineração deve ser trabalhada interdisciplinar.</li> </ul>
<b>D</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Narra que perdeu aluno que veio a óbito.</li> <li>Ajudou os atingidos, os visitou em hotéis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Narra que as maiores dificuldades de adequação em Mariana relacionam-se ao fato dos alunos terem sido discriminados na escola.</li> <li>Apresenta-se otimista, afirmando que os alunos podem ser</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Antes do RBF desconhecia completamente o contexto da mineração e pouco sabia sobre a existência das três barragens próximo à escola.</li> <li><b>Permanece</b> com a RS da mineração como renda e emprego.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Antes do RBF ensinava sobre as riquezas minerais de Mariana e oportunidade de emprego na mineração.</li> <li><b>Permanece</b> ensinando a mineração na perspectiva</li> </ul>

		<p>muito felizes na nova vida.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Busca novas estratégias em suas aulas para manter a identidade campesina dos alunos, como por exemplo levá-los para manter o contato com a natureza.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pequeno movimento representacional da empresa Samarco como perigosa.</li> </ul>	<p>econômica, agora sobre o desemprego.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Refuta-se em discutir os danos do RBF com os alunos.</li> </ul>
<i>E</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representa o RBF como terrível e triste.</li> <li>• Narrou o óbito dos alunos da escola.</li> <li>• Preocupação em como acolher seus alunos no pós-rompimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Narra a preocupação com a volta às aulas sem escola logo após o RBF.</li> <li>• Dificuldades com os problemas enfrentados no período que coabitaram a escola Dom Luciano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudança da RS sobre mineração, antes do RBF representava como progresso e depois aconselha as pessoas a não fazer cursos voltados para esta área.</li> <li>• Afirma que a situação do contexto da mineração está muito difícil, referindo-se aos danos do RBF.</li> <li>• Refuta de quem é o problema e a culpa do RBF.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Mudança:</b> antes do RBF abordava principalmente a perspectiva econômica da mineração em suas aulas e depois passa a discutir e produzir livros com os alunos acerca dos danos do RBF.</li> </ul>
<i>F</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atingida diretamente pelo RBF, perdeu sua casa e pertences.</li> <li>• Estava no subdistrito do dia do RBF e teve que fazer o autossalvamento e passou pela situação pós-traumática.</li> <li>• Desconhecia a proporção do tamanho da barragem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representa a escola do antigo Bento como muito boa.</li> <li>• Narra que tanto ela quanto os alunos sofreram discriminação quando compartilharam o espaço da escola Dom Luciano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Representa a mineração como importante para a economia de Mariana (renda e emprego), mas se movimenta para inserir o contexto do RBF no seu atual saber sobre mineração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Mudança:</b> antes do RBF não inseria a temática mineração em suas práticas pedagógicas e depois passa a discutir com os alunos os danos socioambientais do rompimento.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

A respeito das RSM, percebemos que há sujeitos que **mantiveram** as formas de pensar, sentir e agir sobre os aspectos apresentados em algumas das quatro categorias e, em algumas circunstâncias, **mudaram** bruscamente as representações sociais diante do novo contexto após o RBF, como apresentamos no Quadro 13 e na Figura 18.

Justificamos que não posicionamos nem um dos participantes no movimento de reelaboração, pois percebemos que os sujeitos ainda estão em processo de desconstrução das representações sociais do passado e construção das novas RS, visto que se trata de um novo fenômeno, um contexto em movimento, no qual as afetações ainda estão em curso.

Quadro 13 - Posicionamento das RSM de acordo com cada categoria

Entrevistados (as):	Categorias:				RSM	
	1- Como pensam, sentem e agem diante do RBF:	2- Instalação da escola em Marina, o que é não familiar?	3- Mudanças das formas de pensar, sentir e agir sobre mineração:	4- Como inserem a temática mineração nas práticas pedagógicas após o RBF:	Permanência	Mudança
A	Mudança	Mudança	Mudança	Permanência + Mudança		X
B	Mudança	Mudança	Mudança	+ Permanência Mudança		X
C	Mudança	Mudança	Mudança	Mudança		X
D	Mudança	+ Permanência Mudança	Permanência	Permanência	X	
E	Mudança	Mudança	Permanência + Mudança	Mudança		X
F	Mudança	Mudança	Permanência Mudança	Mudança		X

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 18- Posicionamentos dos professores entrevistados em relação as RSM



Fonte: Elaborado pela autora.

Organizamos os participantes em dois grupos após analisar os dados das RSM:  
**3.3.1.)** Grupo dos participantes que se posicionam em mais de um movimento: permanência e mudança (GR 1); **3.3.2)** Grupo do participante que se posiciona apenas no movimento de mudança (GR 2).

### **3.3.1 Grupo dos participantes que se posicionam em mais de um movimento: permanência e mudança (GR 1)**

#### **Entrevistada A:**

A professora A se movimenta para alterar suas representações sociais e se posicionar em **mudança**, contudo em alguns momentos demonstra-se cautelosa em tomar partido, o que indica indícios de **permanecer** com alguma RS do passado.

A participante estava na escola no dia do RBF, o que a levou de maneira abrupta ao processo de “pressão à inferência”, acarretando em mudanças na sua vida profissional e pessoal.

“A” narra as alterações na rotina escolar, especialmente acerca das dificuldades enfrentadas em relação aos seus alunos sobre mudanças atitudinais no comportamento e no rendimento das notas. A docente também evidencia a discriminação enfrentada pelos discentes no novo ambiente urbano.

A respondente A altera suas representações sociais sobre mineração diante do contexto do RBF, como por exemplo, quando narra que existem outras maneiras mais seguras para as práticas do extrativismo minerário: “eu vejo a mineração como algo essencial, mas também vejo possibilidades de se fazer mineração de outra forma”. Portanto, defende a necessidade de modelo de mineração mais sustentável.

A área de formação da docente possibilitou reflexões para mudanças em suas práticas pedagógicas inserindo aspectos cognitivos da dimensão ambiental do RBF, o que possibilitou até mesmo a produção de texto com os alunos em um jornal da escola.

Por fim, o único movimento que “A” faz para permanecer com suas representações sociais do passado é em relação à empresa mineradora, que segundo a entrevistada, a Samarco e a Fundação Renova cumprem as responsabilidades de reparação dos danos. Assim, a professora refuta em suas narrativas de quem é a culpa do RBF, e afirma não querer discutir este aspecto com os alunos.

**Entrevistado B:**

O sujeito *B* encontra-se com fortes tendências à **mudança** das Representações Sociais diante do novo contexto pós-rompimento, mas ainda apresenta indícios de **permanência** das RS do passado.

Contudo, há uma predominância de narrativas referentes ao posicionamento de mudança das RS, já que o RBF trouxe danos para sua vida pessoal e profissional, especialmente em relação à situação pós-traumática devido ter vivenciado a chegada da lama na escola, o que acarretou em doença psicológica e afastamento do trabalho; e ainda, as atuais dificuldades enfrentadas para se locomover para a escola que atualmente está mais distante de sua residência. Quando “*B*” narra: “eu me sinto afetado”, compreendemos que essa afetação não se relaciona apenas ao aspecto psicológico, mas que ele movimenta suas representações sociais de tal modo que passa a se reconhecer como um atingido direto do RBF, portanto se sente uma vítima, e mesmo não sendo morador da comunidade, o professor passou e ainda passa por violações que reverberam na sua vida pessoal e profissional.

O respondente *B* apresenta uma nova representação social sobre mineração: “Eu tinha uma visão de mineração, e hoje depois do rompimento, [...] tem que repensar muitas vezes, porque é algo que vai trazer certo patrimônio para um município, [...] mas que a preocupação em questão de vidas, em contrapartida, não se tem.”

Ao mudar suas representações sociais sobre a mineração, “*B*” demonstra recusar-se a trabalhar com projetos propostos por empresas mineradoras após o RBF, assim tece críticas e ratifica que não acredita nessas empresas. Com isso, faz um esforço para permanecer não inserindo o contexto da mineração em suas aulas, mesmo após o RBF.

**Entrevistada D:**

A professora *D* tende a permanecer no passado, mas são evidentes alguns movimentos para alterar suas representações sociais.

Mesmo expressando as dificuldades enfrentadas pelos alunos atingidos, a docente apresenta um tom um pouco mais ameno sobre os danos do RBF, talvez porque não estava no subdistrito no dia, ou devido à relação direta do emprego do marido na mineração, como afirma: “a mineração pra mim era só emprego pra Mariana, [...] pro meu marido que trabalhava, lá tinha segurança em tudo. Nunca tinha ouvido falar que essa empresa era perigosa, que tinha esse problema de mineração”. Notamos um leve

movimento representacional sobre a mineração quando “*D*” passa a ver a empresa como “perigosa” após o RBF.

A professora *D* se movimenta para negar o contexto do RBF diante dos seus alunos: “às vezes quando começa o assunto, a gente dá uma... eu paro um pouquinho de falar disso. Não gosto de ficar falando muito mais não”. Assim ela afirma trabalhar com seus alunos com uma perspectiva de normalidade e de aceitar a nova vida: “vocês vão ser muito felizes aqui em Mariana, vocês podem ser felizes na casa de vocês também, vai ser outra vida, vida que segue”. Ela apresenta em suas narrativas um tom mais otimista sobre o RBF e a situação dos seus alunos atingidos: “agora é só casa nova, acho que tem entrado dinheiro também, né? [...] eles estão vendo muita coisa bonita”.

“*D*” faz um dos poucos movimentos de mudança para compreender esse novo contexto da mineração pós-rompimento, ainda representa a mineração como oportunidade de emprego. Contudo, é a única entrevistada que se movimenta para permanecer com a identidade campesina dos alunos, como narrou sobre a época que a instituição escolar estava instalada no bairro Rosário em Mariana, e ela levava os alunos em trilhas com vegetação no entorno da escola: “Eu gostava muito de levá-los pra passear naqueles matos. Porque eles ficavam com saudade do lugar onde eles moravam, [...]. Tem uma trilha ali, aí quando viam cavalo eles ficavam doidos, [...] bichos.”. Na atual escola, a professora continua na perspectiva de buscar lugares próximos à escola que remetem à vida que tinham no povoado campesino: “eu gosto muito de levar eles [...] na natureza, [...] levar eles pra plantar, na pista eu levo semente, a gente planta.”

Contudo, percebemos que as RSM da professora *D* se posicionam sobretudo na permanência no passado, com poucos indícios de adesão ao novo contexto do RBF que lhe é estranho e não familiar. O movimento de permanência pode implicar que: “Em alguns casos, o esforço para manter é mais acentuado do que aquele mobilizado para mudança.” (ANTUNES-ROCHA *et al.*, 2015, p. 12 *apud* CARVALHO, 2018, p. 117).

### **Entrevistada *E*:**

A participante *E* demonstra **permanecer** com alguma representação social do passado, contudo são notórios os movimentos para se posicionar na **mudança**.

Mesmo não tendo vivenciado a chegada da lama na escola, “*E*” narra como o RBF foi devastador para sua prática docente, para a destruição da escola, e principalmente, para a situação de vulnerabilidade enfrentada pelos seus alunos. Todos



estes fatores foram significativos para colocar suas representações sociais em movimento de mudança.

A professora muda suas práticas pedagógicas, passa a discutir em suas aulas os danos do RBF, com isso chegou a produzir uma coleção de livros com seus alunos. Vale ressaltarmos que “E” é a única respondente que mesmo antes da ruptura da barragem já inseria um dos danos socioambientais provocados pelas atividades minerárias no entorno de Bento Rodrigues, a emissão de particulados.

“E” demonstra o movimento de mudança da RS sobre mineração após o RBF: “Antes, eu via mineração, assim, como progresso. [...] agora quando falam em mineração, quando alguém fala que vai fazer o curso eu falo “não mexa com isso não, [...] Isso está dando tanto problema, ninguém quer isso mais não, faz outra coisa, faz outro curso”. No entanto, a professora refuta de quem é o problema e a culpa do RBF, demonstrando-se deste modo, um movimento para manter a representação social sobre uma imagem positiva da mineradora Samarco como no passado, antes da ruptura da barragem.

#### **Entrevistada F:**

A docente *F* apresenta-se entre os movimentos de **permanência** e de **mudança**, contudo posiciona-se para alterar suas RS.

Por ser moradora de Bento Rodrigues é atingida diretamente pelo RBF em vários aspectos, já que passou por mudanças abruptas em sua vida pessoal, além das alterações no seu ambiente de trabalho. “F” foi tensionada de tal modo que teve comprometimentos na saúde física e psicológica e teve que se afastar do trabalho por um período.

O processo de “pressão à inferência” leva a docente a inserir os impactos da mineração em suas práticas educacionais, já que antes do RBF o contexto minerário era quase inexistente.

A entrevista *F* representa a atual estrutura da escola (a casa adaptada) de maneira dicotômica: “apesar de ser pequenininho, é aconchegante.”. Percebemos que *F* busca no passado a representação da escola que existia no subdistrito de Bento Rodrigues: “lá era muito boa, né? [...] muito confortável, tinha auditório, tinha tudo, era muito arrumadinho.”

“F” ainda mantém a representação que tinha sobre mineração do passado relacionada à emprego, entretanto passa a problematizar os impactos do RBF que

desterritorializou toda a comunidade: “[...] porque tudo aqui depende da mineração, né? [...]além de ter prejudicado o que a gente passou lá e perdeu tudo, ainda as pessoas perderam emprego [...]”

### **3.3.2 Grupo do participante que se posiciona apenas no movimento de mudança (GR 1)**

O sujeito *C* se posiciona totalmente para **mudança**, com isso objetiva suas representações sociais, e se movimenta para transformar algo não familiar em concreto.

“*C*” se movimenta para resistir às mudanças abruptas que lhes foram impostas, de maneira coletiva com seu grupo social diante das novas condições de trabalho: “Nós estamos aí fortes [...] é um corpo docente muito unido e a gente vai dando força um pro outro para as coisas fluírem.”. O respondente demonstra tamanha dificuldade enfrentada pelos professores no pós-rompimento: “ficamos sem escola”.

O processo de pressão à inferência imposto aos professores não lhes deu opção para recusar a trabalhar na nova escola instalada em outro espaço geográfico, como narra o respondente *C*: “principalmente pra mim, professor, foi uma mudança... radicalmente, né. Mudou radicalmente minha vida.”

“*C*” também apresenta movimento de mudança quando se refere ao conhecimento que tem sobre mineração: “é uma rica região, [...] mas, por outro lado, eu acho que as mineradoras, elas têm que olhar para o impacto que isso tá causando, porque são impactos muito grandes, né?” O mesmo acontece com a representação que o docente tinha da empresa mineradora: “É o caso da Samarco [...], que era uma empresa importantíssima para o município, mas [...] a destruição, o impacto que tá causando ao meio ambiente e acabando com a nossa região.”

As análises dos dados apresentadas neste capítulo foram significativas para compreendermos que a hipótese desta pesquisa se confirma. Assim, concluímos que o RBF provocou mudanças abruptas na rotina escolar da instituição em análise, os impactos não se relacionam apenas à destruição das estruturas físicas da escola, mas alteraram consideravelmente as formas de pensar, sentir e agir dos docentes que foram impelidos a movimentar suas representações sociais já constituídas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de mestrado investigou as repercussões do Rompimento da Barragem de Fundão (RBF) no ambiente escolar. Especificamente buscamos compreender como os professores da Escola Municipal Bento Rodrigues estão reconstruindo suas formas de pensar, sentir e agir acerca da escola em um contexto não familiar a eles.

Após a análise das entrevistas narrativas, entendemos que não seria possível delimitar apenas um objeto (a escola) como foco deste estudo, como foi proposto no projeto inicial. Com isso, concluímos que o cenário pós-rompimento da barragem emergiu outras dimensões de afetações, além da destruição das estruturas físicas da escola. Por exemplo, em algumas das narrativas dos professores acerca de como foi RBF no contexto escolar, evidenciou-se que estavam falando dos impactos do rompimento na escola, na atual condição do trabalho docente, ou mesmo nos efeitos do rompimento na vida dos seus alunos que reverberam na escola, como situações de doenças psicológicas dos discentes. Quando os sujeitos entrevistados demonstraram movimentar as representações sociais sobre a mineração/mineradora, é possível entendermos que o novo cenário trouxe a tona uma ressignificação dessa temática nas práticas docentes. Dessa forma, falar da mineração na perspectiva do olhar dos professores é promover reflexões necessárias no âmbito da escola em contexto da mineração.

Nossa hipótese se confirma ao identificarmos que a chegada da lama nas estruturas físicas da escola de Bento Rodrigues provocou repercussões no âmbito da vida pessoal e profissional dos professores. Esses sujeitos são tensionados de tal modo, que passam pelo processo de “pressão à inferência” e, com isso, desestabilizam alguns dos saberes e práticas já constituídas.

Alguns professores estavam em horário de trabalho, vivenciaram a chegada da lama na escola, com isso tiveram que fazer o autossalvamento para não morrer, e ainda passaram a noite ao relento à espera do resgate. Há também o caso de uma das professoras entrevistada que era moradora da comunidade, tendo comprometido não apenas o seu local de trabalho, mas também sua casa, completamente destruída. Os demais professores que não eram moradores de Bento Rodrigues e não estavam na escola no momento da chegada da lama passaram a lidar, cotidianamente, com o sofrimento dos seus alunos vítimas desterritorializados de suas casas e comunidade.

Com isso, todos os entrevistados relataram que tiveram a rotina de trabalho completamente alterada, sendo portanto também impactados diretamente. Retomamos, dessa forma, a fala do professor *B*: “eu me sinto afetado”.

Os docentes se deparam com a escola em um ambiente “não familiar” e, além da improvisação da estrutura física da instituição instalada em dois espaços ao longo de quatro anos, ainda são tensionados a lidar com outras questões como:

- sofrimentos relativos à situação pós-traumática;
- luto, após a morte de dois alunos da escola;
- diminuição da presença das famílias na escola devido ao distanciamento geográfico da escola e das residências;
- dificuldades na locomoção para a nova escola instalada em Mariana;
- mudanças no comportamento dos alunos no novo espaço urbano;
- incertezas, sem previsão de quando terão a escola de volta;
- novos sujeitos passam a adentrar a escola, o que altera suas práticas pedagógicas e a rotina escolar;
- situações de preconceito com relação aos alunos que são vítimas do RBF;
- foram impelidos a discutir os danos do RBF em suas aulas, o que alterou a rotina escolar.

Com tantas questões inerentes ao RBF, é notório que os professores de Bento Rodrigues são provocados a movimentar diversas representações sociais já constituídas, como em relação à escola, à mineração, aos seus alunos, às suas práticas educativas, e até mesmo, sobre si. Em um contexto tão devastador, as mudanças foram abruptas, e os docentes são incitados a mudarem aspectos cognitivos, sentimentais e atitudinais.

A maioria das narrativas foram organizadas em ordem temporal e espacial dos fatos pelos próprios professores entrevistados. Assim, organizaram seus relatos sobre antes e pós-rompimento da barragem, de tal modo que quando faziam referências à escola ou aos alunos mencionaram da seguinte forma: no passado “quando era no antigo Bento”, “antes do desastre”; no presente “agora”, “depois de tudo”, “aqui em Mariana”; e em alguns momentos fizeram referência também ao futuro, já que os

desdobramentos do RBF ainda estão em curso, enquanto aguardam a reconstrução da escola no reassentamento.

Os dados evidenciam que os sujeitos atingidos, dentre eles os professores, “reexperimentam” sofrimentos relacionados à situação pós-traumática e às violações que perduram ao longo dos quatro anos. Alguns docentes narram circunstâncias que os remetem ao sofrimento emocional, como exemplo: quando ouvem algum barulho que os fazem lembrar o que vivenciaram no dia do RBF; o resofrimento quando ocorreu o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho; a situação de *bullying* com os alunos da escola de Bento Rodrigues, no período que compartilharam o espaço da escola Dom Luciano, situação narrada por todos os professores participantes em relação às dificuldades da convivência forçada que acarretaram em apelidos como “pés-de-lama” e “da lama”. Também, constatamos que a comunidade escolar de Bento Rodrigues não foi “expulsa” apenas uma vez da unidade escolar, sendo que a primeira foi quando a lama da Samarco destruiu a estrutura da instituição no subdistrito, e a segunda, quando coabitaram a escola Dom Luciano, onde, de acordo com a entrevistada *F*, foi feito um abaixo-assinado para os alunos e professores de Bento Rodrigues não permanecerem mais lá. Assim, as entrevistas narrativas evidenciam que os professores são obrigados a resistir diante de um contexto de estranhamentos, de modo que tiveram de lutar por direitos, como por exemplo o de ter uma escola só para eles, passando a lecionar em uma casa adaptada, enquanto aguardam a reconstrução da escola.

Segundo as entrevistas narrativas dos participantes, a situação de segregação com os atingidos não se restringiu apenas à escola, mas também às novas relações sociais na cidade de Mariana, em que os sujeitos oriundos do campo foram chamados de “aproveitadores da Samarco” por terem alcançado direitos no âmbito judicial. Os estudos de Antunes-Rocha (2012) evidenciam que historicamente os sujeitos camponeses sofrem depreciações por terem suas origens no espaço rural.

O RBF provocou também repercussões na subjetividade dos professores da escola em análise, como por exemplo, danos à saúde mental, principalmente os sujeitos que vivenciaram a chegada da lama e tiveram que evacuar a escola. Desse modo, dois dos seis entrevistados relataram que por determinado período tiveram que se afastar do trabalho por meio de licença médica para fazer tratamento relacionado à saúde psicológica. Outra dificuldade relatada por dois dos participantes é em relação à

dificuldade de locomoção para a escola que foi instalada em Mariana, já que ficou mais distante de suas residências.

Ao analisar os dados das entrevistas narrativas, compreendemos que antes do RBF o contexto da mineração não era inserido nas práticas educacionais dos participantes e, além disso, alguns até mesmo desconheciam os riscos de trabalhar em uma escola a jusante de três barragens. A esse respeito a participante *D* relata só ter ouvido comentários sobre a existência de barragens próximas à escola por uma vez; a docente *E* narra que para ela a barragem era algo muito distante; até mesmo a professora *F*, que morava em Bento Rodrigues, menciona que não tinha ideia do tamanho da barragem e dos danos que ela poderia causar; os demais professores, pouco ou raramente, inseriram o contexto da mineração de forma problematizadora em suas práticas pedagógicas. Concluímos que havia um “silêncio pedagógico”, que não eram discutidos os danos socioambientais provocados pela mineração antes do RBF. Situação propícia para as mineradoras que adentravam o ambiente escolar para inserir discursos que remetem a uma imagem de empresas ambientalmente responsáveis. Os cursos de capacitação que eram ofertados pelas mineradoras aos professores da escola de Bento Rodrigues não dialogavam com o contexto, assim não discutiam os problemas ambientais locais. O processo de “pressão à inferência” materializado pela presença da lama movimentada as representações sociais dos professores, nesta perspectiva, os docentes *B* e *C* passaram a questionar, por exemplo, esses cursos, a presença e até mesmo as narrativas das empresas mineradoras, como narra o respondente *B*: “o discurso dessas empresas é um e na prática é outro”. Ou seja, o RBF possibilitou, para alguns dos professores entrevistados, uma conscientização política acerca da mineração/mineradoras, fato evidenciado em trechos das entrevistas narrativas que os sujeitos expressam mudanças das formas de pensar, sentir e agir, especialmente, as mudanças nas práticas pedagógicas.

A maioria dos professores entrevistados representavam a mineração como atividade necessária para a economia do município de Mariana, todavia depois do RBF os professores são impelidos a alterar seus conhecimentos e práticas educativas, tornaram-se mais críticos sobre as práticas de extrativismo mineral, passaram a discutir esta temática em suas aulas e, até mesmo, alguns docentes chegaram a produzir materiais junto com seus alunos para refletir sobre os danos socioambientais do RBF, tanto em âmbito local em Bento Rodrigues como ao longo da Bacia do Rio doce. A professora *A*, por exemplo, passou a interrogar sobre a necessidade de um

modelo de mineração mais sustentável e segura. Contudo, percebemos que, em alguns momentos, há certo receio de alguns professores entrevistados em apontar de quem é a responsabilidade da ruptura da barragem de Fundão, como narra a informante *E*: “Não sei de quem é o problema, de quem é a culpa”. Tal situação, demonstra que ainda persistem representações sociais sobre mineração como recurso benéfico para a economia de Mariana, que circulam historicamente no território. No pós-rompimento, alguns professores são impelidos a se posicionar contrários ao atual modelo de práticas extrativistas, ou mesmo, silenciar-se diante do complexo contexto da escola que, mesmo sendo gerida pela prefeitura municipal de Mariana, atualmente, possui vínculos com a Fundação Renova/Samarco que custeia a estrutura alugada para o funcionamento da escola temporária, o transporte dos alunos, e a reconstrução da escola no reassentamento.

O contexto desta pesquisa, o subdistrito Bento Rodrigues, onde a escola estava inserida, tratava-se de um povoado histórico, cujo processo de ocupação do território em busca de metais preciosos ocorreu há mais de 300 anos, com a descoberta do ouro, e, ao longo das últimas quatro décadas, teve as mineradoras Samarco e Vale como exploradoras do minério de ferro no entorno do território do subdistrito. Segundo a pesquisa de Viana (2012), os moradores já vinham sofrendo com impactos socioambientais decorrentes das práticas do extrativismo mineral neste território, como a contaminação ou escassez de água, emissão de particulados, e poucas oportunidades de emprego para população local. O professor *C* critica em suas narrativas que os lucros extraídos com os recursos minerais no entorno de Bento Rodrigues e Santa Rita Durão são destinados ao capital externo das empresas que se beneficiam, assim questiona: “não se promoveu em nada em fazer uma melhoria para o local.”

Os dados apresentados na pesquisa em tela também evidenciaram que o processo de expropriação de terras já vinha sendo feitos pelas mineradoras, especialmente a Samarco, que buscava comprar terrenos no entorno do subdistrito, o que poderia representar uma futura expulsão dos moradores locais para expansão das práticas minerárias e/ou construção de outras barragens. Com isso, constatamos que o minério de ferro presente naquele subsolo, destinado ao uso capitalista do território, de certa forma impossibilitava que os camponeses daquela comunidade expandissem suas práticas agropecuárias.

Esses sujeitos oriundos do campo, que agora estão morando na cidade, tiveram interrupção em suas práticas de trabalho, modos de vida, além de perderem os vínculos com o território habitado por eles e por seus antepassados, durante 318 anos.

O RBF trouxe também prejuízos aos povos camponeses e tradicionais ao longo de toda bacia hidrográfica do Rio Doce. Isso nos permite observar que o rio não fornecia apenas água, mas continha também um valor simbólico/cultural e econômico, dali também tiravam o sustento para suas famílias.

Compreendemos que os sujeitos (professores) e o objeto (escola no contexto do RBF) focos desta pesquisa correspondem a um fenômeno social concreto que foi investigado à luz da TRS, concebida por Serge Moscovici (1978), e da abordagem Processual da TRS, aprofundada por Denise Jodelet (2001), e ainda as RSM, que além de teoria também serviu de conteúdo metodológico para análise dos dados. Dessa forma, percebemos que a maioria dos sujeitos investigados oscilaram entre os movimentos de permanência e mudança das RS.

Já a abordagem Socioterritorial nos possibilitou uma compreensão dos territórios como espaços construídos socialmente, e, que por vezes, são fruto de disputas do poder e interesses capitalistas de empresas (como mineradoras). Haesbaert (1998, 2001, 2006), através da tríade Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R), permitiu-nos correlacionar a teoria aos processos intercorridos em Bento Rodrigues, como o processo de territorialização histórica do surgimento do subdistrito tricentenário, o RBF que levou à desterritorialização dos moradores e da escola, e o processo futuro de reterritorialização no reassentamento que está sendo construído.

O conjunto de princípios, conceitos e práticas produzido pelo Movimento da Educação do Campo nos permite refletir na possibilidade da reconstrução da escola de acordo com um projeto coletivo de campo. Consideramos necessário que, além da reconstrução das estruturas físicas da escola, haja a reconstrução da identidade escolar, saberes e práticas educativas que contribuam para retomada dos laços afetivos entre os antigos vizinhos, e ainda, uma retomada de aspectos culturais e dos modos de produção e reprodução das vidas dos sujeitos no novo território. A esse respeito, entendemos que o resgate das memórias dos moradores de Bento Rodrigues também podem fazer parte das práticas educativas dessa instituição.

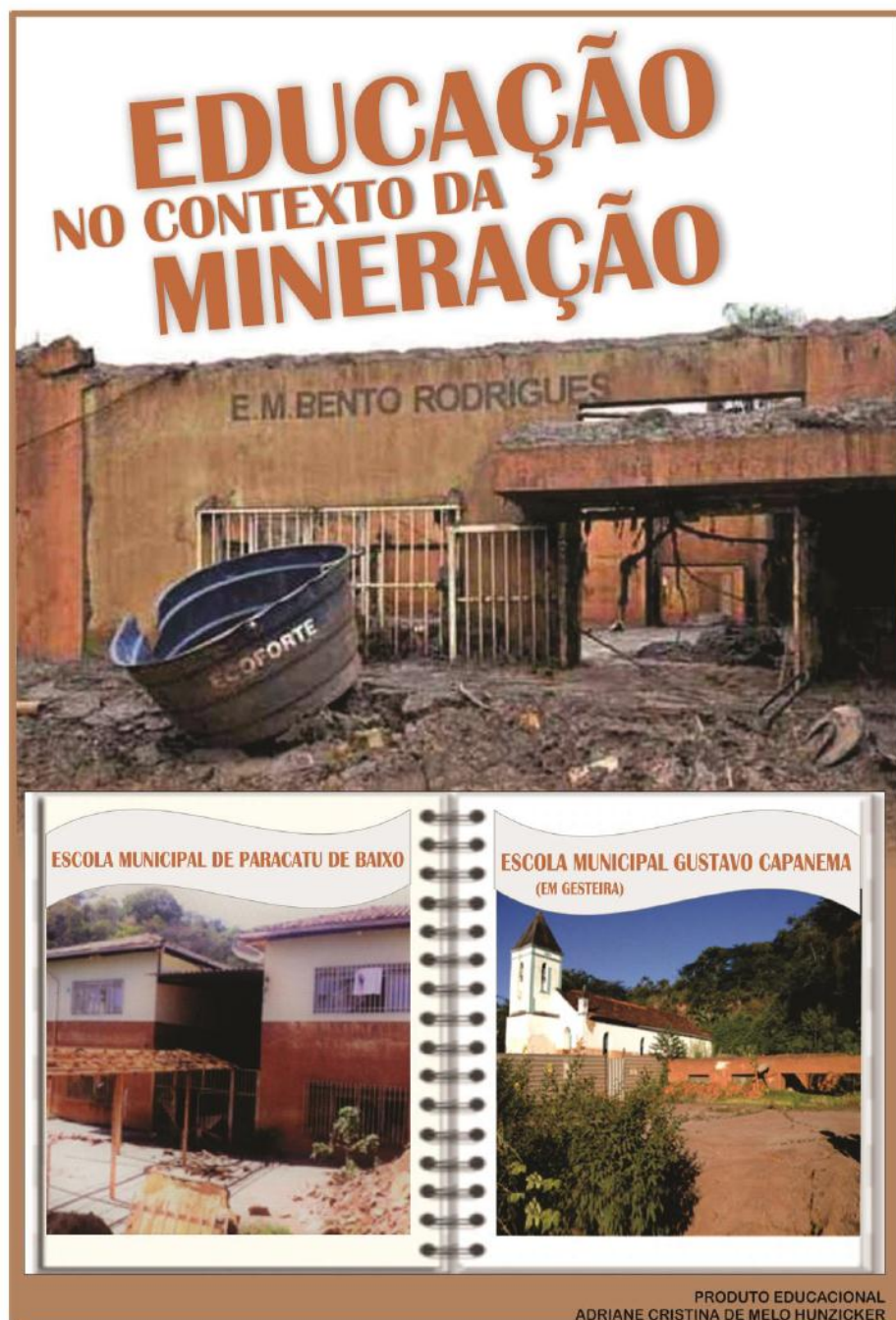


Mas como reconstruir uma escola, em que os professores também foram impactados e estão passando por um processo de reconstrução das suas representações sociais? Trata-se de contexto ainda em transformação, em que as afetações também estão em curso. Por este motivo, percebemos que se faz necessário dar continuidade às investigações propostas neste trabalho.

Por fim, destacamos ainda que esta pesquisa traz à luz um olhar sobre professores, sujeitos invisibilizados no processo de reparação dos danos do RBF, pois percebemos que o sofrimento docente não está sendo devidamente considerado pelos órgãos públicos, fundação e empresas mineradoras responsáveis pelos reparos. Evidencia-se, dessa forma, que os/as professores/as da Escola Municipal Bento Rodrigues também são sujeitos atingidos diretamente pelo RBF.

## PRODUTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FaE  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA – PROMESTRE



Adriane Cristina De Melo Hunzicker

**PRODUTO EDUCACIONAL**  
**OFICINA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**  
**EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA MINERAÇÃO**

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre.

**Orientadora:** Dra. Maria Isabel Antunes-Rocha

**Linha de pesquisa:** Educação do Campo

Belo Horizonte  
2019

## INTRODUÇÃO

O rompimento da Barragem de Fundão (RBF), de responsabilidade da mineradora *Samarco S.A.*, ocorrido em 05 de novembro de 2015, em Mariana/MG, causou danos socioambientais e humanos ao longo da bacia hidrográfica do Rio Doce, em Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES). Foi considerado pelo IBAMA (2015) o maior desastre ambiental já ocorrido no Brasil. Desalojou moradores de três comunidades campesinas que foram soterradas pelos rejeitos de minério de ferro - Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo em Mariana/MG, e Gesteira, em Barra Longa/MG. Mais de 40 municípios foram impactados nos dois Estados, ao longo de 663,2 quilômetros por onde os rejeitos foram transportados pelos cursos hídricos, entre Mariana/MG até a foz em Regência/ES.

Diretamente, o RBF impactou cinco escolas com identidade campesina: uma que era localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, outra em Paracatu de Baixo, outra em Gesteira, e mais duas na sede de Barra Longa. Os moradores das três comunidades que foram desterritorializadas estão alocados, há quatro anos, em casas alugadas, sobretudo nas sedes das cidades de Mariana e Barra Longa. Em virtude disso, os alunos e professores das escolas da zona rural de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo) perderam o vínculo com suas escolas, pois coabitaram temporariamente uma escola na sede da cidade de Mariana, e estudaram juntamente com outros discentes. Atualmente as duas instituições de ensino estão funcionando em locais improvisados em bairros centrais da cidade de Mariana, enquanto aguardam os reassentamentos. A escola de Gesteira teve que ser reconstruída em outro endereço no povoado; e as duas escolas da sede da cidade de Barra Longa passaram por reformas e estão funcionando no mesmo local.

## APRESENTAÇÃO

Este texto está estruturado nas seguintes partes: introdução, apresentação, desenvolvimento da proposta, e referências.

Os dados obtidos na dissertação de mestrado intitulada “O rompimento da barragem de Fundão: repercussões nos saberes e práticas dos professores da escola de Bento Rodrigues”, desenvolvida pela pesquisadora deste produto, demonstram que os professores modificaram suas formas de pensar, sentir e agir diante de tensionamentos no novo contexto escolar. Com a destruição das estruturas físicas desta instituição de ensino e de toda comunidade desterritorializada, foi necessária a transmutação da escola para o

ambiente urbano, em Mariana. Além das instalações provisórias em dois endereços diferentes, outras afetações têm se reverberado ao longo de quatro anos no ambiente escolar, como exemplos: a situação pós-traumática vivenciada pelos alunos, professores e funcionários da escola de Bento Rodrigues que estavam em aula quando tiveram que evacuar o local para correr da lama que adentrava o subdistrito e a escola, que trouxe danos psicológicos para alguns destes sujeitos; modificação na rotina escolar, com a presença de novos sujeitos que passam a frequentar a escola, e outras demandas com projetos inseridos nas práticas pedagógicas dos professores; dispersão dos moradores em vários bairros, que provocou o distanciamento da instituição de ensino e alterou as relações entre famílias/escola; novas relações sociais no ambiente social e escolar nas quais os alunos passaram por situações de discriminação, com apelidos, como “pés-de-lama” e “da-lama”.

Evidenciou-se também, com as entrevistas narrativas realizadas com os professores participantes desta pesquisa, que empresas minerárias (Samarco e Vale) aproximavam-se da escola de Bento Rodrigues para efetivar ações, como a formação de professores, e propostas para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental, que, de acordo com os dados, não discutiam o contexto de forma problematizadora, ou seja, não tinham a intenção de fato de discutir os problemas socioambientais presentes no território, que no caso da comunidade de Bento Rodrigues, eram, na maioria das vezes, provocados pelas práticas minerárias destas empresas.

Os resultados desta pesquisa ratificam a necessidade de elaborar uma oficina como produto educacional do PROMESTRE. Esta oficina busca contribuir com a formação dos professores de escolas diretamente impactadas, e possibilitar reflexões para que estes professores se sintam como sujeitos de direito, sobretudo possam aprofundar em estudos de documentos oficiais e produções bibliográficas. Além de uma formação cognitiva, oportunizar que os sujeitos passem a interrogar narrativas que circulam em grupos sociais, como os grupos hegemônicos, que só visam a perspectiva de emprego e renda a qualquer custo, e possam se engajar coletivamente com grupos que defendem outras perspectivas dos usos do solo, como por exemplo, cultivo agrícola com práticas agroecológicas, ou mesmo que se faça o extrativismo mineral, que este seja feito de forma segura, responsável e sustentável.

**O objetivo central** é possibilitar a formação continuada de professores que atuam em escolas da educação básica, localizadas em municípios atingidos pelo RBF,



e/ou em outros municípios, com atividades de extrativismo mineral praticado por empresas neoextrativistas<sup>1</sup>.

#### **Objetivos específicos:**

- Promover reflexões para um engajamento crítico em relação a temas que permeiam os desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão na vida escolar dos alunos e docentes;
- Implementar práticas educativas em escolas em contextos minerários, que possam questionar as empresas minerárias sobre a segurança das barragens e sobre os danos socioambientais provocados.
- Orientar professores para uma formação política, capaz de construir contra-argumentos para questionar as narrativas que as empresas mineradoras inserem no ambiente escolar.

#### **DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA**

Esta oficina contemplará uma carga horária de 60 horas. A proposta está organizada de acordo com a metodologia de Formação em Alternância, **Tempo Escola (TE)** e **Tempo Comunidade (TC)**. Sendo 30 horas em (TE) e 30 horas em (TC).

A oficina está organizada em quatro módulos para aprofundar nas seguintes temáticas: 1º) Dimensões socioambientais do rompimento da barragem de Fundão; 2º); Trabalho de campo: possibilidades para o/a professor/a alterar suas formas de pensar, sentir e agir; 3º) Reflexões sobre um novo modelo de mineração; 4º) Práticas educativas que interrogam as empresas mineradoras. O quadro 1 apresenta uma síntese da proposta da oficina com os temas, metodologias e avaliações.

**Quadro 1- Organização do curso de formação de professores**

<b>Módulo:</b>	<b>Temáticas abordadas</b>	<b>Atividades TE</b>	<b>Atividades TC</b>	<b>Avaliação</b>
1º	Dimensões socioambientais do rompimento da barragem de Fundão.	Aulas expositivas, leitura de textos, rodas de conversa, leitura de notícias do jornal <i>A Sirene</i> .	Leitura de artigo e produção de texto.	Debate oral, elaboração de texto, trabalho em grupo (exposição de narrativas).
2º	Trabalho de campo em uma das comunidades impactadas pelo RBF.	Assistir aos vídeos documentários, ler artigo, rodas de	Elaborar relatório.	Debate oral, e produção de relatório.

<sup>1</sup> O neoextrativismo é fundamentado em indústrias do setor secundário com emprego de modernas tecnologias para extração de grandes volumes de recursos minerais em curto tempo. A extração é destinada, principalmente, à exportação de *commodities* e baseia-se na alta lucratividade (ZHOURI, 2018).

		conversa, trabalho de campo.		
3º	Reflexões sobre um novo modelo de mineração.	Aulas expositivas, leitura de textos, exibição de vídeo, rodas de conversa com debates.	Leitura de textos e elaboração de trabalho para apresentar no seminário.	Apresentação de seminário.
4º	Práticas educativas que interrogam as empresas mineradoras.	Orientação para os participantes sobre as atividades práticas nas escolas.	Desenvolver atividades educacionais com os alunos na escola onde atua.	Produto: elaborar e apresentar um portfólio ou um vídeo com as atividades desenvolvidas na escola.

### 1) DIMENSÕES SOCIOAMBIENTAIS DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

**1º momento: TE-** Apresentação do cronograma do curso; roda de conversa para apresentações entre formador(ra)/professores(ras).

**2º momento: TE-** Aula expositiva e dialogada com uso de slides/Power Point para refletir sobre as dimensões dos danos socioambientais do RBF.

- **A dimensão social:** discussões sobre o processo de desterritorialização das comunidades soterradas pelos rejeitos da barragem de Fundão; povos atingidos que foram afetados em seus modos de produção e reprodução da vida; escolas do campo impactadas;
- **A dimensão ambiental:** discussões sobre o maior desastre ambiental do Brasil (IBAMA, 2015), que acarretou na degradação da bacia hidrográfica do Rio Doce, causando danos ambientais em ecossistemas terrestres e aquáticos nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e também no ambiente marinho do litoral do Espírito Santo, e em Abrolhos na Bahia.

**3º momento: TE-** Trabalho em grupo com edições do Jornal *A Sirene*.

Ler e analisar as narrativas escritas com a participação dos atingidos. Os participantes deverão selecionar frases, imagens, ou trechos dos textos para montar uma exposição. O objetivo desta atividade é propiciar visibilidade as indagações dos atingidos.

As edições do jornal estão disponíveis em: <<http://jornalasirene.com.br/edicoes>> ou impressa.

**4º momento: TE-** Avaliação oral: roda de conversa com debates e perguntas.

**5º momento: TC-** Leitura do artigo: *Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socioambientais*. WANDERLEY, L. J.; MANSUR, M. S.; MILANEZ, B.; PINTO, R. G. *Ciência e Cultura*. vol.68, n.3. p. 30-35. 2016.

**6º momento: TC-** Avaliação: Após a leitura do artigo (4º momento) e reflexões construídas nas aulas (2º e 3º momentos), o/a professor/a participante deverá elaborar um texto com reflexões sobre os danos socioambientais do RBF. O texto poderá ter entre 2 a 5 laudas e deverá ser enviado no prazo estabelecido.

**Sugestões de leituras para o/a formador/a elaborar a apresentação dos slides para esta aula, que também poderão ser utilizadas como leitura complementar pelos professores participantes:**

- ✦ **Impactos e danos provocados pelo crime da Samarco na Bacia do Rio Doce e perspectivas socioambientais.** POLIGANO, SILVA, BASTOS. 2019. p. 64-86. In. PINHEIRO, Tarcísio M. M.; POLIGNANO, Marcus V. *et al.* (orgs.). *Mar de lama da Samarco na bacia do rio Doce: em busca de respostas*. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019.
- ✦ **Rompimento da barragem do Fundão: Repercussões sobre a comunidade escolar de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.** ANTUNES-ROCHA, M. I.; FREITA, P. B.; HUNZICKER, A. C, de M.; SANTOS, M. L. dos. "Dia D do rio Doce" e-book. 2019. 17 p. Mimeo.
- ✦ **Impactos do rompimento da barragem do Fundão na identidade das escolas do campo: um estudo na perspectiva das representações sociais.** ANTUNES-ROCHA, M. I. Relatório Parcial de Pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais. Edital 04/2016 – Tecnologias para a recuperação da Bacia do Rio Doce - Linha Tecnologias Sociais. Belo Horizonte: UFMG, 2018. N/Publicado.
- ✦ **Efeitos do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton na foz do Rio Doce.** p.41-79. LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H. CREADO, E. TRIGUEIRO, A. SILVA, B. DUARTE, L. SANTANA. N. *Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES)*. Relatório de pesquisa. GEPEDES. 2017.
- ✦ **Pesquisa realizada na UERJ comprova que resíduos da Samarco afetaram Abrolhos.** 2019. Disponível em: <<http://www.uerj.br/noticia/pesquisa-da-uerj-comprova-contaminacao-de-abrolhos-por-residuos-da-samarco/>> Acesso 19 mai. 2019.



## 2) TRABALHO DE CAMPO: POSSIBILIDADES PARA O/A PROFESSOR/A ALTERAR SUAS FORMAS DE PENSAR, SENTIR E AGIR

**1º momento: TE-** Assistir aos vídeos documentários sobre as afetações causadas aos atingidos pelo RBF ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Doce:

✚ 1º vídeo: *“Bento Rodrigues: Memórias do passado e perspectivas para o futuro.”* HUNZICKER, A. C. de M. 2017. Duração 10m17s. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=m3FnPDkOnWg&feature=youtu.be>>

✚ 2º vídeo: *“r e a s s e n t a m e n t o s [I]”*. Produzido pelo projeto de extensão "Narrativas Atingidas" do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFOP e vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPISA/UFOP). 2016. Duração 8m58s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OFVzZ94Cco4&t=411s>>

✚ 3º vídeo: *“16 dias - O caminho da lama no Rio Doce”*. Produção exclusiva da TV Educativa do Espírito Santo. S/ANO. Duração 52m13s. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=V-IUbeqyNXQ>>

**2º momento: TE:** Leitura do artigo: *Metodologias participativas como estratégias de ensino e intervenção em contextos de desastres*. BARRETO, L. C.; MAYORGA, C.; ROSA, D. D. p. 99-121. In. LOSEKANN, Cristiana; MAYORGA, Cláudia. (orgs.). *Desastre na Bacia do Rio Doce: Desafios para universidades e instituições estatais*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem. 2018.

**3º momento: TE- Avaliação oral:** roda de conversa com reflexões sobre os documentários e artigo.

**4º momento: TE-** Trabalho de campo (BOGDAN; BIKLEN, 1994) em uma das comunidades campesinas impactadas pelo RBF: Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo (Mariana), ou Gesteira (Barra Longa). O objetivo desta atividade é observar os impactos em uma das comunidades, assim como, em uma das escolas campesinas que foram destruídas, podendo desenvolver propostas de estratégias de intervenção para melhoria da qualidade de vida dos atingidos.

**5º momento: TC-** Produção de relatório sobre o trabalho de campo.

### 3) REFLEXÕES SOBRE UM NOVO MODELO DE MINERAÇÃO NO QUADRILÁTERO FERRÍFERO

**1º momento: TE-** Aula expositiva e dialogada com uso de slides/Power Point para refletir sobre as dimensões políticas, jurídicas, e as novas leis sobre descomissionamento de barragens construídas com a técnica a Montante, após a ruptura das barragens da Samarco em Mariana e da Vale em Brumadinho. Discutir sobre o cenário de caos vivenciado por municípios do Quadrilátero Ferrífero em MG, onde moradores tiveram que sair de suas casas em 2019, por riscos de ruptura de outras barragens de mineração.

**2º momento: TE:** A mineração em outro contexto: o caso vivenciado pelos moradores de Barcarena no Pará, que são impactados pelas atividades minerárias da Hydro Alunorte. Assistir ao vídeo: *Tinha gosto de perfume: Barcarena e os crimes ambientais impunes*. (23m13s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5Y-veie86O0>>

**3º momento: TE- Avaliação oral:** roda de conversa com reflexões sobre as temáticas abordadas neste módulo.

**4º momento: TC-** os professores deverão se organizar em três grupos para fazer a leitura dos textos e artigos, de acordo com as seguintes referências:

✚ **1º GRUPO: “A eterna repetição das coisas é a eterna repetição dos males”**

**[1]: Quatro anos do rompimento da barragem de Fundão.** MILANEZ, B. 2019. Disponível em: <<https://medium.com/@Comitemineracao/a-eterna-repeti%C3%A7%C3%A3o-das-coisas-%C3%A9-a-eterna-repeti%C3%A7%C3%A3o-dos-males-1-628ed6ea99a3>>

✚ **2º GRUPO: Desafios para o Rio Doce e para o debate sobre o modelo mineral brasileiro.** LOSEKANN, C.; MILANEZ, B. P. 401-425. In. LOSEKANN; MILANEZ (orgs.). Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos, e ações sobre a destruição. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem. 2016.

✚ **3º GRUPO: A mineração que queremos.** Documento produzido no I Encontro regional por um novo modelo de mineração - I Jornada universitária de debates na mineração. Plenária Sindical e Popular. 2019. Disponível em: <<https://www.adufop.org.br/post/encontro-debate-um-novo-modelo-de-minera%C3%A7%C3%A3o>>

**5º momento: TE- Avaliação:** apresentações dos seminários dos três grupos.

**SUGESTÃO DE LEITURA COMPLEMENTAR:** Resolução da Agência Nacional de mineração (ANM) nº 13, de 8 de agosto de 2019, sobre a segurança de barragens de mineração no Brasil.

Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/assuntos/barragens/resolucao-anm-no-13-de-8-de-agosto-de-2019.pdf/view>>

#### **4) PRÁTICAS EDUCATIVAS QUE INTERROGAM EMPRESAS MINERADORAS LOCALIZADAS NAS PROXIMIDADES DE ESCOLAS**

**1º momento: TE** – O/A formador/a orientará e poderá auxiliar os docentes participantes do curso sobre as atividades que serão desenvolvidas nas escolas.

**2º momento: TC\*** - A partir das propostas, neste módulo, o docente participante da formação deste curso deverá desenvolver atividades em sua prática, que, de alguma forma, debatam o problema no contexto minerário onde a escola está inserida. No anexo 1, há exemplos de atividades que poderão ser desenvolvidas na escola.

**3º momento: TC** – O professor participante da formação deverá elaborar um produto, um portfólio ou vídeo com registros das atividades e práticas educativas realizadas na escola.

**4º momento: TE** – Avaliação: Culminância com apresentações dos produtos de cada professor participante.

## ANEXO 1- TC\*

Apresenta-se a seguir o passo a passo de sugestões de atividades que poderão servir de base para professores de escolas que são inseridas em contexto minerários. Obs.: Não é necessário realizar as atividades neste formato, com isso, o/a professor/a tem liberdade para elaborar ou usar outras estratégias/atividades que serão desenvolvidas em cada escola.

### 1º passo: Sugestão para fortalecer a identidade Socioterritorial

Exibição e debate do filme *Narradores de Javé* (2003).

Ambientado no interior da Bahia, o filme conta a estória do drama trágico de um povoado, situado no Vale do Javé, que é expulso de suas terras, inundadas pela represa construída em nome do 'progresso'. [...] Diante da resistência dos moradores de Javé, ao abandono de suas terras, Zaquie explica que a única possibilidade de evitar a inundação seria a necessidade de preservação de Javé como patrimônio cultural. (SOUZA, 2015, p. 1-2)

✚ Filme disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=ZmckoC3gAcQ> >

2º passo: Conhecimentos prévios sobre o contexto do território onde a escola está inserida. Perguntas geradoras que serão realizadas com os alunos:

- ✚ 1- Quais são os recursos minerais extraídos no entorno do nosso território?
  - ✚ 2- Como é o processo de extração mineral (empresas e/ou garimpos)?
  - ✚ 3- As atividades minerárias praticadas por estas empresas e garimpos provocam impactos socioambientais? Quais?
  - ✚ 4- Existem barragens de rejeitos próximo ao território onde vocês moram?
- ✚ Os alunos e professor/a poderão refletir sobre as perguntas acima oralmente (em forma de debate); ou em grupos, para em seguida, fazer as apresentações para o professor/a (que participará como mediador/a) e para os demais alunos da turma.

3º passo: Preparativos para um Trabalho de Campo à uma empresa mineradora. Os alunos e professor/a poderão elaborar juntos perguntas que condizem com as dificuldades existentes em cada contexto. A seguir, no quadro 2, há alguns exemplos de perguntas que poderão ser adaptadas.

**Quadro 2- Quando a escola interroga a empresa mineradora.**

<b>Exemplos de algumas perguntas:</b>
A) Após a extração mineral, acontece a recuperação ambiental das áreas? Como é realizado o processo de reflorestamento e preservação da fauna local?
B) Como é o processo de uso da água nas atividades da mineradora?
C) Quais são os recursos minerais extraídos neste território? Para onde vão? E como são transportados?
D) Como é o processo de armazenamento dos rejeitos? Existem pesquisas ou projetos sobre a reutilização dos rejeitos?
E) Se existem barragens, qual a atual situação delas? Serão descomissionadas?
F) São feitos investimentos buscando melhorias para os moradores deste território, onde a mineradora atua? Quais?
G) Como os funcionários da mineradora são selecionados? Os moradores da região têm prioridade?
H) Quais são as medidas relacionadas à segurança dos trabalhadores?
I) Sobre a emissão de particulados (nuvens de poeira) que causam grande incômodo à saúde e geram transtornos para os moradores, o que a empresa faz para amenizá-la?

**4º passo:** Trabalho de campo: Com agendamento prévio e planejamento, os discentes terão a oportunidade de fazer as perguntas para a empresa minerária.

**5º passo:** Entrevistas narrativas com moradores do território para produção de um vídeo. Cada grupo de alunos poderá entrevistar um morador para falar das riquezas minerais existentes no território, e das dificuldades enfrentadas diante dos impactos socioambientais geradas pelas atividades minerárias.

**6º passo:** Os alunos poderão acessar os programas *Google Earth* ou *Google Maps*, para visualizar e imprimir imagens de satélite que mostram as áreas de extrativismo mineral existentes no território. Com este recurso, poderão ver as barragens das mineradoras e a quantidade de cavas de exploração mineral.

**7º passo:** Trabalhos em grupo para sistematizar os conhecimentos adquiridos com estas práticas educacionais (cartazes, desenhos, vídeos, exposição de fotos, apresentações artísticas) e assim poderão organizar uma exposição dos trabalhos na escola.

**REFERÊNCIAS**

BOGDAN, Roberto C. e BIKLEN, Sari Knopp. Educação qualitativa em educação. Porto Editora, Porto – Portugal, 1994.

IBAMA. *Laudo Técnico Preliminar*, 2015. Disponível em: [www.ibama.gov.br /phocadownload/.../laudos/laudo\\_tecnico\\_preliminar\\_Ibama.pdf](http://www.ibama.gov.br/phocadownload/.../laudos/laudo_tecnico_preliminar_Ibama.pdf) Acesso em 19 mai. 2019.

SOUZA, Tatiana, R. de. GRAMATOLOGIA DE JAVÉ. 2015. 32p. In: NOGUEIRA, Bernardo, G. B. (orgs.). *Direito de cinema: Por que devemos filmar narrativas?* 1 ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015. V. 1, p. 126-151.

ZHOURI, Andréa (orgs.). *Mineração, violência e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. 1ª ed. Marabá, PA: Editora Iguana; ABA, 2018. 303p.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. Abordagem Societal das Representações Sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 713-737, set./dez. 2009.

ALMEIDA, Grazielle Meire de. *FUNDAÇÕES EMPRESARIAIS E ESCOLA PÚBLICA: uma análise sobre as implicações de uma formação continuada proposta pela Fundação Vale, para o trabalho docente*. 2016. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação (FaE), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. *Revista Múltiplas Leituras*, Brasília, v. 1, n. 1, 2008, P. 18-43.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Poema: Lira Itabirana. 1984

ANTUNES-ROCHA, M. I. *Da cor de terra: representações sociais de professores sobre os alunos no contexto da luta pela terra*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

\_\_\_\_\_. Da escola Rural à Educação do Campo: construindo caminhos. In: *Educação rural e do campo*. CARVALHO, C. H. de.; CASTRO, M. de. (Orgs.). Uberlândia: EDUFU, 2014. 260 p.

\_\_\_\_\_; MARTINS, Aracy, A. (orgs.). *Educação do campo - Desafios para a formação de professores*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, C. A. da S.; MARTINS, A. M. Pesquisa em representações sociais no Brasil: cartografia dos grupos registrados no CNPq. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 16(1), 104-114. São Paulo, SP, jan.-abr. 2014. ISSN 1980-6906 (online). Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/index>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Representações Sociais em Movimento: desafios e possibilidades na elaboração de um conceito. In: ANTUNES-ROCHA, M. I.; RIBEIRO, Luiz Paulo. (orgs.). *Representações Sociais em Movimento: pesquisas em contextos educativos geradores de mudança*. Curitiba: Appris, 2018.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Luiz Paulo. (orgs.). *Representações Sociais em Movimento: pesquisas em contextos educativos geradores de mudança*. Curitiba: Appris, 2018.

ARROYO, Miguel G., FERNADES, Bernardo M. (orgs.). *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 2. 1999.

ARRUDA, Angela. *A polarização sob o olhar psicossial*. Conferência na Jornada Internacional sobre Representações Sociais (JIRS) em Porto Alegre/RS. 2019.

\_\_\_\_\_; SÁ, Celso Pereira de. O estudo das representações sociais no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p.11-31, 2000.

A SIRENE. *Por que voltar a Bento?* 2019b. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br/cultura-memoria/2019/05/25/por-que-voltar>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In:\_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARRETO, L. C.; MAYORGA, C.; ROSA, D. D. Metodologias participativas como estratégias de ensino e intervenção em contextos de desastres. In. LOSEKANN, Cristiana; MAYORGA, Cláudia. (orgs.). *Desastre na Bacia do Rio Doce: Desafios para universidades e instituições estatais*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem. 2018.

BAUER, M.; JOVCHELOVITCH, S. A Entrevista Narrativa. In: GASKELL, G.; BAUER, M. (orgs.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2ª.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BENJAMIM, César. CALDART, Roseli S. (orgs.). *Projeto Popular e escolas do Campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma educação Básica do Campo. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 3. 2000.

BOGDAN, Roberto C. e BIKLEN, Sari Knopp. *Educação qualitativa em educação*. Porto Editora, Porto – Portugal, 1994.

BOTELHO, M. R.; FARIA, M. P. de. In: PINHEIRO, Tarcísio M. M.; POLIGNANO, Marcus V. *Mar de lama da Samarco na bacia do rio Doce: em busca de respostas*. (orgs.) Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019.

BRANDÃO, R. T. Fala do presidente da Fundação Estadual de Meio ambiente. Assembleia com atingidos de Bento Rodrigues para esclarecimentos sobre o Museu do Território e o Dique S-4. Mariana, 12/09/2019.

BRASIL. Agência Nacional de Águas. Resolução nº 236. 2017: regulamentação do Plano de Ação de Emergência – PAE sobre a ZAZ de barragens. São Paulo, maio de 2018. Disponível em: <<http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/236-2017.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Mineração. Diário Oficial da União. Órgão do Ministério de Minas e Energia/Agência Nacional de Mineração. Resolução nº 4 de 15/02/2019. Ed. 34. Seção 1, 2019. 2019c. Disponível em: <[http://www.lex.com.br/legis\\_27775899\\_RESOLUCAO\\_N\\_4\\_DE\\_15\\_DE\\_FEVEREIRO\\_DE\\_2019.aspx](http://www.lex.com.br/legis_27775899_RESOLUCAO_N_4_DE_15_DE_FEVEREIRO_DE_2019.aspx)>. Acesso em: 11 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional de Mineração. *Nota à Imprensa. Mariana: o que avançou após esta tragédia*. 2019b. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/noticias/nota-a-imprensa-2>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Brasília: MEC/SEF. 1998.



\_\_\_\_\_. Ministério de Educação (MEC). *Ministério da Educação aprimora processos educacionais*. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/73321-mec-realiza-mudancas-para-aprimorar-processo-de-educacao>> Acesso em: 18 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. Procuradoria da República nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo – *Força Tarefa Rio Doce*. Autos nº 60017-58.2015.4.01.3800 e 69758.61-2015.4.01.3400. 2016a. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. Procuradoria da República nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo - *Força Tarefa Rio Doce*. 2016b. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto no 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo. Brasília, 5 nov. 2010. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-publicacaooriginal-130614-pe.html>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

CALDART, Roseli S., PEREIRA, Isabel, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMARGO, Brígido. *O paradigma das representações sociais: sua difusão e características no Brasil*. Palestra na Conferência Internacional sobre Representações Sociais (CIRS). XVI edição, Buenos Aires, Argentina. 2018.

CAMPOS, Luíza; ALVES, Alenir; LOPES, Neuza; QUINTÃO, Terezinha. Linhas da Memória: três anos de Mariana. *Catarinas*, Jornalismo UFOP. 2019. Disponível em: <<https://catarinas.info/linhas-da-memoria-tres-anos-de-mariana/>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

CAMPOS, M.; OLIVEIRA, L. M. T. de. *Educação Básica do Campo*. In. CALDART, R. S.; PEREIRA, I.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, R.; CÉSAR, P. S. M. O ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA PARA AS POPULAÇÕES HISTORICAMENTE VULNERÁVEIS. *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, v. 2, n. 1, p. 223-240, jan-mar, 2017. Disponível em: <<http://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/viewFile/65/49>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CARVALHO, C. A. da S. *Representações Sociais das práticas artísticas na formação e atuação de professores do campo*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2018. 373p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci et al. *Dossiê de tombamento Bento Rodrigues*. Mapa território Mariana: destaque para Bento Rodrigues. Trabalho tomabamento de Bento UFMG. 2019, 330 p. Disponível em: <<http://patrimoniocultural.blog.br/wp-content/uploads/2019/06/DOSSIE-BENTO-ICOMOS-2019.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

COELHO, P.; DIAS, A.; Passos, F. L. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana, MG. *Cad. Metrop.* vol.19 no.38 São Paulo. Jan./Apr. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-99962017000100269](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962017000100269)>. Acesso em: 11 nov. 2019.

CORRÊA, R. L. *Espaço: um conceito chave da Geografia*. In. *Geografia: Conceitos e Temas*. CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. (Orgs.). 3ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

CRUZ, Antônio. Foto de Bento Rodrigues. 2015. AGÊNCIA BRASIL. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/dano-moral-gera-divergencia-em-indenizacao-por-tragedia-em-mariana>>. Acesso: 11 nov. 2019.

D'AMBROSIO, Lucas. Fotorjornalismo em Bento Rodrigues. Co.Visão, 2016. Disponível em: <<https://medium.com/@fotojornalismopi/um-ano-da-devasta%C3%A7%C3%A3o-de-bento-rodrigues-e5ea17155157>> Acesso em: setembro 2019.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In *Campesinato e território em disputa*. PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008. 496 p.

\_\_\_\_\_. Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In *Educação do campo e pesquisa. Questões para reflexão*. MOLINA, M. C. (org). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 154p.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2018, Brasília. *Carta-manifesto: 20 anos da Educação do Campo e do PRONERA*. Brasília, UnB. 2018.

FREITAS, Karini Aparecida de; OLIVEIRA, Tamiris Afonso de. “*Lá eu era Selma - a professora, aqui sou Selma - a atingida*”: as riquezas simbólicas da escola de Paracatu de Baixo antes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco. 2018. 55 p. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018. Disponível em: <<http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/1482>> Acesso em: 13 jan. 2019.

FUNDAÇÃO RENOVA. Informações sobre o reassentamento de Bento Rodrigues. 2019. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/reassentamentos/bento-rodrigues/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

GAZZINELLI, Gustavo T. A “justiça” no crime da Samarco. In: PINHEIRO, Tarcísio M. M.; POLIGNANO, Marcus V. (orgs). *Mar de lama da Samarco na bacia do rio Doce*: em busca de respostas. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy; 2019.

GOMES, Elisabeth Moreira. Representações Sociais de Escrita de estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFVJM. (Tese de Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte. 2018.

HAESBART, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997. 293p.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In. *Geografia: Conceitos e Temas*. CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. (Orgs.). 3ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001. 352p.

\_\_\_\_\_. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400p.

HUNZICKER, A. C. de M. Vídeo: *Bento Rodrigues: Memórias do passado e perspectivas para o futuro*, 2017. Duração 10m17s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m3FnPDkOnWg&feature=youtu.be>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

\_\_\_\_\_; ANTUNES-ROCHA, M. I.; RIBEIRO, L. *SER ATINGIDO, SER CAMPONÊS: o desafio identitário dos moradores de Bento Rodrigues/Mariana/Brasil*. Artigo IV Encontro Latino-Americano de Extensão e Desenvolvimento Rural. III Congresso Latino-Americano de Psicologia Rural. 2019. 20 p. (no prelo).

\_\_\_\_\_; ANTUNES-ROCHA, M. I.; FREITA, P. B.; SANTOS, M. Loures dos. *ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO: repercussões sobre a comunidade escolar de Bento Rodrigues e Paracatu De Baixo*. Rio Doce Dia D. 2019. 17 p. (no prelo).

IBAMA. Câmara técnica de reconstrução e recuperação de infraestrutura – CT INFRA. *Recuperação da bacia do Rio Doce*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/relatorios/cif-rel-ctinfra-2016-2018.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. *Comitê Interfederativo (CIF) – Deliberação*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/cif/deliberacoes>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. *Laudo Técnico Preliminar*. 2015. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/institucional/comissao-de-etica?id=117>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. *TTAC – Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta*, 2016. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/ttac/cif-ttac-completo.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

IPHAN. Iphan monitora possíveis danos ao patrimônio cultural após rompimento de barragens em Minas Gerais. 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3367>>. Acesso em: 11 nov.2019.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In. JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JUSTIÇA GLOBAL. *Vale de Lama | Rompimento da barragem de rejeitos da Samarco (Vale/BHP)*. Disponível em: <<http://www.global.org.br/blog/vale-de-lama-rompimento-da-barragem-de-rejeitos-da-samarco-valebhp-provoca-destruicao-em-mariana/>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

KOLLING, Edgar J.; NERY, ir.; MOLINA, Mônica C. *Por uma Educação Básica do Campo: Memória*. Brasília, Editora Universidade de Brasília. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 1. 1999.

LADEIRA, Moacir. Fotografia marco da estrada Real em Bento Rodrigues. 2011. Disponível em: <<http://estradareal4x4.blogspot.com/2011/07/>>. Acesso em: 12 nov 2019.

LIMA, M. J. G. S. de; TREIN, E. Implicações curriculares pedagógicas da entrada de empresas em escolas públicas na promoção do desenvolvimento sustentável. In: LOUREIRO, C. F. B; LAMOSA, R. de A. C. *Educação Ambiental no contexto escolar: Um balanço crítico na década da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*. 1ed. Rio de Janeiro: Quartet e CNPq, 2015.

LOSEKANN, Cristiana; MAYORGA, Claudia. (orgs.). *Desastre na Bacia do Rio Doce: Desafios para universidades e instituições estatais*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem. 2018. 220p.

\_\_\_\_\_; MILANEZ, Bruno. (orgs.). *Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos, e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem. 2016. 222p.

\_\_\_\_\_. “Não foi acidente!” O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: ZHOURI, Andréa (org.). *Mineração, violências e resistências: Um campo aberto para produção do conhecimento no Brasil*. 1ª ed., Marabá, PA: Editorial iGuana. 2018. 297p.

MILANEZ, B.; SANTOS, Rodrigo. S. P. dos. A construção do desastre e a ‘privatização’ da regulação mineral: reflexões a partir do caso vale do Rio Doce. In. ZHOURI, Andréa (org.). *Mineração, violências e resistências: Um campo aberto para produção do conhecimento no Brasil*. 1ª ed., Marabá, PA: Editorial iGuana. 2018. 297p.

MOLINER, P.; GUIMELLI, C. *Les représentations sociales*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2015.

MOSCOVICI, Serge. *A psicanálise, sua imagem e seu público*. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. *As representações sociais*. In: MOSCOVICI, S. *Representação social: investigação em Psicologia Social*. - Petrópolis RJ: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 7ª ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINAS GERAIS. Ministério Público de Minas Gerais. Relatório Institucional: “O Ministério Público de Minas Gerais na defesa dos Direitos Humanos face ao maior desastre socioambiental do Brasil”. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Mariana/MG. 2016. 53p. Disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFAA57FFCA45015801F116194FD4>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

NAVES/ UFMG. PRISM: *Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana*. NEVES, Maila de Castro Lourenço et al. (orgs.). Belo Horizonte: Corpus, 2018. 80p.

O LIBERAL. *Bau do “EConhecimento” chega a escola municipal de Bento Rodrigues*. 2014. Disponível em: <<http://antigo.jornaloliberal.net/noticia/bau-do-econhecimento-chega-a-escola-municipal-de-bento-rodrigues/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

O LIBERAL. *Escola de Bento Rodrigues é inaugurada*. 2012. Disponível em: <<http://antigo.jornaloliberal.net/noticia/escola-de-bento-rodrigues-e-inaugurada/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

PINHEIRO, Tarcísio M. M.; POLIGNANO, Marcus V. et al. (orgs.). *Mar de lama da Samarco na bacia do rio Doce: em busca de respostas*. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019. 316p.

PoEMAS. *Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)*. Mimeo. 2015. 103p.

PÓLEN. Relatório: Diagnóstico Preliminar dos bens culturais identificados no território atingido em Mariana pelo rompimento da barragem de Fundão. 2017. 78p.

PORTAL 27. *Samarco está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar*. 2013. Disponível em: <<https://www.portal27.com.br/samarco-150-melhores-empresas/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

PRADO, Aveners. Foto da escola de Bento Rodrigues. *Folha de São Paulo*, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/10/promotoria-e-mineradoras-fecham-pacto-para-indenizar-vitimas-da-tragedia-de-mariana.shtml>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

PREFEITURA DE MARIANA. Atrativos históricos dos distritos de Mariana. S/D. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/distritos/santa-rita-durao>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

QEdU/INEP/MEC/QEdU. *Dados do Censo Escolar* (2015, 2018). Disponível em: <[https://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education\\_stage=0&item=>](https://www.qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=>)>. Acesso em setembro 2019.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, L. P.; ANTUNES-ROCHA, M. I. História, abordagens, métodos e perspectivas da teoria das representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n° 2, Belo Horizonte, 2016. Resenha de: MOLINER, P. & GUIMELLI, C. *Les représentations sociales*. Grenoble, Fr: Presses Universitaires Grenoble, 2015.

RIBEIRO, L. P. *Identidade e Representações Sociais: evidências e correlações a partir de pesquisas da área da Educação*. Relatório de Residência Pós-Doutoral. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação: Belo Horizonte, 2019.

\_\_\_\_\_. *Representações Sociais de Educandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo sobre a violência*. (Tese de Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte. 2016.

SAMARCO. Barragens da Samarco. S/D. Disponível em <<https://www.samarco.com/barragens/>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. *Bento Rodrigues, sua história, patrimônio e cotidiano*. Cartilha Samarco, 2013, 11p. Disponível em: <[https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/04/complemento-1\\_cartilha-bento-sua-historia.pdf](https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/04/complemento-1_cartilha-bento-sua-historia.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto do Governo Estadual viabiliza obras do Dique S4. 2016. Disponível em: <<https://www.samarco.com/noticia/decreto-do-governo-estadual-viabiliza-obras-do-dique-s4/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Relatório um ano do rompimento de Fundão. 2017. Disponível em: <[https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/01/Book-Samarco\\_final\\_baixa.pdf](https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/01/Book-Samarco_final_baixa.pdf)> Acesso em agosto de 2019.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *Revista GEOgraphia*. Niterói: UFF, v. 1, n° 1, pp. 07 – 13, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SECAD. Ministério da Educação e Cultura. *Educação do campo: diferenças mudando paradigmas*. Cadernos Secad. Brasília, DF, n° 2, 2007. 81p.

SENRA, Ricardo. A mãe que sofreu aborto na lama e luta para incluir feto entre vítimas de Mariana. *BBC Brasil*, 04 de nov. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37829548>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SILVA, Silvany Michelle da. Desafio Inocente. In: *Literatura de Cordel: Lembrando e sonhando*. Escola Municipal Bento Rodrigues. Mariana, 2018. 38p.

SOARES, Francisco. Monitoramento do direito à educação no Quadrilátero Ferrífero. Fórum: *O Quadrilátero Ferrífero e os ODS: visões do futuro*. UFMG, Belo Horizonte, 2019.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: *Geografia: Conceitos e Temas*. CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. da C. (Orgs.). 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SOUZA, Rui. Festa religiosa em Bento Rodrigues. 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=251158450554751&set=a.2511579368888598&type=3&theater>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

TATO; GABRIEL, o pensador. Música Cacimba de Mágoa. Tato Estúdio Outros Sentidos, 4:30 min, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CUyvOkuJvso>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

VALE. CVRD inicia a operação da mina de Fábrica Nova. 2005. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/press-releases/paginas/cvrd-inicia-a-operacao-da-mina-de-fabrica-nova.aspx>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

VIANA, Maurício. Boratto. *Avaliando Minas: índice de sustentabilidade da mineração (ISM)*. (2012). Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Universidade de Brasília (UnB).

VORMITTAGE, E. et. al. *Avaliação dos riscos em saúde da população de Barra Longa/MG – Afetada pelo desastre*. Instituto Saúde e Sustentabilidade e Greenpeace. 2017. 217p. Disponível em: <[https://www.greenpeace.org.br/hubfs/Campanhas/Agua\\_Para\\_Quem/documentos/RelatorioGreenpeace\\_saude\\_RioDoce.pdf?\\_ga=2.114947842.489392525.1558820447-853173123.1553952684](https://www.greenpeace.org.br/hubfs/Campanhas/Agua_Para_Quem/documentos/RelatorioGreenpeace_saude_RioDoce.pdf?_ga=2.114947842.489392525.1558820447-853173123.1553952684)>. Acesso em: 12 nov. 2019.

ZHOURI, Andréa (orgs.). *Mineração, violência e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. 1ª ed. Marabá: Editora Iguana; ABA, 2018. 303p.

WANDERLY, Luiz Jardim. Índícios de Racismo Ambiental na Tragédia de Mariana: resultados preliminares e nota técnica. Relatório preliminar., 2015. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Wanderley-2015-Ind%C3%ADcios-de-Racismo-Ambiental-na-Trag%C3%A9dia-de-Mariana.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

WERNECK, Gustavo. Sobreviventes da tragédia guardam apenas a memória de Bento Rodrigues. *Estado de Minas*, 2015. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/08/interna\\_gerais,705616/sobreviventes-da-tragedia-guardam-apenas-a-memoria-de-bento-rodrigues.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/08/interna_gerais,705616/sobreviventes-da-tragedia-guardam-apenas-a-memoria-de-bento-rodrigues.shtml)>. Acesso em: 11 nov. 2019.

## ANEXOS

### Anexo 1- Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROFESSORES DA ESCOLA DE BENTO RODRIGUES NO CONTEXTO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE MINÉRIO EM MARIANA, MG.

**Pesquisador:** Maria Isabel Antunes Rocha

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 05999318.5.0000.5149

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.186.558

##### Apresentação do Projeto:

A relevância deste trabalho está no entendimento de que os educadores desta instituição de ensino que lecionam para alunos oriundos de uma escola e comunidade campesina, colocam-se diante de desafios instaurados após o desastre ambiental, com isso, a proposta de estudo aqui apresentada é relevante para entendermos como esses profissionais da educação que possivelmente estão vivenciando tensões em um novo contexto social, cultural e econômico estão construindo e reconstruindo suas representações sociais. O percurso metodológico

da pesquisa divide-se em dois momentos: através do levantamento de dados bibliográficos sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS), a teoria da Educação do Campo e a teoria Socioespacial, levantamento de dados no locus da pesquisa em órgãos públicos de Mariana, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo escolar da escola no portal do INEP, também na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-MG (Emater). Após isso serão realizadas entrevistas narrativas com o corpo docente da Escola Municipal Bento Rodrigues.

##### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo Primário:**

Compreender como os professores dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental da instituição de ensino de Bento Rodrigues estão reconstruindo suas formas de pensar, sentir e agir sobre a escola na atual conjuntura de adequação escolar diante do rompimento da barragem.

**Endereço:** Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2ª Ad Sl 2005

**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE

**Telefone:** (31)3409-4592

**E-mail:** coep@prpq.ufmg.br



## Anexo 2 – Escola: Certidão de compra do terreno em Bento Rodrigues para construção do prédio da escola em 1950

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 ESTADO DE MINAS GERAIS  
 COMARCA DE MARIANA  
 CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
 OFICIAL TITULAR CONCURSADA: Ana Cristina de Souza Maia

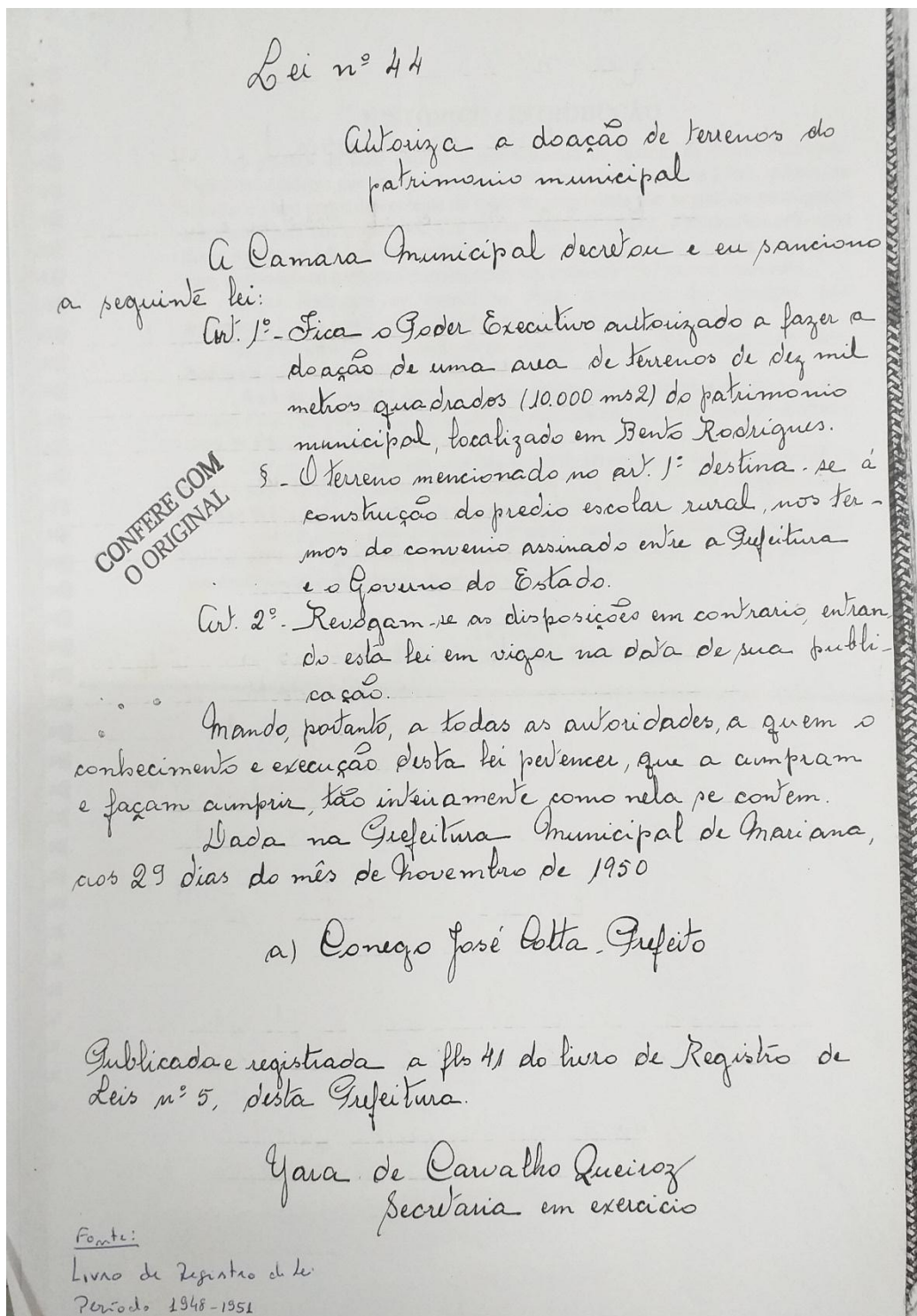
CIRC. REG. DE IMÓVEIS - Mariana - MG - Oficial - Ana Cristina S. Maia

**CERTIDÃO**

CERTIFICO a pedido verbal da pessoa interessada e para os fins devidos que, revendo neste cartório, no Livro 3-G, fls. 166, sob o nº de ordem 4.509, de 14 de novembro de 1.950, verifiquei constar: **CIRCUNSCRIÇÃO:** Camargos. **DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO:** Bento Rodrigues, Rua Principal. **CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES:** Uma área de terreno situado no arraial de Bento Rodrigues, distrito de Camargos, com as seguintes confrontações: por um lado com propriedade de sucessores de Generozo Paulo, por outro we pelos fundos com a Rua do Cascalho e frente para a Rua Principal do referido arraial, medindo, dita área sete mil duzentos e cinqüenta e um (7.251) metros quadrados, sendo que a área vendida por José de Castro Ribeiro, é a parte da frente, onde existem alicerces antigos, que mede quinhentos metros quadrados (500 m<sup>2</sup>), e a vendida por Manoel Marcos Muniz, a parte dos fundos que mede seis mil setecentos e cinqüenta e um (6.751 m<sup>2</sup>); que houveram, o primeiro outorgante José de Castro Ribeiro por compra a Olga Neves e outros, conforme escrituras registradas no L<sup>o</sup> 3<sup>o</sup>A, sob n.ºs. 2.889, 2890 e 2.891, página 246; e o segundo outorgante Manoel Marcos Muniz, por compra a José de Castro Ribeiro, conforme registro no L<sup>o</sup> 3<sup>o</sup> G, sob o nº de ordem 4.377, fls. 134; sendo que Cr\$ 1.000,00, para o outorgante José de Castro Ribeiro, pela sua parte na área, bem como pelas pedras dos alicerces na mesma existentes, e, Cr\$ 1.500,00, para o segundo, Manoel Marcos Muniz, pela sua parte do terreno. **NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE:** Prefeitura Municipal de Mariana, representada pelo seu Prefeito Cônego José Cota. **NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE:** José de Castro Ribeiro, viúvo, funcionário federal aposentado, residentes nesta cidade e Manoel Marcos Muniz, solteiro, lavrador, residentes em Bento Rodrigues. **TÍTULO:** Compra e venda. **FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO:** Escritura pública lavrada pelo Tabelião do 2<sup>o</sup> Ofício desta Comarca, aos 11 de novembro de 1950. **VALOR DO CONTRATO:** Dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 2.500,00). **CONDIÇÕES DO CONTRATO:** As da Lei. Isento de impostos, de

Bruna Kele da Silva  
 Escrevente - CRI Mariana

**Anexo 3 - Escola – Documento com lei para doação do terreno para construção do prédio da escola em Bento Rodrigues em 1950**



Fonte: Trabalho de Campo Prefeitura de Mariana, Secretaria de Estrutura Fundiária

**Anexo 4 – Escola: Certidão de venda do terreno (prefeitura para o Estado de MG) para construção da escola de Bento Rodrigues em 1950**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
COMARCA DE MARIANA  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
OFICIAL TITULAR CONCURSADA: Ana Cristina de Souza Maia

CART. REG. IMÓVEIS - Mariana - MG - Oficial - Ana Cristina S. Maia

**CERTIDÃO**

CERTIFICO a pedido verbal da pessoa interessada e para os fins devidos que, revendo neste cartório, no Livro 3-G, fls. 167, sob o nº de ordem 4.514, de 13 de Janeiro de 1.951, verifiquei constar: **CIRCUNSCRIÇÃO:** Camargos. **DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO:** Rua Principal de Bento Rodrigues. **CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES:** A área de dez mil metros quadrados (10.000ms<sup>2</sup>), confrontando: pela frente numa extensão de cinquenta (50) metros com a Rua Principal de Bento Rodrigues, pelo lado direito com a Rua do cascalho, pelo lado esquerdo numa extensão de duzentos metros (200) com sucessores de Generozo Paulo e, pelo fundo numa extensão de cinquenta (50) metros com a Rua do Cascalho, conforme croquis assinado pelas partes que figuram nesta escritura e que dela passa a fazer parte integrante; e que houve por compra a José de Castro Ribeiro e Manoel Marcos Muniz, conforme transcrição sob nº 4.509. **NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE:** Estado de Minas Gerais, como Donatário, representado pelo Coletor Estadual M. José Breyner. **NOME, DOMICÍLIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE:** Prefeitura Municipal de Mariana, representada pelo Prefeito Conego José Cota – Doador. **TÍTULO:** Doação. **FORMA DO TÍTULO, DATA E SERVENTUÁRIO:** Escritura pública lavrada nas Notas do Tabelião do 2º Ofício, desta Comarca, aos 18 de Dezembro de 1950. **VALOR DO CONTRATO:** Treis mil cruzeiros (Cr\$ 3.000,00). **CONDIÇÕES DO CONTRATO:** As da Lei. Destina-se o imóvel doado à construção de uma escola rural, de acordo com o convenio celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e o Estado de Minas Gerais. **AVERBAÇÕES:** Não Consta. O referido é verdade e dou fé.

Bruna Kele da Silva  
Escrevente - CRI Mariana

Mariana/MG, 03 de agosto de 2009.

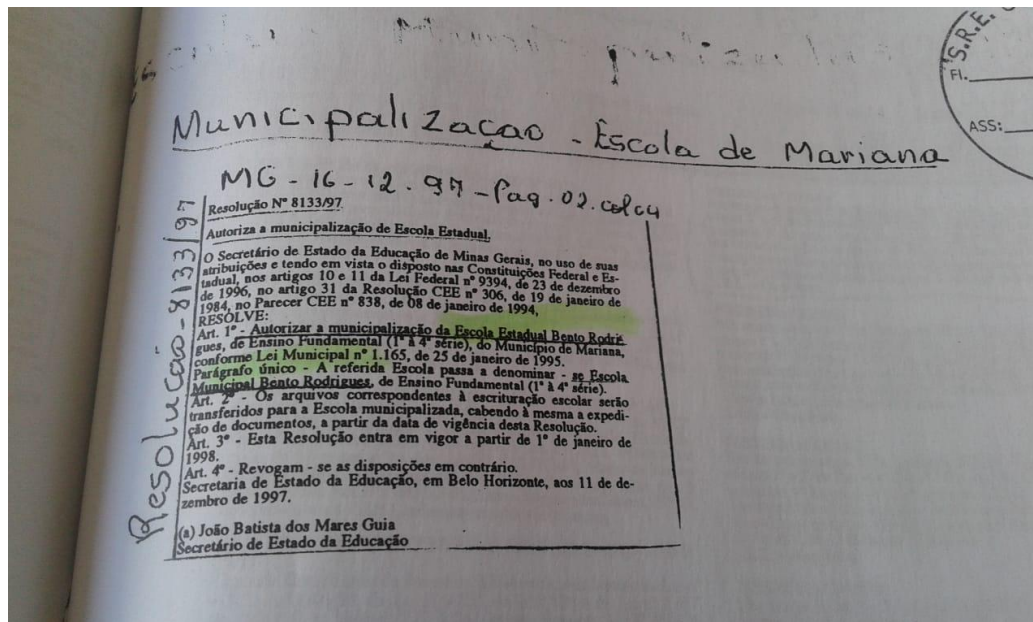
CART. REG. IMÓVEIS - Mariana - MG - Oficial - Ana Cristina S. Maia

Selo de Fiscalização  
CERTIDÃO  
ALJ 44663

Fonte: Trabalho de Campo Prefeitura de Mariana, Secretaria de Estrutura Fundiária

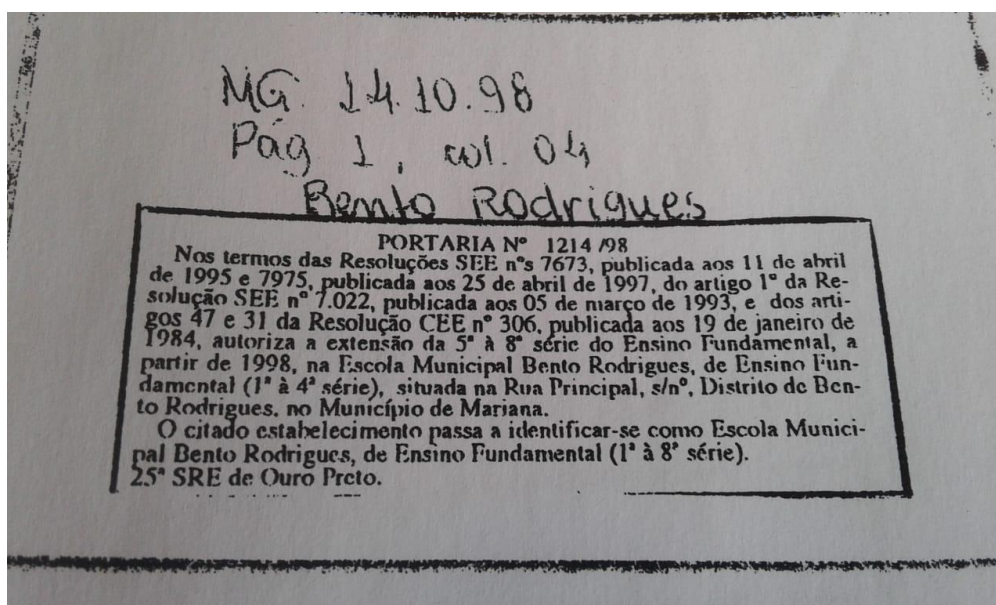


## Anexo 5 - Resolução para Municipalização da Escola de Bento Rodrigues em 1997



Fonte: Trabalho de Campo na Escola M. Bento Rodrigues

## Anexo 6 - Portaria da 25ª S.R.E de Ouro Preto para Extensão de 5ª a 8ª série na Escola M. Bento Rodrigues em 1998



Fonte: Trabalho de Campo na Escola M. Bento Rodrigues

## Anexo 7 - Matriz curricular de Ensino da escola



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MARIANA  
 Rua Bom Jesus, 16- Centro. Mariana/ MG  
 (31) 3557-9030/ 9068  
[www.mariana.mg.gov.br](http://www.mariana.mg.gov.br)  
 Programa de Intervenção Pedagógica (PIP/CBC)



### PROPOSTA CURRICULAR – PIP/CBC

Proposta Curricular – CBC			
História – 6º Ano			
Período	Conteúdo	Tópicos	Habilidades
1º BIMESTRE	Conceitos fundamentais para o ensino e aprendizagem de História:	1-Introdução aos estudos Histórico.	1.1 Perceber a importância dos estudos históricos e compreender que os seres humanos são os sujeitos da História.
	Fontes	2-Os primeiros povoadores: Os ameríndios e sua origens.	1.2. Relacionar o uso da contagem do tempo com a organização da vida social.
	Sujeito		1.3. Diferenciar e relacionar tempo cronológico e tempo histórico.
	Tempo		1.4. Identificar os diferentes tipos de fontes históricas.
	Fatos		1.5. Relacionar fontes e fatos históricos.
	Conceitos de anterioridade, posterioridade, simultaneidade, mudança e permanência.		2.2 Problematizar a distinção entre história e pré-história.
	Patrimônio Histórico		2.3 Caracterizar e analisar a origem, evolução e diversidade da espécie humana.
Cidadania		2.1 Caracterizar e diferenciar os povoadores de origem asiática (mongoloides) e de origem africana (negróides) e confrontar interpretações distintas sobre sua identidade.	

Fonte: Trabalho de Campo na Escola M. Bento Rodrigues